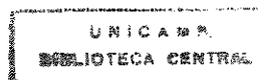


**PAULO FERREIRA DE ARAÚJO**

**“DESPORTO ADAPTADO NO BRASIL:  
ORIGEM, INSTITUCIONALIZAÇÃO E ATUALIDADE”**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**CAMPINAS - 1997**



**PAULO FERREIRA DE ARAÚJO**

**“DESPORTO ADAPTADO NO BRASIL:  
ORIGEM, INSTITUCIONALIZAÇÃO E ATUALIDADE”**

Tese apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, como exigência parcial para obtenção do título de doutor na área de Estudos da Atividade Física e Adaptação.

**Orientador: Prof. Dr. Edison Duarte**

Campinas, 1997

9685013

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	T/UNICAMP
V. 1	Ar 15d
FORMA	30576
PROC.	281197
C	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.	R\$ 11,00
DATA	24/05/97
N.º CPD	

CM-00098072-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA FEF-UNICAMP

Ar15d Araújo, Paulo Ferreira de  
Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade / Paulo Ferreira Araújo. Campinas, SP : [s. n.], 1996.

Orientador: Edison Duarte  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Esportes 2. Educação Física para Deficientes 3. Esportes-Legislação-Brasil I. Duarte, Edison. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

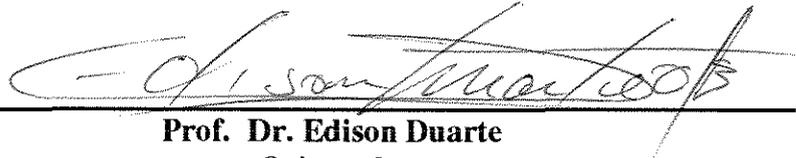
**Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por PAULO FERREIRA DE ARAÚJO e aprovada pela Comissão Julgadora em 17 de janeiro de 1997.**

**Data:**

**Orientador:**

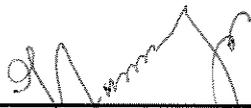
*Ed. Santana*

**COMISSÃO JULGADORA**



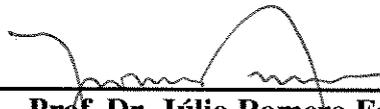
---

**Prof. Dr. Edison Duarte**  
**Orientador**



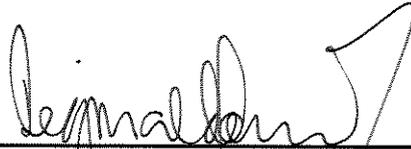
---

**Profa. Dra. Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi**  
**Membro da Comissão Julgadora**



---

**Prof. Dr. Júlio Romero Ferreira**  
**Membro da Comissão Julgadora**



---

**Prof. Dr. Reginaldo Zaccara de Campos**  
**Membro da Comissão Julgadora**



---

**Prof. Dr. Roberto Vilarta**  
**Membro da Comissão Julgadora**

*Viver não é respirar, é agir; é  
fazer uso de nossos órgãos, de nossos sentidos,  
de nossas faculdades, de todas as partes de nós  
mesmos que nos dão o sentimento de nossa  
existência.*

*O homem que mais vive não é aquele que  
conta maior número de anos e sim o que mais  
sente a vida. Há quem seja enterrado a cem  
anos e que já morrera ao nascer.*

*Jean- Jacques Rousseau.*

*Emílio ou da Educação  
1757.*

*Dedico à minha mãe*

*Eva Ferreira Roque.*

*À minha Esposa*

*Adélia F. Pereira Araújo*

*e*

*aos nossos filhos*

*Pedro e André.*

*Pelos brilhos de seus olhares incentivadores durante a elaboração deste trabalho.*

## AGRADECIMENTOS:

Aos Amigos: José Júlio Gavião de Almeida, José Luís Rodrigues, Ana Isabel de Figueiredo Ferreira, Edison Duarte, Júlio Romero Ferreira, Maria da Consolação Gomes Cunha F. Tavares e Roberto Vilarta pelo grasnar durante o vôo em busca deste objetivo.

A todos os professores, funcionários e alunos da FEF, que incentivaram e colaboraram na construção deste trabalho.

Agradeço ao professor Vanilton Senatore, que foi a luz inicial deste trabalho. À Teresa Costa D'Amaral, ao Prof. Person Matias da Silva, ao Prof. Renausto Alves Amanajás, ao Sr. João Batista Carvalho e Silva, ao Sr. Aldo Mícollis, ao Sr. Luís Cláudio Alves Pereira, ao Sr. José Alaor Borquete, e o Sr. Sérgio Serafim Del Grande pelos depoimentos dados, os quais foram fundamentais para o entendimento do processo de estruturação do tema pesquisado.

Aos integrantes do Grupo de Esportistas Deficientes em Ação e Integração-GEDAI, especialmente aos integrantes da equipe de basquete e os clubes de basquete sobre rodas do Estado de São Paulo que foram os provocadores dos questionamentos levantados neste trabalho.

Aos Profs (as). Edison Duarte, José Júlio Gavião de Almeida, Júlio Romero Ferreira, Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi, Reginaldo Zaccara de Campos, Roberto Vilarta, João Baptista Andreotti Gomes Tojal e Jorge Luís de Almeida, por doarem momentos de suas vidas, em benefício de meu crescimento.

À vida.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I</b>	
Considerações Históricas e Evolução do Desporto Adaptado.....	4
A Introdução do Desporto Adaptado no Brasil .....	16
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>IDENTIFICANDO E ENTENDENDO OS MOVIMENTOS DESENCADEADORES DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPORTO ADAPTADO NO BRASIL:</b>	
II.1. Ações governamentais para a institucionalização do Desporto Adaptado no Brasil.....	20
II.2. Os Congressos Brasileiros do Esporte Para Todos (EPT).....	23
II.3. Projeto Integrado, SEED/CENESP. 1984/1985 .....	28
II.4. Plano de ação conjunta para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Plano do governo Sarney .....	34
II.5. Plano Plurianual. Plano da área do desporto em geral, do governo Collor.....	42
II.6. Avaliação das ações implementadas na década .....	50
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>ATUALIDADE E PERSPECTIVA DO DESPORTO ADAPTADO:</b>	
III.1. Organização das associações nacionais de Desporto Adaptado.....	54
III.2. Proposta atual do governo para o Desporto Adaptado no Brasil .....	71
III.3. Síntese das Entrevistas.....	75
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>DISCUSSÃO</b> .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	127
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	132

## ANEXO

### ENTREVISTAS

Entrevista. 1 .....	141
Entrevista. 2 .....	155
Entrevista. 3 .....	165
Entrevista. 4a .....	173
Entrevista. 4b .....	177
Entrevista. 5 .....	188
Entrevista. 6 .....	192
Entrevista. 7 .....	207
Entrevista. 8 .....	213

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo resgatar e discutir a estruturação do desporto para o portador de deficiência no Brasil. Procuramos resgatar na literatura as razões deste movimento, hoje internacionalmente conhecido, e, para tanto trilhamos, desde o surgimento destes movimentos no exterior, às iniciativas desta prática no Brasil, até a realidade atual.

Recorremos a revisão de literatura no campo do desporto adaptado, entrevistas com as pessoas que representam os órgãos de governo nesta área assim como com os dirigentes das associações nacionais de Desporto Adaptado e com um grupo de pessoas praticantes deste desporto.

Considerações especiais foram dadas às ações implementadas por parte dos Governos, no sentido de estabelecerem atendimento a esta população. Procuramos identificar o surgimento das primeiras ações e acompanhar esta estruturação com base na legislação e realizações neste campo e, paralelamente, acompanhar o movimento das Pessoas Portadoras de Deficiência nessa área. Através de um levantamento das ações implementadas que vieram contribuir para a organização das associações nacionais de dirigentes do desporto para o portador de deficiência física no Brasil, procuramos verificar a realidade desta prática, ouvindo o praticante deste esporte.

Concentramos nossas atenções no período de 1984 a 1996, por considerar que este período pode ser compreendido como o do surgimento das primeiras ações que foram possibilitando a discussão da institucionalização. Essa só ocorreu em 1990, com a criação da Secretaria de Desporto da Presidência da República e com as propostas subseqüentes nesta área, que vieram estabelecer uma política do governo, assim como a organização das associações.

Percebemos que muitos esforços foram implementados neste movimento, no decorrer deste período, tanto por parte dos Governos como pelas Pessoas Portadoras de Deficiência, através das associações ou dos clubes, que procuraram nesta prática a reabilitação e a integração, o motivo para a discussão dos problemas que envolvem as pessoas portadoras de deficiência, de uma maneira geral, bem como os benefícios que esta prática pode lhes trazer.

Percebemos também que as propostas dos Governos, seja através das realizações ou da política adotada até então, assim como a estruturação das associações dirigentes do desporto para o Portador de Deficiência, não pode ser traduzida em auto suficiência, para que esta prática seja entendida como de direito e estar ao alcance do portador de deficiência no Brasil.

As estruturações destes dois segmentos, no decorrer deste período, caminharam no sentido de buscar adequação administrativa e técnica para atender a um pequeno grupo de atletas que tem representado o País nos Jogos Internacionais, e o governo não têm tido uma preocupação maior onde pode estar presente o desenvolvimento e acessibilidade desta prática à maioria das Pessoas Portadoras de Deficiências que buscam esta prática.

Esta prática tem ocorrido mais pelo empenho dos atletas e por trabalhos voluntários desenvolvidos por iniciativas variadas, do que pela ingerência dos órgãos que se intitulam responsáveis por este segmento a nível nacional.

## ABSTRACT

This study had, as an objective, to redeem and discuss the sport structure for people with disability in Brazil. We tried to extract from the literature the reasons for this movement, today internationally known. And, for this purpose, we have followed, since the beginning of this movement abroad, the initiatives of this practice in Brazil up to the present.

We have conducted a revision of the literature in the field of adapted sport, and have interviewed on this matter, persons representing areas of the Government, as well as directors of national Adapted Sports associations, and a group of persons practicing this kind of sport.

Special consideration has been given to the actions implemented by the Government, with the purpose of extending attention to this population. We tried to identify the appearance of the initial actions and to follow up its structure with basis on the legislation and achievement in this field, and at the same time following up the actions of people with disability in this area. Through a survey of implemented actions that had contributed to the organization of national associations of directors of sport for people with disability in Brazil, we have tried to verify the reality of this practice, by listening to the users of this sport.

We have concentrated our attention to the periods from 1984 to 1996, since this period can be considered as coinciding with the appearance of the first actions taken, allowing a discussion of its implementation. However, this only occurred In 1990, with the implementation of the Secretaria de Desporto da Presidência da República, and with the subsequent proposals in the area, which established the Government policy as well as the organization of associations.

We could feel that much effort had been implemented with these steps during this period, both by the Government and by People with Disability as well through, associations or clubs that tried with the practice of rehabilitation, and integration, the reason for the discussion of the problems that affect the persons with disability in general, as well as the benefits that this practice may generate.

We could also see that the Government proposals, either by their achievements or by the adopted policy up to that time, as well as by the structuring of the associations managing the sport for People with Disability, cannot be translated into self sufficiency, in order to be understood as a right, so that such practice can be available to people in a disabled condition in Brazil.

The structuring of these two segments, during the period, has developed towards the search for an administrative and technical solution to care for a small group of athletes who have represented Brazil in International Events, and is not having a more serious concern with the development and accessibility of such practice to most Persons with Disability who seek such practices.

Such practices have occurred more due to the effort of the athletes and by voluntary effort from various sources than by the actions of offices that name themselves responsible for this segment at a national level.

## INTRODUÇÃO

Justificar a importância de um trabalho que leve ao reconhecimento de originalidade nesta área, pode parecer um pouco fantasioso, pela falta de um referencial teórico que o sustente. Conscientes de que os interesses acadêmicos têm uma relação muito pessoal com seus autores, tentaremos ser fiéis às raízes, pois este trabalho, implicitamente, carrega consigo as experiências vividas e ouvidas no decorrer de muitos anos.

As questões a serem levantadas podem estar relacionadas ao significado do tema aqui tratado e de sua relevância. Deficiência e Desporto, o inverso buscando a eficiência em uma sociedade indiferente com os diferentes.

Este estudo busca o entendimento da estruturação do desporto para as pessoas portadoras de deficiência em nosso país, mediante a compreensão de como se deu esta organização.

O Desporto Adaptado no Brasil desenvolve-se dentro de uma estrutura diferenciada daquela em que se desenvolve o desporto para as pessoas ditas “normais”. Este último pode ser organizado e dirigido por qualquer grupo de pessoas com interesses em alguma modalidade esportiva, mediante a constituição de um clube, o que possibilitará a participação em eventos nos mais diferentes níveis: ligas de bairros, municipais, estaduais, até mesmo mundiais. O desporto em geral obedece a essa ordem, bastando para tanto, apenas, representatividade em termos de níveis de desempenho e a ascensão das equipes ou o descenso fluirá dentro das regras estabelecidas pelos órgãos responsáveis. Já o desporto para pessoas portadoras de deficiências organizou-se dentro de uma estrutura diferente da estabelecida pelo desporto dos não portadores de deficiência.

Após a última grande guerra, vários governos implementaram serviços de reabilitação para o tratamento de soldados lesados. O Desporto Adaptado nasce dentro desse contexto, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos da América. E o Brasil não foge à regra: inicia-se a tessitura das organizações dos clubes de esporte adaptado, por esta influência.

As instituições que respondem pelo Desporto Adaptado a nível nacional, em seus momentos iniciais, articularam-se dentro de uma filosofia que procurava a independência, com

recursos financeiros, desenvolvimento tecnológico e ações de que o referido desporto necessitava, buscando assim a sua autogestão.

A participação das equipes de Desporto Adaptado, tanto a nível nacional como internacional, dentro das regras e padrões estabelecidos pelos órgãos internacionais, responsáveis por esse desporto, tornou-se inviável diante da fragilidade destas organizações no Brasil.

Em nosso trabalho, procuramos observar o papel e o impacto das ações implementadas por parte do poder público, através das legislações e das realizações efetivadas, correspondentes ao período dos três últimos governos (Governo Sarney, Collor, e Fernando Henrique). Este período corresponde ao surgimento de reivindicações de vários grupos, de diferentes segmentos da sociedade a nível nacional, decorrentes de ações implementadas ou reivindicadas por organizações internacionais. Isso suscitou atitudes por parte do governo, direcionadas às necessidades e direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências.

No desenvolvimento de nosso trabalho estudamos o período em que se deu o processo de organização e institucionalização do Desporto Adaptado no Brasil, através de uma análise das ações pretendidas por esses governos. Observamos a organização deste movimento por parte das pessoas portadoras de deficiência, através da articulação nas constituições das associações de dirigentes do Desporto Adaptado. Resgatamos a trajetória de seu surgimento, desenvolvimento e atualidade, através de revisões bibliográficas, análise documental e entrevistas.

A revisão bibliográfica ocorreu, na literatura do Desporto Adaptado, como periódicos, revistas especializadas, relatórios e projetos não publicados, jornais, e informativos. Para análise documental estudamos os estatutos das instituições, relatórios e documentos de órgãos governamentais. As entrevistas foram realizadas com os administradores dos órgãos governamentais, presidentes das associações Nacionais de dirigentes do Desporto Adaptado, assim como com os responsáveis pelos clubes de esporte. Elas foram transcritas na íntegra e compilados os dados inerentes ao tema estudado. Tivemos o cuidado de solicitar a autorização dos entrevistados para a utilização de seus depoimentos.

Usamos esses três recursos metodológicos para a construção deste trabalho por não encontrarmos sustentação em uma fonte única que pudesse garantir as respostas previamente levantadas em volta do tema proposto.

Num primeiro momento solicitamos o Estatuto das Instituições, através de cartas enviadas aos presidentes das Associações e Confederações de dirigentes do desporto para pessoa portadora de deficiência, para que pudéssemos nos inteirar das propostas de cada uma delas. Também consultamos sobre a possibilidade de fazermos uma entrevista, caso fosse necessário, para esclarecimento ou aprofundamento de alguns dados relevantes para o desenvolvimento do trabalho; fomos prontamente atendidos em ambas solicitações.

Nosso trabalho nasce dentro da área da educação física adaptada e se completa dentro da história. As questões do presente, relacionadas ao tema, remeteram nos à história, para compreendermos os fatos. Procuramos resgatar e organizar fatos que foram e são fundamentais para um entendimento da trajetória do Desporto Adaptado no Brasil. Não utilizamos a historiografia, visto que o trabalho surge como preocupação da educação física adaptada.

Estamos também propondo uma investigação no sentido da compreensão do desenvolvimento do desporto adaptado e suas relações com a pessoa portadora de deficiência, na tentativa de entender o processo de sua institucionalização, processo este desencadeado por várias ações de diferentes segmentos da sociedade e órgãos públicos. O exame das proposta dos Governos e das associações de dirigentes do desporto a nível nacional, leva-nos ao entendimento daquilo a que eles se propõem e a quem eles vêm atendendo neste período e também as contribuições destes segmentos para o desenvolvimento do Desporto Adaptado em nosso país.

O desporto para pessoas portadoras de deficiência é, para esta população, um dos vários benefícios que esta sendo aos poucos conquistados neste país, através de estudos, decretos e leis, vontades e interesses políticos, e não pelo direito que é assegurado a todos pela Constituição Federal de 1988 que estabelece em seu capítulo III. da Educação, da Cultura e do Desporto: Seção III do Desporto, Art. 217,

*“É dever do estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”.*

ou então pelo direito de escolher esta prática como forma de minimizar as limitações ou dificuldade impostas pela deficiência.

## CAPÍTULO I

### CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E EVOLUÇÃO DO DESPORTO ADAPTADO

A origem do desporto adaptado é de difícil localização no tempo e na literatura. Porém, ao definirmos a que desporto nos referimos, torna-se viável a sua localização. O desporto praticado atualmente pelas Pessoas Portadoras de Deficiências teve seu início após a II guerra mundial e é o ponto de referência que adotaremos para a construção deste trabalho.

Inicialmente, estabeleceremos uma conceituação dos termos. Desporto, Atividade Adaptada, Desporto Adaptado e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência, termos que serão utilizados em nosso trabalho. Adotaremos conceitos de autores que julgamos representativos na área, para esta definição.

Para Fanali (1981), o termo Desporto significa,

*“atividades específicas de emulação na qual se valorizam intensamente as formas de praticar os exercícios físicos para que o indivíduo ou um grupo, chegue ao aperfeiçoamento das possibilidades morfo-fisiológicas e psíquicas, concretizando em recorde ou uma superação de si mesmo ou do concorrente. Podemos entender como sendo a prática sistematizada de uma atividade esportiva”.*

Para Rodrigues (1996), o termo Atividade Adaptada, merece algumas reflexões.

*“Este termo parece sugerir que a atividade é estandardizada e que para ser praticada por pessoas com deficiência necessita de ser adaptada. Esta lógica funciona por exemplo para referir ao basquete em cadeira de rodas, mas será que verdadeiramente a podemos usar com por exemplo o “boccia” que foi criado exclusivamente para pessoas com paralisia cerebral? Talvez sim, dado que o termo adaptação tem também uma conotação que se identifica com a manipulação de variáveis ecológicas. A atividade, os materiais, os estilos de ensino, os enquadramentos, etc. tem que ser adaptada porque a pessoa tem menos possibilidade de adaptação. Adaptar uma atividade em sentido lato pode ser pois construir uma atividade para um objetivo definido- por exemplo desenvolver a consciência corporal. Adaptação ou usando um termo mais*

*genérico- a adaptabilidade pode-se referir a modificações numa atividade padronizada<sup>1</sup>. Referente ao um desporto, pode criar um envolvimento específico de atividade não padronizada e pode ainda criar um contexto com objetivos claramente terapêuticos ou reeducativos”.*

Entendemos atividade adaptada como a busca de adequação de meios para se efetivar um resultado desejado, diante da ausência ou da impossibilidade de se usar os meios convencionais que foram estabelecidos como sendo a maneira correta de se executar ou praticar uma tarefa ou atividade.

Desporto Adaptado, para nós, significa a adaptação de um esporte já de conhecimento da população. Este conhecimento está relacionado às regras estabelecidas e sua prática. Como exemplo temos o futebol: a maioria dos brasileiros tem conhecimento de suas regras e do seu desenvolvimento enquanto jogo. Mas o futebol para amputado, por exemplo, é desconhecido pela maioria dos brasileiros e a necessidade de adaptação de suas regras, como a busca de meios para que populações diferenciadas possam praticá-lo, levou-o a ser classificado como Desporto Adaptado. Isso acontece no Desporto Adaptado e praticado pelas Pessoas Portadoras de Deficiências. O atletismo para as pessoas portadoras de deficiência física (P.P.D.F), deficiente visual (D.V), deficiência mental ( D.M) e deficiência auditiva (D.A) é um bom exemplo. A modalidade permanece na sua essência, mas é adaptado ao praticante. Winnick (1990), define Desporto Adaptado como sendo:

*“experiências esportivas modificadas ou especialmente designadas para suprir as necessidades especiais de indivíduos. O âmbito do esporte adaptado inclui a integração de pessoas portadoras de deficiências com pessoas “normais”, e lugares nos quais que se incluem apenas pessoas com condições de deficiência”.*

Podemos entender por Desporto para Deficiente aquele que é elaborado para atender exclusivamente esta população. Um exemplo é o Goalball, esporte criado especificamente para deficientes visuais.

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.

O Desporto para esta população tem sido uma forma de expressão, na maioria das vezes, predominantemente motora, atuando em limites codificados, através de classificações funcionais ou esportivas. Essas classificações são estabelecidas pelas instituições internacionais, responsáveis pelo desporto adaptado, direcionadas a uma determinada população e estabelecida, na maioria das vezes, pela deficiência e grau que a pessoa apresenta. Corresponde a uma relação dinâmica do indivíduo-meio, facilitada pelos aparatos dos recursos tecnológicos e direcionada ao praticante de cada modalidade. Visa, de acordo com as potencialidades remanescentes de cada indivíduo, possibilitar o rendimento seguro e desejado dentro de suas reais condições.

Em relação à origem do desporto adaptado praticado atualmente pelas pessoas portadoras de deficiência, a literatura nos remete ao fim da última grande guerra, embora existam anteriormente registros desta prática.

A bibliografia existente aponta que os atletas surdos estão entre as primeiras pessoas portadoras de deficiências que se apresentaram na cena esportiva. De acordo com Ganho (1981) in WINNICK (1990), ocorreram atividades esportivas para surdos já no século XIX. Por volta de 1870 as escolas do Estado de Ohio, EUA, tornaram-se as primeiras escolas a oferecer beisebol para surdos, e o Estado de Illinois introduziu o futebol em 1885.

De acordo com WINNICK (1990), no final do século XIX o futebol tornou-se esporte majoritário para muitas escolas para surdos, e em 1906, a escola de Wisconsin para surdos passou a oferecer basquetebol. Desde seu início as equipes das escolas para surdos competiram entre si e com outras equipes de escolas regulares. A competição internacional formal foi estabelecida em 1924. Neste ano, competidores de nove nações encontraram-se em Paris, para a primeira competição internacional, denominada Jogos do Silêncio.

De acordo com o mesmo autor, em 1945 a Associação Atlética Americana para Surdos (AAAD) foi estabelecida para providenciar, sancionar e promover oportunidades de competições esportivas para surdos.

O primeiro registro de competição formal para pessoas portadoras de deficiências visuais nos Estados Unidos foi um encontro entre alunos das escolas para cegos de Overbrook e Baltimore em 1907.

O Desporto Adaptado praticado em nossos dias teve a sua origem e estruturação dentro dos trabalhos e estudos de reabilitação, que se propunham minimizar as seqüelas nos

soldados acometidos por traumatismos, em decorrência das guerras, mais especificamente a segunda guerra mundial, na década de 40.

Existem relatos da prática desportiva anterior à segunda guerra, mas foram práticas isoladas e não tiveram continuidade. RICOTE (1995) aponta a prática de atividades esportivas já no final da primeira guerra mundial no ano de 1918; na Alemanha, onde um grupo de mutilados da primeira guerra buscou nesta prática o alívio dos horrores da guerra e o tédio das longas internações a que eram submetidos. Estes alemães não conseguiram dar continuidade a esta prática após as altas hospitalares e este movimento decaiu.

O mesmo autor ressalta que tal fato se repete em 1932, em Glasgow, no Reino Unido, com a formação de uma Associação de Jogadores de Golfe amputados unilaterais de membros superiores e, por suas restrições, não efetivaram sua prática. Nesta mesma época, segundo SILVA (no prelo), Carl Dlem e Wall Wilt também tentaram reativar a iniciativa da prática esportiva iniciada na Alemanha em 1918, porém sem êxito.

Esta atividade passa a ser efetivada em 1944, durante a reabilitação dos soldados envolvidos em guerras. Acredita-se no esporte como sendo acelerador do processo de reabilitação. É de nosso conhecimento que os ferimentos causados por traumatismos, em decorrência de uma guerra, são restabelecidos; todavia, as seqüelas decorrentes de grandes lesões, principalmente as causadas por traumatismos raquimedulares ou as grandes amputações, são de difícil restabelecimento social e emocional.

O trabalho de reabilitação buscou no esporte não só o valor terapêutico, mas o poder de restabelecer ou estabelecer novos caminhos, o que resultou em maior possibilidade de interação destas pessoas. Através do esporte “reabilitação” estava retornando à comunidade um deficiente, capaz de ser “eficiente” pelo menos no esporte. Neste sentido ADAMS et al ( 1985) faz a seguinte observação:

*“Graças às atividades recreativas, os deficientes físicos encontraram a motivação necessária para participarem da comunidade mais ampla, de produzir, de trabalhar e de assumir papéis de liderança na comunidade”.*

O objetivo da reabilitação dos soldados feridos em decorrência da guerra, naquele momento, era prioridade dos governos dos países envolvidos no conflito e também da classe científica, pois a expectativa e a qualidade de vida chamava atenção para a necessidade de estudos. Por outro lado, estes governos sentiam-se na obrigação de dar uma resposta à sociedade, no sentido de estar fazendo alguma coisa para minimizar as adversidades causadas pela guerra.

Os primeiros passos neste sentido ocorreram em fevereiro de 1944, quando o médico alemão de origem judaica, exilado na Inglaterra, Sir Ludwig Guttmann, neurologista e neurocirurgião, foi convidado pelo governo britânico para fundar o centro de reabilitação para tratamento dos soldados lesionados medulares no hospital de Stoke Mandeville, próximo a cidade de Aylesbury. O Dr. Guttmann dedicou-se a esta atividade de 1943 a 1980

Neste centro desenvolveram-se técnicas para aplicabilidade na reabilitação das pessoas acometidas por traumatismo raquimedulares.

Estes estudos eram de vital importância pois, até então, as pessoas acometidas por traumatismo raquimedular tinham uma expectativa de vida imprevisível. SANTOS (1989) aponta que, neste período, 80% dessas pessoas iam a óbito na primeira semana após a alta hospitalar. Isso ocorria devido às complicações ligadas a infecções urinárias, escaras de decúbito, infecções respiratórias e generalizadas, sendo a medicina da época ineficaz neste restabelecimento.

O primeiro programa de esporte em cadeira de rodas foi iniciado no Hospital de Stoke Mandeville em 1945, com o objetivo de trabalhar o tronco e os membros superiores e diminuir o tédio da vida hospitalar. O jornal SuperAção (1988).divulga que.

*“Os primeiros resultados desta prática relatam que, em um ano de trabalho, o Dr. Guttmann conseguiu preparar seis paraplégicos para o mercado de trabalho e reconheceu que as atividades esportivas, como ocupação terapêutica, eram importantes na reabilitação psicossocial dos deficientes, deu-lhes a oportunidade de competir não só no esporte como em todos os campos sociais”*

Winnick (1990). relata que nos Estados Unidos, Mr. Benjamin H. Lipton, diretor do Joseph Bulova School of Watchmaking, foi o pioneiro na formação e treinamento de deficientes

para o mercado de trabalho. Lipton deu início ao programa de esporte na América do Norte onde, em 1946, acontece um grande movimento para atrair o interesse do público pelo esporte em cadeira de rodas. Naquele ano uma equipe de atletas ( ex-combatentes) em cadeiras de rodas, de Wan Nuys, Califórnia, conhecida como “Flight Wheels” ( rodas voadoras), faz uma excursão pelo país difundindo o esporte e despertando o interesse dos ex-combatentes. Com as regras adaptadas, o basquete teve seu grande salto. No período de 1946 a 1948, Lipton associou-se ao professor Timothy Nugent, diretor do Student Rehabilitation da Universidade de Illinois, para se dedicarem ao treinamento de equipes de basquetes em cadeiras de rodas. Em consequência, o interesse pelo esporte aumentou de tal maneira que incluiu não só veteranos de guerra, mas civis incapacitados por paraplegia, por poliomielite e amputados, e outras causas.

WINNICK (1990) ainda ressalta que, em 28 de junho de 1948, aconteceram os primeiros jogos de Stoke Mandeville, sob a direção do Dr. Guttmann, que passou a sonhar com a realização de uma olimpíada especial, onde reunir-se-iam milhares de deficientes em torno do esporte, em um acontecimento inimaginável, num mundo que os consideravam vítimas infelizes e um peso para a sociedade. Esse sonho começou a se tornar realidade com a participação de 16 atletas ingleses nos jogos, que tiveram as modalidades de tiro-ao-alvo, arremesso de dardo e arco-flecha. ADAMS (1985) relata que este evento ocorreu no jardim do National Spinal Injuries Centre of the England, ao mesmo tempo em que eram realizadas as Olimpíadas de Londres.

BEDBROOK (1987) aponta que, em 1949, o professor Nugent organiza a primeira excursão nacional de basquete nos EUA, com a participação de 8 ou 10 equipes e surge, então, a National Wheelchair Basketball Association, sob sua direção. Neste mesmo ano, na Inglaterra, um jornal editado por Guttmann ressaltava que os jogos de Stoke Mandeville iriam ter caráter internacional e seriam equivalentes ao Jogos Olímpicos. Seu sucesso não só contribuiu para o desenvolvimento das atividades do esporte competitivo, como também para o conhecimento sobre as habilidades dos lesados medulares e, certamente, estimularam a formação da Organização Internacional de Esporte para Deficientes - International Stoke Mandeville Wheelchair Games Federation (ISMWGF).

Segundo o mesmo autor o início de intercâmbio entre a Inglaterra e os Estados Unidos ocorreu em 1950, quando o Dr. Guttmann visitou os Estados Unidos e se reuniu com Mr. Lipton para discutir e incrementar o desporto em cadeira de rodas e convidou uma equipe

Norte Americana para participar dos jogos de Stoke Mandeville, que passaram a ser realizados anualmente. Os primeiros jogos internacionais foram realizados em 1952, em Stoke Mandeville, com 130 atletas participantes e contou com a participação de uma equipe Holandesa. A sua realização foi considerada um sucesso e tinha por objetivo congregaer homens e mulheres deficientes de todas partes do mundo. Esse era o pensamento do Dr. Guttmann.

BEDBROOK (1987) ainda descreve que a partir de 1956 os Jogos Stoke Mandeville passaram a ser reconhecidos oficialmente pelo Comitê Olímpico Internacional.

Em 1957 os jogos de Stoke Mandeville, em sua 6<sup>o</sup> edição, passaram a contar com infra-estrutura bastante ampliada, devido ao empenho e dedicação do Dr. Guttmann, o que levou ao caráter de competição internacional no continente Europeu em 1958. Passaram então a ser chamados de Jogos Internacionais de Stoke Mandeville. Neste ano, extrapolando Aylesbury, os jogos foram realizados em Bruxelas e a abertura foi feita pela rainha Elizabeth. Em 1960 o Dr. Guttmann concretiza seu sonho, idealizado em 1948, de realizar um evento que tivesse o mesmo impacto de uma Olimpíada.

Os 9<sup>o</sup> jogos de Stoke Mandeville foram realizados em Roma em 1960, imediatamente após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Roma. Foi um grande passo na direção do movimento olímpico para as pessoas portadoras de deficiências. Este evento contou com 400 participantes de 23 países, dos quais 230 competidores. Contou com o apoio do Comitê Olímpico Italiano (COI), tendo a primeira dama italiana, dona Carla Gronchi como madrinha dos jogos. Este evento marca o envolvimento político e social das autoridades e personalidades. Todos os participantes dos Jogos foram recebidos pelo Papa João XXIII em audiência pública concedida na Cidade do Vaticano. O Papa dirigiu-lhes o seguinte discurso, segundo DEL GRANDE (1982).

*“ A diminuição de suas forças físicas não debilitou suas ansiedades e nesses dias recentes vocês tomaram parte de todos os tipos de jogos, os quais pareciam ser impossíveis de ser praticados. Vocês deram um grande exemplo que gostaríamos de enfatizar porque pode ser uma meta para todos nós, vocês demonstraram o que uma alma enérgica pode conseguir apesar de obstáculos aparentemente intransponíveis impostos pelo corpo. Vós sois a demonstração viva das maravilhas da virtude de energia” .*

Segundo FRANÇAS (1995), o Papa recebeu privativamente o Dr. Guttmann, e olhando nos olhos, lhe disse “ Tu és o Coubertin<sup>2</sup> dos Deficientes”. Estes jogos se chamaram “ Paralympics” ( Olimpíadas para paraplégicos).

Em 1964 os jogos foram realizados em Tóquio, e contaram com as presenças do príncipe e da princesa do Japão no cerimonial de abertura. Participaram deste evento 450 atletas de 25 países. Neste ano surge a 2ª organização internacional para dirigir o desporto para deficientes, a -ISOD- (Internacional Sports Organization for the Disabled): Organização Internacional de Desporto para Deficientes.

BEDBROOK (1987) ressalta que, neste mesmo período, surge o nome Paraolímpico, que nunca foi adotado pelo comitê dos jogos de Stoke Mandeville, que mantém a realização dos jogos anualmente, com o nome de Stoke Mandeville Games. Esses jogos marcam também o início do apoio das Organizações Internacionais.

Com o aumento progressivo de participantes nos Jogos de Stoke Mandeville, em 1966 o Dr. Guttmann manifesta o desejo de construir um estádio totalmente adaptado para a realização deste evento e obtém ajuda de amigos, da população de Stoke Mandeville e financiamento externo, principalmente da Holanda, para a construção do complexo desportivo.

BEDBROOK ( 1987) aponta que, em 1968, os jogos são realizados em Tel Aviv (Israel), devido aos problemas de organização do comitê mexicano, que organizou os Jogos Olímpicos daquele ano. Para esses jogos foi construído o primeiro complexo esportivo adaptado do mundo e participaram deste evento 750 atletas de 29 países.

Em agosto de 1969, a Rainha Elizabeth da Inglaterra inaugura o Estádio Esportivo de Stoke Mandeville para paralisados e outros deficientes. Este complexo esportivo foi totalmente adaptado, marcando um desenvolvimento na arquitetura desportiva.

A cidade de Munique, na Alemanha, sediou os Jogos Olímpicos de 1972 e por problemas políticos não relatados, os Jogos Paraolímpicos não ocorreram no mesmo local. A cidade sede das paraolimpíadas foi Heidelberg, no mesmo país. Os jogos foram presididos pelo Presidente Gustav Helnemann, da República Federativa da Alemanha e teve a participação de 1400 Atletas de 44 países.

---

<sup>2</sup> O Barão Pierre de Coubertin, foi o grande idealizador dos jogos Olímpicos da era Moderna

De acordo com DEL GRANDE (1982) e SILVA (no prelo), estes jogos marcam a estréia de atletas brasileiros em Jogos Paraolímpicos, que teve eleito um jogador de basquete como o melhor do mundo dentro de sua classificação, Cláudio Araújo, classe 4.

Por divergências políticas não mencionadas nos documentos pesquisados, o mesmo fato se repete nas Olimpíadas do Canadá em 1976, com a não realização dos jogos no mesmo local. Os jogos olímpicos ocorreram em Montreal e as Paraolimpíadas em Toronto. Esses jogos marcam a inclusão dos atletas cegos e paralisados cerebrais em paraolimpíadas.

Segundo SILVA(no prelo), o Brasil consegue suas duas primeiras medalhas em Paraolimpíada; estas foram obtidas na modalidade de Bocha.

CARPENTER (1988), relata que a primeira vez que um grupo de corredores em cadeira de rodas participou de uma corrida de longa distância ( 42.195 km) foi em 1974, quando 10 corredores participaram da Maratona Nacional em Cadeira de Rodas de Ohio. Bob Hall de Belmont, Massachusetts foi o vencedor.

WINNICK (1990) relata que, nesta mesma época, foi formada a Associação de Estados Americanos para atletas Cegos, (USABA) nos Estados Unidos, para promover competições atléticas em níveis regionais, nacionais e internacionais.

Em 1980 os Jogos Olímpicos foram realizados em Moscou, na União Soviética e os Paraolímpicos acabaram sendo realizados pela Holanda na cidade de Amheim, que se prontificou a realizar e patrocinar o evento. Foi a última participação do Dr. Guttmann nos jogos; ele faleceu em 18 de março daquele ano. Este acontecimento representou uma grande perda para o movimento, assim como para todas as pessoas portadoras de deficiência de todo o mundo.

STROHKENDL (1996) estabelece um entendimento que a partir de 1980, este movimento entra em um processo de cientificidade, surge a necessidade de implementar medidas que assegurassem as individualidade e a igualdades nas competições esportivas. Houve o desmembramento em organizações diferentes para cada deficiência e, até então, a International Sports Organization Disabled (ISOD) respondia por todas as áreas de deficiência. Os cegos se organizaram através da International Blind Sports Association (IBSA) e os Paralisados Cerebrais através da International Sports and Recreation Association (CP-ISRA). Estes desmembramentos foram feitos diante da necessidade de se estabelecer regras coerentes para cada grau de deficiência.

Com o crescimento do número de participantes a cada evento realizado, a comissão organizadora dos Jogos Paraolímpicos sente necessidade de estabelecer uma nova configuração para a realização destes eventos.

Foi fundado, então, em 1982, o Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes a nível Mundial (ICC). De acordo com LINDSTROM (1996) e

*“Sua proposição era administrar os Jogos Paraolímpicos e representar as organizações participantes no diálogo com o Comitê Olímpico Internacional e outras organizações globais. As quatro federações internacionais que vêm sob a direção do ICC são: CP-ISRA; IBSA; ISMGF; e ISOD. Seguindo-se as Paraolimpíadas de Barcelona, o ICC foi substituído por um novo corpo diretivo, o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC). Atualmente o IPC inclui mais de 100 nações-membros, as quatro originais federações internacionais do ICC e uma quinta federação que representa atletas com deficiência mental (INAS-FMH). A sexta organização internacional representa pessoas com incapacidades auditivas (CISS) e é separada do Movimento Paraolímpico e do IPC”.*

Em 22 de setembro de 1989, o IPC foi oficialmente criado e designado como o representante dos princípios das organizações esportivas internacionais para atletas com deficiências. Seus objetivos são:

*“Dar assistência na coordenação dos Jogos Paraolímpicos; dar assistência na coordenação e supervisão de Jogos Regionais, Mundiais e Campeonatos, como a única organização de múltiplas deficiências. Em complemento a isso busca: coordenar o calendário de competições regionais e internacionais; integrar esportes para atletas com deficiência com movimento internacionais de esporte para atletas não deficientes, ligados ao Comitê Olímpico Internacional e dar assistência e encorajar programas educacionais e de reabilitação, pesquisas e atividades promocionais”.*

A mudança de ICC para IPC foi mais do que um nome apenas: era a mudança de uma filosofia, a busca de equiparação com o movimento Olímpico Internacional. Esta transformação ocorreu devido às solicitações dos representante das federações de cada país membros do ICC,

que externaram sua insatisfação durante a realização de um seminário em Arnhem, Holanda, em março de 1987. A mudança foi realizada em 22 de setembro de 1989.

De acordo com STROHKENDL (1996), as implementações iniciadas em 1982 não se restringiram apenas ao campo administrativo neste ano:

*” Em Falun, na Suécia, foi nomeado o primeiro Comitê de Classificação da subsecção do ISMGF. Foi nomeado para implantar o sistema funcional rapidamente, o qual tinha sido preparado durante seis anos. O novo sistema foi baseado no movimento e padrões de habilidades que são determinados pela permanência de potenciais funcionais dos jogadores, utilizando uma cadeira de rodas adaptada e o esforço exigido para executar determinadas habilidades do basquete tão efetivamente quanto possível, de acordo com os objetivos e regras do jogo”.*

Em 1984 as Olimpíadas foram realizadas na cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos e os Jogos Paraolímpicos, dentro de uma nova configuração, estavam para ser realizados na cidade de Illinois. Os deficientes físicos em cadeiras de rodas, os cegos, paralisados cerebrais e os amputados seriam recebidos na cidade de Nova York, mas por dificuldade dos organizadores em viabilizar a realização deste evento naquele local, os jogos em que participaram deficientes físicos em cadeira de rodas, que estavam sob a direção da I.S.M.W.F., realizaram-se na cidade de Aylesbury, na Inglaterra, e os demais, entre participantes com outras deficiências, na cidade de Nova York.

O ano de 1988 representa um novo marco para o movimento, que retoma a realização dos jogos no mesmo local das Olimpíadas. Isso só tinha acontecido em Roma em 1960 e Tóquio em 1964, quando este movimento denominava-se “Jogos Internacionais de Stoke Mandeville”. A partir desta data, este movimento até então conhecido como “Jogos Paraolímpicos” adotou o nome de Paraolimpíada. A nova nomenclatura resultou de sua proximidade, quanto à estrutura, às Olimpíadas. Em termos de envolvimento, este evento contou com a presença dos Cegos e dos

Deficientes Físicos em Geral, como: Amputados, Paralisados Cerebrais, Les Autres e Lesados, cada um competindo dentro das normas estabelecidas pelas suas Federações Internacionais.

Há uma discussão sobre o termo Paraolimpíada (Paraolímpico), que pode ser entendido como evento paralelo as Olimpíadas ou eventos Paraolímpico de Paraplégia ( perda dos movimentos dos membros inferiores) e Olímpico de Olimpíadas.

Em 1992 as Paraolimpíadas foram realizadas na cidade de Barcelona, Espanha. Foram organizadas pelo mesmo comitê dos Jogos Olímpicos, e contou com o apoio da Fundación de la Organización Nacional de Ciegos Españoles (ONCE), órgão este de grande expressão internacional, no tocante ao movimento das pessoas portadoras de deficiências visuais.

Estas Paraolimpíadas marcam pela sua grandiosidade em número de Países e atletas participantes, VANLANDEWIJCK et al (1993). relata a participação de 3100 atletas de 94 países, e o grande público presente nos jogos, sendo a primeira Paraolimpíada realizada sobre o comando do Comitê Paraolímpico Internacional (C.P.I.).

Em 1996 as Paraolimpíadas foram realizadas em Atlanta, mantendo a tradição de Barcelona, tendo o envolvimento do mesmo comitê organizador dos Jogos Olímpicos. Fato de destaque foi a participação dos deficientes mentais como convidados, pela primeira vez, em Paraolimpíadas.

A partir de Seul estes jogos vêm sendo realizados no mesmo local das Olimpíadas. Isso mostra que o movimento estabilizou-se enquanto movimento paralelo, e que os próximos países candidatos às Olimpíadas têm que prever este evento como uma extensão das Olimpíadas, para serem atendidos como sede dos Jogos Olímpicos.

## 2. I. A INTRODUÇÃO DO ESPORTE ADAPTADO NO BRASIL.

O início da prática do Desporto Adaptado no Brasil deu-se através das iniciativas de duas pessoas que procuraram os serviços de reabilitação nos Estados Unidos, na década de 50, após ficarem deficientes físicos em decorrência de acidentes. Foram os Srs. Robson Sampaio de Almeida, então residente no Rio de Janeiro e Sérgio Serafim Del Grande, na cidade de São Paulo.

Conforme depoimento de DEL GRANDE, (1996), que resgata através de entrevista os seguintes fatos.

*“Eu fiquei paraplégico em 1951, jogando futebol no Colégio Arquidiocesano de São Paulo, devido a um traumatismo com a trave de Gol. Na ocasião não havia instituto de reabilitação no Brasil, e a equipe médica que me atendeu disse que se eu tivesse condições financeiras, deveria ir para os Estados Unidos em busca de uma reabilitação adequada.*

*Então entramos em contato com o “Institute For Rehabilitation Kesle” em New Jersey e, ao iniciar a reabilitação fui informado de que uma das obrigações que estava incluídas no Programa de reabilitação era a opção por uma atividade esportiva como basquete, natação, arco e flecha, ou arremesso de disco e dardo. Esta obrigação era comum em todos os institutos de reabilitação dos Estados Unidos. Como a gente era obrigado a fazer esta opção, eu optei pelo basquete em cadeira de rodas, e pra mim foi muito bom. Uma, pela integração social que daí resultou, graças à facilidade de estar viajando e jogando com outros elementos de institutos de reabilitação. De Nova Jersey nós fomos para Washington, Nova Iorque, então conheci vários estados dos Estados Unidos. Isso era um torneio que os institutos de reabilitação faziam entre eles e foi muito bom para meu conhecimento e para o meu inglês também. Fiquei um ano lá”.*

A reabilitação a que é submetida uma pessoa após um traumatismo raquimedular geralmente corresponde à busca de meios que levem esta pessoa a conviver com as limitações corporais e orgânicas causadas em decorrência de um lesão medular. Estas orientações estão relacionadas com os cuidados pessoais, para maximizar a independência pessoal, autoconfiança física, psicológica e social, o bem-estar espiritual, orientação sexual e a preparação para a

transição entre ser “doente” e estar “apto”, visando a qualidade de vida, já que até o momento a medicina não conta com recursos para restabelecer lesões do sistema nervoso. Segundo BROWLEY(1991) in TOLOCKA (1994), o objetivo do trabalho de reabilitação de longo alcance seria levar o paciente a alcançar o mais alto grau de saúde, independência, equilíbrio e controle que a lesão permitir. Del Grande 1996. relata que:

*Quando eu cheguei lá eu só andava de cadeira de rodas. Com as orientações e terapias eu consegui me locomover com os aparelhos e me tornar completamente independente.*

*Eles ensinaram-me a subir e descer escada de muleta, ensinaram-me como tinha que sentar no banheiro, levantar da cama como tinha que arrumar a minha cama, a dirigir carro, os cuidados que eu deveria ter em relação as partes lesadas. Tudo foi feito no instituto de reabilitação.*

Ao retornar ao Brasil, como se deu seu envolvimento com o Desporto Adaptado?

*Quando retornei ao Brasil eu não tinha a intenção de fundar um clube dos paraplégicos de São Paulo. Mas depois em novembro de 1957 a A. A.C.D. trouxe um time dos “PAN JETS”; que eram funcionários da empresa PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS. que ficaram paraplégicos e continuaram a trabalhar na empresa e a praticar esporte. Este grupo veio fazer jogos de exibições nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Aqui no ginásio do Ibirapuera eles demonstraram as modalidades de basquetebol, tênis de mesa e arco e flecha.*

*Um dos elementos, que se chamava Jean Quellog, sugeriu que eu fundasse um clube dos paraplégicos aqui no Brasil. Foi aí que eu me entusiasmei. Levando-o para passear aqui em São Paulo, ele foi me dando dicas de como eu deveria agir, foi me passando algumas orientações sobre a cadeira de rodas esportiva. Ele despachou uma cadeira esportiva dos Estados Unidos, mais especificamente, de Nova Iorque.*

*O Dr. Paulo Machado de Carvalho, então vice-presidente da Federação Paulista de Futebol, ajudou muito numa campanha pela televisão e conseguiu a doação das 10 cadeiras de rodas. Quem doou as cadeiras foi o BALMER, (um antigo fabricante de cadeira de rodas). Pegamos a cadeira de rodas que veio dos Estados Unidos, e emprestamos para o Balmer e ele fez as outras.*

*Iniciamos este movimento logo após o jogo de exibição dos "PAN JETS", no final de 1957, A partir daí a minha preocupação passou a ser arrumar os elementos para iniciar a equipe e logo que eu vi um elemento saltando do bonde de muleta, eu falei: é esse o 1º elemento que tenho que pegar. Seu nome é João Lourenço e foi um dos que me deu muito apoio. Fui depois ao Lar Escola de São Francisco e arrumei uns quatro, no Hospital das Clínicas e na A. A.C.D. Nós reunimos os 10 elementos e formamos a 1ª equipe de basquete em cadeira de rodas no Brasil.*

*Em fevereiro de 1958 iniciamos os treinamentos de basquetebol no Hospital das Clínicas em São Paulo.*

*No início deste movimento eu tive muito apoio da Federação Paulista de Futebol, principalmente do Dr. Paulo Machado de Carvalho. Em 28 de julho de 1958 nós demos personalidade jurídica para o Clube dos Paraplégicos de São Paulo (C.P.S.P), que contou com os seguintes sócios fundadores: Paulo Machado de Carvalho, Júlio Fantauzzi Filho, Wilson da Costa Florin, Sérgio Serafchim Del Grande, Fernando Bocolini, Vicente Fiola, Murilo Antunes Alves e toda a delegação de campeões de futebol em 1958 na Suécia.*

*A data de fundação do C.P.S.P. foi escolhida para homenagear o dia 28 de julho de 1948, data esta em que o Dr. Ludwig Guttmann começou o esporte para o deficiente físico em Stoke Mandeville na Inglaterra.*

Existe uma controvérsia neste movimento; uns afirmam que ele teve início no Rio de Janeiro, mas alguns acontecimentos apontam esta iniciativa para São Paulo. Esta justificativa existe apenas em termos jurídicos, porque a data de registro da fundação do Clube do Otimismo do Rio de Janeiro deu-se em 1º de Abril de 1958 e antecede a do C.P.S.P. Não há documentos que ratifiquem a existência deste movimento anteriormente a esta data. O movimento dos paulistas aponta esta prática para antes da data da fundação de seu Clube.

Del Grande ( 1982) relata que em 6 de Dezembro de 1959 o Clube dos Paraplégicos de São Paulo embarcava para Buenos Aires e dava início aos primeiros contatos, no campo esportivo e social entre pessoas portadoras de deficiências de dois países. Foram jogar contra os clubes Marcelo Joca Fitte, Luna Park e Mar Del Plata. Em 1960, o Clube dos Paraplégicos de São Paulo participa do 1º campeonato Mundial realizado em Roma.

O mesmo autor relata o primeiro confronto entre as duas equipes brasileiras, que se deu em dezembro de 1959, no ginásio de esporte do Maracanãzinho, sendo os paulistas os

vencedores por 22x16. Em 1960 e 1961 outros dois confrontos aconteceram, os quais foram vencidos pelos cariocas por 37x17 e 48x8 respectivamente; com isso estava selada a competição esportiva por esta população.

Por iniciativa deste dois homens, Sérgio Serafim Del Grande e Robson Sampaio de Almeida, o Desporto passou a ser praticado por portadores de deficiências aqui no Brasil. Este movimento vai se fortalecendo e passa a buscar contatos internacionais a partir de 1969, quando é formada a primeira Seleção para participar dos 2º Jogos Panamericanos realizados em Buenos Aires. A participação do Brasil neste evento era de suma importância para buscar contatos com as equipes de outros países como: Estados Unidos, México, Canadá, Argentina, Peru, Chile, Uruguai e outros e também pela necessidade de intercâmbio entre os profissionais que buscavam conhecer outras modalidades esportivas que ali seriam praticadas.

A partir de então este movimento no Brasil tem procurado trilhar os caminhos estabelecidos pelos Órgãos Internacionais, seja incorporando as orientações ou buscando acompanhar as evoluções nos mais diferentes campo de conhecimento que esta área estabeleceu, buscando assim uma participação cada vez mais efetiva neste campo.

## CAPÍTULO II

### IDENTIFICANDO E ENTENDENDO OS MOVIMENTOS DESENCADEADORES DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPORTO ADAPTADO BRASILEIRO

#### II.1. AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO SENTIDO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESPORTO ADAPTADO BRASILEIRO

Selecionamos as principais ações que nortearam o processo de institucionalização do Desporto Adaptado. Gostaríamos inicialmente de ressaltar que essas ações não foram desencadeadas visando este fim, mas permitiram que o processo canalizasse embora impensadamente, as diferentes formas e meio de discussão em torno dos problemas que envolvem as pessoas portadoras de deficiências como um todo, entre os quais o Desporto Adaptado.

Entre estas ações destacamos algumas em diferentes governos, que podemos caracterizá-las como linhas norteadoras do “processo de institucionalização<sup>1</sup>” do Desporto Adaptado Brasileiro. Estas ações estiveram presentes nos momentos de identificações dos problemas, e que trouxeram contribuições para a efetivação da realidade presente.

- Os Congressos Brasileiros do Esporte para Todos. 1982- 1984- 1986.  
(relacionados ao movimento de Esporte Para Todos, EPT.)
- Projeto Integrado SEED/CENESP. 1984- 1985.( estudos das condições em que as p.p.d eram atendidas, no campo da educação física e esporte)
- Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente. 1985- 1990.  
(plano de ações no sentido da integração da p.p.d. no governo Sarney) e A criação da Cordenadoria para a Integração da Pessoa Deficiente-CORDE.
- Plano Plurianual 1991-1995. ( plano geral de esporte do Governo Collor, para este período).

---

<sup>1</sup> Os acontecimento que permitiram a discussão no campo da Educação Especial em geral e especificamente na área da educação Física e do desporto para as pessoa portadoras de deficiência no período estudado, e que veio a contribuir para que os órgão de governo estabelecesse o atendimento neste campo, chamamos em nosso trabalho de *processo de institucionalização do desporto adaptado*.

Neste ponto faremos uma compilação dos documentos que marcaram as principais ações governamentais e levaram ao reconhecimento da ausência de uma política nos vários segmentos de governo e sociedade, voltada para a área do desporto e da Educação Física, quer como conteúdo da educação especial, quer como direito das Pessoas Portadoras de Deficiências.

Esta apresentação obedecerá a cronologia dos acontecimentos, e a síntese de seus conteúdos contribuirá para o entendimento do processo de Institucionalização do movimento do Desporto Adaptado no Brasil.

A apresentação das sínteses obedecerá a forma original dos documentos.

SILVA (1986) relata que a ONU, em de 16 de dezembro de 1976 aprova a Resolução nº 31/ 123, proclamando o ano de 1981 como o “Ano Internacional para as Pessoas Deficientes”, ( international year for disabled persons). Estava claro o propósito dessa declaração universalmente conhecida: a de dar implementação a Resoluções anteriores, como as 1971 em que a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução de alto significado a respeito das pessoas deficientes: a Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental. No ano de 1975, por sua vez, aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. A Resolução nº 31/123 vem para a concientização em termos mundiais da problemática a respeito das Pessoas Portadoras de Deficiências.

O período compreendido entre a Declaração e o Ano internacional das Pessoas Deficientes 76/81 serviu para a mobilização de todos os segmentos públicos ou privados no sentido de interação dos esforços, com objetivo de estabelecer uma conscientização e envolvimento em níveis internacional, nacional, regional e mesmo local. Vale ressaltar neste período que a ONU aprovou várias resoluções e relatórios a respeito dos trabalhos de preparação do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, como forma de garantir a seriedade que deveria ser tratada a questão.

SILVA (1986) ainda observa que as manifestações fossem elas de qualquer origem, e direcionadas a qualquer área, deveriam ser bem claras e definidas para garantir o efeito esperado, já que o ano de 1981 marcaria o início de uma década em que os países membros deveriam estabelecer planos e metas voltados para as necessidades das Pessoas Portadoras de Deficiência em todas as áreas.

Diante desta determinação, desencadeada mediante a detecção da ONU dos descasos com as pessoas deficientes, as autoridades, principalmente dos países em desenvolvimento,

despertaram para a gravidade de um problema, que a partir de então tem levado as autoridades competentes a refletir sobre as reais dimensões humanas e sociais.

As primeiras ações desencadeadas visando acatar a resolução da ONU, foram no sentido de estabelecer meios para detectar a verdadeira realidade, situação em que se encontrava esta população. Isso tornou-se necessário porque o Brasil não possuía e não possui dados estatísticos fidedignos em relação aos problemas de sua população em diversas áreas. Sem sombra de dúvida, podemos acreditar que este movimento é um marco, de grande significado, que envolveu diversos segmentos de Governo e Sociedade, em torno desta população, com os mais variados objetivos.

Os movimentos relacionados à Pessoa Portadora de Deficiência e ao Desporto Adaptado, passando pela Educação Física Especial, no sentido de estruturação, reconhecimento e incorporação desta área, serão desencadeados posteriormente a esta fase de mapeamento dos reais problemas que envolvem o deficiente no Brasil.

Machado (1981), em seu texto *“Deficiente: Integração pelo Desporto”*, procura através de dados, estimativas e entrevistas com profissionais ligados a educação especial, a nível de Governo Federal, e alguns esportistas portadores de deficiência, ou ligados aos movimentos, resgatar a realidade do Desporto Adaptado e da Educação Física Especial em nosso País. Seu trabalho vem explicitar o desconhecimento dos problemas das pessoas portadoras de deficiências por parte dos órgãos de governos, responsáveis pela área da educação física e desporto, naquele momento. O autor partia do pressuposto que as questões relacionadas à pessoa portadora de deficiência a nível de Educação, “compreendendo que a educação física, assim como o Desporto” estavam contempladas dentro deste contexto. O mesmo autor ressalta:

*“Cabe dizer que no setor de orientação de Educação Física (no caso do Deficiente) é atribuição da Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC/SEED<sup>2</sup>. No caso específico de Educação Especial, a Secretaria trabalha articulada com CENESP<sup>3</sup>; no entanto, a parte executiva cabe as secretarias de Educação nas Unidades Federadas.”*

---

<sup>2</sup> Estas siglas correspondem ao Ministério de Educação e Cultura/ Secretaria de Educação e Desporto

<sup>3</sup> Centro Nacional de Educação Especial CENESP

O autor explicita que diante deste fato, os profissionais entrevistados que na época estavam ligados a área da educação especial, que respondiam pelo órgão de governo, Centro Nacional de Educação Especial(CENESP), se posicionaram diante das questões levantadas, dizendo que o CENESP mantinha dois Educandários:

*“O Instituto Benjamim Constant (IBC) para o atendimento ao aluno de 1º grau, portador de deficiência visual (DV), e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), para o aluno com deficiência auditiva (DA), de primeiro grau. Assumem que o Desporto Adaptado naquele momento, no plano Federal estava incluso teoricamente nas ações Governamentais, pois a legislação Brasileira para a Educação Física ainda não contemplava questões relativas às pessoas portadoras de deficiência”,*

E que as finalidades do Centro Nacional de Educação Especial eram de:

*“planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré- escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiência múltipla ,educandos com problemas de condutas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a Educação Especial”*

Estas diretrizes se estendem para toda a Educação Especial Nacional, e em todos os níveis e graus.

## **II. 2. OS CONGRESSOS BRASILEIROS DO ESPORTE PARA TODOS ( E.P.T.),**

No início dos anos 70 surge no Brasil um movimento na área da Educação Física, com a finalidade de propiciar a população atividades físicas em locais abertos nas cidades, tais como:

parques, praias, bosques, ruas, praças e áreas livres em geral, enfim qualquer área livre onde seja possível improvisar ou adaptar corridas, exercícios, jogos, encontros, campeonatos. Este movimento teve início na cidade de Itapira SP, a qual se tornou modelo de EPT no Brasil. COSTA e TAKAHASHI (1983), ressalta

*“que sempre houve iniciativas de popularização do esporte no Brasil, adaptando-se as atividades aos recursos locais bem como às possibilidades pessoais e não ao contrário como a velha tradição européia nos ensinou desde o século passado numa interpretação elitista e irreal”*

É usado para definir este fenômeno o termo “esporte de massa” que evolui para “esporte para todos” e esta apoiado nos seguintes ideários, segundo COSTA e TAKAHASHI (1983).

#### ***1º Lazer***

*Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.*

#### ***2º Saúde***

*Criar oportunidade de melhoria da saúde do povo, no que se refere a prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.*

#### ***3º Desenvolvimento Comunitário***

*Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de Município.*

#### ***4º Integração Social***

*Estimular a Congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e a valorização da criança e do idoso.*

#### ***5º Civismo***

*Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidades e de integração nacional.*

#### ***6º Humanização das Cidades***

*Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para concretização geral, quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.*

#### **7º Valorização da Natureza**

*Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente nas crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques florestas, praias, rios, lagos, etc.*

#### **8º Adesão à Prática Esportiva**

*Criar oportunidades e atividades esportivas simples e improvisadas de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar o esporte a ser praticado e aumentar o uso das instalações já existentes.*

#### **9º Adesão ao Esporte Organizado**

*Motivar, através do contágio de emoções da prática com grandes números de pessoas, o apoio a participação nas Atividades de Educação Física estudantil do esporte em clubes e outras entidades*

#### **10º Valorização do Serviço a Comunidade**

*Congregar o apoio popular, as entidades públicas e privadas a participarem dos mutirões esportivos.*

Esse movimento teve grande penetração por todo o país, o que resultou na realização de grandes eventos voltados para a prática de atividades físicas recreativas e esportivas.

Os Congressos Brasileiros de Esporte para Todos tornaram-se fórum de discussão e apresentação dos trabalhos desenvolvidos com as pessoas portadoras de necessidades especiais naquele momento.

O primeiro evento científico nacional desencadeado por este movimento ocorreu em 1982 “I Congresso de Esporte para Todos,” e foi realizado na cidade de Curitiba, o qual resultou na publicação do livro “A teoria e Prática do Esporte para Todos” 1982 - 1983, publicado pelo MEC em 1983. Este livro marca também o início das publicações em Anais, dos temas livres a respeito da atividade física para pessoas portadoras de deficiências, onde podemos citar os seguintes autores Rabelo (1983) “*O EPT e os excepcionais*”. Neste trabalho o autor elabora um projeto de recreação para atender diferentes tipos de clientes, principalmente pessoas portadoras de deficiência e idosos institucionalizados. O trabalho citado visava prevenir defeitos ou carências, minimizando as diferenças já instaladas.

BECKER JÚNIOR (1983) ressalta o valor do esporte como agente terapêutico, em seu trabalho *“A redução do nível de ansiedade de doentes mentais através do futebol”* aplicado a doentes mentais do manicômio judiciário de Porto Alegre. SILVA, (1983) utilizou de uma seqüência de atividades pré determinada no em seu trabalho, *“aplicação da atividade física praxiterápica nos estados psiquiátricos especiais e/ou deficientes”*. LINHARES, (1983), em seu trabalho *“um espaço aberto para a integração escola-pai-criança excepcional”*, usa de estratégias não convencionais para sensibilizar a participação de excepcionais, técnicos, amigos e parentes como forma de integração. RABELO, (1983) destaca a mudança na maneira positiva da sociedade ver o deficiente após a chegada do EPT na Bahia, e destaca ainda a intervenção do governo estadual na implementação de eventos. DUARTE, (1983) desenvolveu um trabalho de percepção de espaço, realizado por intermédio de jogos, onde acontecia avaliações de percepções de tamanho e distância com o objetivo de trabalhar a consciência corporal dos *deficientes mentais leves, limítrofe e disfunção cerebral mínima*. PETSCHER (1983), encerra esta série de publicações nos Anais do I Encontro Brasileiro de Esporte para Todos com o trabalho *“contribuição da Educação Física para o estruturação do esquema corporal do deficiente mental”*.

A apresentação de trabalhos relacionados a área de Educação Física para as pessoas portadoras de deficiências torna-se comum dentro dos encontros do EPT, como podemos observar no II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos realizado em Belo Horizonte - MG (1984). SANTOS (1984) ressalta a necessidade da expansão da Educação Física na Educação Especial e também a fundamentação metodológica apropriada a cada caso. GOMES (1984) alerta para o amplo campo de ação da Educação Física, e relata a importância da mesma como forma terapêutica ou como atividade recreativa para pacientes psicopatas, com o objetivo de mobilizar, socializar, integrar, enfim tirá-lo da ociosidade em que vive. RABELO (1984) enfatiza que o esporte é de fundamental importância no processo de integração do excepcional, pois quase todas as modalidades esportivas podem ser adaptadas a sua prática, e menciona o EPT como experiência positiva pela facilidade de adaptação às necessidades dos praticantes. Isto deve-se principalmente pela forma recreativa e participativa do trabalho. LINHARES (1984) em seu trabalho *“O Casarão”* que tem por objetivo atender crianças e jovens com distúrbios psíquicos e autistas, dá ênfase na valorização da Educação Física para esta população. BRAVO (1984), partindo do movimento do EPT, propõe o *“Esporte para todos sobre rodas”*, com o objetivo de sensibilizar o deficiente físico para a

importância da atividade física como meio de integrá-lo a sociedade, criando assim uma motivação no praticante. PINHEIRO E ARGOLO (1984), visando ampliar o campo de ação das Pessoas Portadoras de Deficiências em programas sociais, desenvolve o programa, “Jogos sociais para cegos”, baseando-se no princípio da aceitação, caracterizado pelo processo de minimizar as diferenças e maximizar as semelhanças individuais no sentido da integração.

A apresentação de trabalhos, se repete no III, e último Congresso Brasileiro de EPT realizado em 1986 na cidade de Campo Grande-MS. Nos Anais deste Congresso podemos observar alguns trabalhos referentes ao tema. BARRETO (1986), busca em seu trabalho uma “*Metodologia da atividade física Praxiterápica em psiquiatria*” voltada para a compreensão do processo de controle do equilíbrio postural, em pacientes psiquiátricos. RIBEIRO (1986) em seu trabalho ressalta os recursos alternativos para desenvolver atividade física diversificada, com pacientes psiquiátricos, e pode constatar uma melhora significativa no estado físico e mental, e também nas atitudes comportamentais e afetivas de seus alunos SOBRINHO et al. (1986), utiliza-se das atividades físicas e esportivas como meio de promover a integração de pacientes psiquiátricos e funcionários, pacientes e comunidade externa, também como forma de observar os problemas individuais e comunitário. TESSER et al (1986) observa em seu trabalho as preferências pelas atividades esportivas e de lazer entre as pessoas portadoras de deficiência e as ditas “normais”, e conclui que não há evidência entre a preferência. SALES (1986) em seu trabalho “Esporte não formal como fator de integração entre o deficiente auditivo e a sociedade” propõe atividades em conjunto entre o portador de deficiência com a família e comunidade como meio facilitador para sua integração. RODRIGUES (1986), enfatiza a importância das atividades esportivas e de lazer para o desenvolvimento das crianças portadoras de deficiência em geral. PIARDI (1986), visando a integração entre pacientes psiquiátricos, adota como linha de ação as atividades sócio-esportivas no trabalho.

Ao nos referirmos a estes vários trabalhos publicados nos anais dos Congressos Brasileiros de EPT, queremos ressaltar a importância do movimento enquanto princípio de um trabalho mais sistematizados na Educação Física..

Nesta revisão bibliográfica dos Anais dos Congressos do Esporte para Todos (EPT), percebemos que a maioria dos trabalhos apresentados através de temas livres, relativos a Pessoa Portadora de Deficiência, estão voltados para as pessoas classificadas como doentes mentais ou

com distúrbios psiquiátricos. O que mais nos chamou atenção, foi o grande número de trabalhos relacionados as Pessoas Portadoras de Deficiências, apresentado em congressos que não previam o trabalho com esta população em suas propostas.

Embora Esporte Para Todos não exclua a Pessoa Portadora de Deficiência, suas justificativas e diretrizes também não as incluem.

### **II. 3. PROJETO INTEGRADO SEED/CENESP.**

No final do governo João Figueiredo, julho de 1984, é detectado pela Secretaria de Educação e Desporto SEED, a ausência de uma política, por parte dos órgãos governamentais, voltada para as questões relacionadas a Educação Física e o Desporto para as Pessoas Portadoras de Deficiências e Excepcionais<sup>4</sup>. Esta necessidade ficou evidente após a realização do II CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS (EPT) em Belo Horizonte, o qual apresentou um número razoável de trabalhos sobre as práticas de Educação Física, Desporto e Lazer direcionado a esta população, o que despertou interesse pôr parte das autoridades educacionais presentes no Congresso.

O Projeto Integrado, SEED/ CENESP fez com que houvesse a articulação dos órgãos responsáveis pela política e programa de Educação Física e Desportos a nível federal, Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED/MEC), e do Centro Nacional de Educação Especial

---

<sup>4</sup> O termo Excepcionais é utilizado por alguns autores como Bagatini (1982) para conceituar e interpretar de maneira a incluir os seguintes tipos: os mentalmente deficientes, todos as pessoas fisicamente prejudicadas, as emocionalmente desajustadas, bem como os superdotados. Enfim, todos os que requerem considerações especiais, no lar, na escola e na sociedade, temporariamente ou por toda vida. Helena Antipoff, utiliza o termo para referir-se aos indivíduos que fogem da faixa da normalidade para mais ou para menos, para mais são chamados os superdotados, para menos são os infradotados ou sub-dotados. Ao ser mencionado nos documentos do projeto integrado o termo excepcionais, cremos que seja para incluir as pessoas com problemas de condutas e os superdotados. Para Kirk/Gallagher (1987) são muitas as características que podem distinguir as crianças excepcionais das não-excepcionais: as excepcionais podem apresentar igualdades ou até superioridade em determinadas habilidades e apresentar discrepância em outras. Hoje o termo mais genérico para se referir a esta população é portador de necessidade especiais.

Vale ressaltar que este termo é muito usado nos meandros da educação especial a nível Nacional.

(CENESP). O Projeto Integrado o qual *visava*: “*investigar a ausência de uma política nacional de Educação Física, Desporto e Esporte para todos, ajustados às necessidade desta prática com excepcionais*”. Para este estudo, em um primeiro momento, foi constituída uma comissão composta por sete profissionais (sendo seis do CENESP e um da SEED), que se reuniram entre 23/07 a 03/08 de 1984 para elaboração de uma proposta. Na ocasião foi indicado o Prof. Person Cândido Matias da Silva, representante da Secretaria de Educação Física e Desporto SEED/MEC, como coordenador do projeto. Após várias reuniões foi feita a apresentação do projeto na SEED, que tinha como objetivo, conhecer o universo de instituições e profissionais que dedicavam seus esforços ao desenvolvimento harmonioso do excepcional, em suas dimensões física, mental e social. Julgou-se imprescindível, no âmbito do projeto, a necessidade de se obter informações das seguintes fontes:

- professores de educação física atuantes com esta população.
- professores de educação física c/ habilitação específica para o trabalho c/ excepcional, mas que por alguma razão não estariam atuando naquele momento.
- instituições especializadas no atendimento do excepcionais.
- faculdades de Educação Física.
- associações de professores de Educação Física.
- órgãos responsáveis pela Educação Física nas unidades federadas.
- órgão responsável pela Educação Especial nas unidades federadas.
- instituições representantes de pessoas excepcionais.

Na tentativa de verificar o atendimento pertinente a Educação Física, Desporto e Lazer para a População Portadora de Deficiência, no tocante as intermediações destes segmentos. A comissão buscou nestas fontes informações relacionadas a:

1. Fundamentos filosóficos, teóricos e legais.
2. Recursos humanos, materiais e financeiros.
3. Procedimentos técnicos pedagógicos.

Essas informações foram obtidas através de pesquisa em todo Território Nacional, visando conhecer a realidade no que diz respeito a prática de Educação Física, Desporto e Lazer

por parte das Pessoas Portadoras de Deficiências e Excepcionais. A fase posterior foi a realização de reuniões nas capitais de Estados, Territórios e Distrito Federal, e foram denominados de PRÉ FÓRUNS, os quais buscavam a participação de representantes dos vários segmentos interessados na problemática dos excepcionais em suas localidades. Foram levantadas questões e propostas de soluções coerentes com cada realidade, a fim de subsidiar os debates nos momentos seguintes do projeto.

A comissão, de posse dos primeiros dados, parte para a realização de um Fórum Nacional, para discussão mais ampla das questões levantadas em torno das Pessoas Portadoras de Deficiências, que até este momento extrapolavam o campo da Educação Física e o Desporto. Isto foi aceito com naturalidade por considerar-se o envolvimento de diferentes segmentos da sociedade e órgãos de governos envolvido no projeto.

*O I Fórum Nacional: “O Excepcional e a política de Educação Física, Desportos e Esporte para todos”* realizado em janeiro de 1985 na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de delegações das várias Unidades Federadas e representantes das Entidades Nacionais interessadas na questão, teve como finalidade formar uma consciência nacional capaz de influir na elaboração da nova política de educação física, desporto e esporte para todos, voltados para as necessidades das pessoas excepcionais.

Durante a realização deste Fórum foram constituídas as comissões dos seguintes segmentos:

- Associação dos Professores de Educação de Física (APEF).
- Instituições Estaduais de Educação Especial.
- Representantes de Órgão Governamental.
- Instituições de Ensino Superior de Educação Física (Docentes).
- Representantes dos Governos Estaduais.
- Representantes das Pessoas Excepcionais
- Órgãos Estaduais responsáveis pela política e programa de Educação Especial
- Órgãos Estaduais responsáveis pela política e programa de Esporte.

Todos os Estados se fizeram representar nas comissões de trabalho constituída durante o encontro para o levantamento da realidade em suas localidades, e apontaram várias dificuldades da área em seus relatórios, como:

- Dificuldades financeiras.
- Falta de recursos humanos qualificados para o trabalho com o excepcional.
- Recurso humano não qualificado atuando.
- Não aproveitamento dos professores qualificados.
- Falta de material pedagógico.
- Ausência de diretrizes básicas relativas a Educação Física para o ensino especial.
- Objetivos indefinidos pela Educação Física na Educação Especial.
- Falta de integração entre as diferentes instituições que trabalham com a P.P.D.
- Ausência de uma política de formação de docentes voltada para a área .
- Falta de cursos de extensão nas Universidades.
- Ausência de uma linha filosófica norteadora do Ensino Especial.
- Ausência de programas integrados envolvendo a comunidade.
- Não priorização da Educação Especial por parte do Estado, nos programas existentes.
- Falta de apoio do Estado para com as instituições que atendem a P.P.D.
- Não cumprimento das leis pertinentes a Educação Física.
- Falta de pesquisas na área da Educação Física Especial.
- Instalações inadequadas.

Também foram citadas outras indicações de menor relevância na área da Educação Física e do Desporto para a P.P.D.

O próximo passo foi dado com a realizações dos *Pós Fóruns* em todas as unidades federativas com o objetivo de referendar as conclusões do *I Fórum Nacional*, ou acrescentar alguma outra proposta específica que se fizesse necessária, e estudar de maneira profunda as conclusões levantadas no Fórum Nacional.

A quarta e última etapa<sup>5</sup> do projeto integrado foi dado com a realização do Encontro Nacional: *“a pessoa deficiente e sua problemática.”* entre os dias 18 e 20 de junho de 1985, na câmara dos Deputados em Brasília. Este encontro se deu através de uma convocação das comissões de Esporte e Turismo, Educação e Saúde, com a participação de um Delegado de cada Unidade Federada e representante das Instituições Nacionais envolvidas, e de lideranças de diferentes segmentos do sociedade brasileira, interessados nos problemas das Pessoas Portadoras de Deficiências e Excepcionais. O encontro teve por objetivo convocar a classe política a participar do esforço desenvolvido no setor, visando a compatibilização das propostas a nível de regiões.

Esta fase caracterizava-se como sendo a fase conclusiva do projeto, a qual visava a formulação de uma proposta na direção dos problemas levantados nas 3 fases anteriores, questões estas que englobaram as seguintes áreas:

Educação Física e Desportos, Educação, Saúde, Trabalho, Legislação, Transporte e Barreiras Arquitetônicas.

As questões relacionadas a Educação Física e ao Desporto, nesta fase conclusiva, foram discutidas por uma comissão de 36 pessoas, em sua maioria professores envolvidos em trabalhos com as Pessoas Portadoras de Deficiências. Esta comissão esperava que fosse criada uma Lei, através de um projeto, que atendesse as reivindicações elaboradas, mediante os dados obtido ao longo do desenvolvimento do Projeto Integrado. No documento final são listadas as diretrizes de cada área, as quais apontavam para as possíveis saídas dos problemas identificados;

O grupo responsável pela Educação Física e Desportos, apontou 35 pontos que deveriam ser implementados para a superação do descaso da Educação Física e do Desporto, para as Pessoas Portadoras de Deficiências no Brasil. Estes pontos estão relacionados à necessidade de criar setores ou mecanismos de assessorias, por especialistas, dentro da estrutura administrativa do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), da Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED), do Conselho Nacional de Desportos (CND), e dos órgãos responsáveis pela Educação Física e Desporto a nível estaduais e municipais; em conhecer as

---

<sup>5</sup> A comissão de gerenciamento do projeto, “Grupo de Execução” mantiveram-se em atividade constante durante o período de, Julho de 1984 a junho de 1985, portanto a realização do pré fóruns, fórum Nacional, pós fóruns, e encontro Nacional, foram momentos previstos na execução do projeto, que extrapolariam as ações do Grupo de Execução.

condições que estavam sendo oferecidos os serviços disponíveis a esta população; expansão de convênio por parte do CENESP; ampliação e alocação de recursos específicos para a área; questões relacionadas à construção ou adequação de equipamentos específicos; criação e expansão de cursos de pós graduação voltados para a capacitação de recursos humanos em diferentes níveis; possibilitar meios para que o portador de deficiência tivesse acesso aos cursos de graduação; inclusão de conteúdos relacionados ao tema nos currículos de educação física; desenvolvimento de pesquisas na área; criar ou ampliar os órgãos responsáveis pela divulgação do tema em estudo; identificar através de levantamento a nível Nacional o numero de pessoas portadoras de deficiências e respectivamente classificações, assim como as instituições que as atendem, classes especiais e localidades, profissionais atuantes na área, Associações de Pessoas Portadoras de Deficiências; envolver representantes dessas associações nos grupos de elaboração de propostas voltadas para esta população; incorporar como proposta as ações bem sucedidas já existentes; campanha de esclarecimento da população em geral sobre os direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências,

As Comissões de: Educação ,Saúde, Trabalho, Legislação, Transporte, e Barreiras Arquitetônicas, fizeram seus relatórios voltados às necessidades de suas áreas.

Embora estivessem fazendo um levantamento voltado para a investigação da ausência de uma política Nacional de Educação Física, Desporto e Esporte para Todos, ajustados às necessidade dos excepcionais, os problemas apontados eram interdependentes.

Os documentos e as propostas para soluções dos problemas detectados durante o desenvolvimento do Projeto Integrado, voltam a ser discutidos em momentos posteriores, como o “Encontro de Professores de Educação Física” de Tramandaí/RS, realizado no período de 23 a 25 de março de 1986.

Neste encontro foi feita uma análise dos documentos, por professores especialistas na área, de diferentes Universidades Brasileiras, convidados através da SEED/CENESP com objetivo de apresentarem os seus trabalhos que vinham sendo desenvolvidos com as Pessoas Portadoras de Deficiência, garantindo assim suas participações nas discussões, o que levaria a definir também as áreas prementes naquele momento, relacionadas diretamente à competência da classe ( professores de Educação Física). Foram identificadas como sendo primeiras necessidades na área:

1. carência de recursos humanos
2. despreparo de grande parte dos recursos humanos existentes
3. carência de materiais e instalações adequadas

Em razão das dificuldades levantadas e verificadas as prioridades de ações do MEC e da SEED, o grupo de trabalho elegeu como sendo de caráter emergencial as seguintes ações:

- treinamento em caráter emergencial para os profissionais de Educação Física em atividade na área.
- especialização de recursos humanos.
- negociação imediata com Instituições de Ensino Superior para que os cursos de Educação Física incluíssem uma disciplina de fundamentos básicos de Educação Especial no Curriculum de graduação.

Até porque os currículos dos cursos de Educação Física encontravam-se em reformulação. Essa reivindicação foi contemplada através da Resolução nº 03 de 16/ 07/1987, e teve a sua efetivação em 1988.

## **II. 4. PLANO NACIONAL DE AÇÃO CONJUNTA PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA DEFICIENTE**

*“Anuncio agora meu desejo, solenemente, de marcar meu governo com o ponto de não retorno do problema”<sup>6</sup>.*

---

<sup>6</sup> Parte do Discurso do presidente José A. Sarney, no momento de lançamento do Plano Nacional de ação conjunta para integração da pessoa deficiente.

Com este discurso, é lançado em novembro de 1985, pelo Governo Sarney, o Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Deficiente, como prioridade em seu Governo.

A busca de caminhos que pudessem contribuir para a efetivação da integração social das Pessoas Portadoras de Deficiências, com problemas de conduta e superdotado, apontavam para a necessidade da criação de uma coordenação a nível Nacional. Com a finalidade de planejar, estimular, fiscalizar as ações dos diferentes órgãos governamentais, e a identificar os recursos financeiros e humanos, que pudessem garantir a Implantação e o Desenvolvimento do Plano Nacional de Ação Conjunta, para que se passassem da teoria à prática os esforços despendidos por diferentes segmentos governamentais até então.

Este plano foi elaborado pelo Comitê Nacional para Educação Especial, que foi instituído pelo decreto presidencial de 04 de novembro de 1985 para elaboração do Plano Nacional de Ação Conjunta. Este tinha por objetivo o aprimoramento da Educação Especial e a Integração, na sociedade, das Pessoas Portadoras de Deficiências.

Este Comitê, segundo consta nos documentos, foi constituído em primeiro momento por 48 profissionais de diferentes áreas da educação especial, divididos em duas comissões: executiva e de redação. Para o desenvolvimento do projeto, embora esteja mencionado no documento a participação de 50 pessoas nós encontramos nomes de 48 membros.

No final dos estudos o Comitê definiu o: “Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente”.

Esta Política Nacional de Ação Conjunta, foi elaborada levando-se em consideração os dados históricos de sua criação, que contribuíram para a situação atual da educação especial nacional, o seu envolvimento com a iniciativa privada, a relação de dependências das ações de diferentes Ministérios no sentido de prevenção e as soluções para os problemas instalados no educação especial e sua abrangência.

No segundo momento esta política aponta para a necessidade de uma Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Deficiente. No terceiro momento há definição do Programa de Ação, onde foram listadas 89 ações, das quais 30 foram prioritárias. Dentre estas destacamos as que tem relação, mesmo que secundária, com o Desporto Adaptado.

*II - desenvolvimento de programas para a conscientização da população e mobilização conjunta do governo e da comunidade para prevenção de deficiências e a integração de pessoas portadoras de deficiências, pessoas com problema de conduta e pessoa super dotadas (04)*

*IV - incentivo às instituições formadoras de recursos humanos, especialmente as Universidades, para a qualificação destes recursos nos diferentes níveis de ensino, em todas as áreas relacionadas com as pessoas portadoras de deficiência, com problemas de conduta e superdotadas (06)*

*V - Valorização profissional dos recursos humanos especializados, através da melhoria das condições de trabalho e de remuneração (07)*

*VI - Incentivo a estudos, pesquisas e publicações em todas as áreas de conhecimento relacionadas com as pessoas portadoras de deficiências, pessoas com problemas de conduta e pessoas superdotadas pôr parte dos organismos ligados ao desenvolvimento e financiamento destas atividades (08)*

*XVI - Garantia de apoio técnico e financeiro para a fabricação de equipamentos, material didático e aparelhos, entre outros de prótese e órtese, necessários a integração das pessoas portadoras de deficiências bem como alocação de recursos financeiros que possibilitem a aquisição dos mesmos pôr pessoas portadoras de deficiências (38)*

*XXX - Estabelecimento de normas técnicas para a construção e adaptação dos meios de transportes, com o objetivo de eliminar barreiras e facilitar o acesso às pessoas portadoras de deficiências (87)<sup>7</sup>*

Destacamos também a de nº53 do Programa de Ação, que não foi priorizada entre as 30 pelo Comitê Nacional para Educação Especial, mas tem relação direta com o tema em estudo.

*“Garantia da inclusão, nos programas de atendimento em educação especial, de atividades de educação física e desporto e de educação através da arte”.(53)*

---

<sup>7</sup> Os números que aparecem em romano estão relacionados a numeração de origem do Programa de Ação, os que aparecem em arábicos correspondem as trintas ações prioritárias apontadas pelo Comitê Nacional para Educação Especial naquele momento.

Esta política propunha a reformulação do CENESP, visando uma integração não só nas questões administrativas, mas de maneira ampla e irrestrita. No entanto, se contradiz quando aponta a necessidade de se criar uma coordenação para integração da pessoa portadora de deficiência, que se propusesse a responder pelas ações de diferentes órgãos administrativos, efetivando assim seus objetivos.

O CENESP foi criado pelo Decreto nº72.425, do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em 3 de julho de 1973, com a “finalidade de promover em toda território Nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais”. (Mazzota,1995).

A chamada reformulação do CENESP, foi desencadeada com a criação do Comitê instituído pelo Decreto nº 91. 872 de 4 de Novembro de 1985, com objetivo de traçar política de ação conjunta, destinada ao aprimoramento da Educação Especial e a integração na sociedade, das Pessoas Portadoras de Deficiências, com problemas de conduta e superdotados.

O Decreto nº93.613., de 21 de novembro de 1986, transforma o CENESP em Secretaria de Educação Especial-SESPE, órgão central de direção superior, do Ministério da Educação. Diante dessa mudança é efetivada a criação da Cordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, (CORDE), respaldada nas seguintes justificativas:

Sentindo a falta de um órgão político, com a função de articular as ações entre governo, e as diferentes esferas da sociedade, no sentido de estabelecer uma linha única de atuação visando a integração da pessoa portadora de deficiência, e:

- Considerando o propósito do Governo de assegurar aos Portadores de deficiências o pleno exercício de seus direitos básicos:
- Considerando exigir tal asseguramento conscientização coletiva, mobilização social, a ser liderada pelo poder publico, mediante ação integrada de seus órgãos e entes:
- Considerando o “Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da pessoa Deficiente” que lhe trouxe o Comitê instituído pelo Decreto nº 91.872, de 4 de novembro de 1985; e
- Considerando a proposta, naquele documento, de se confiarem a coordenação única, situada na Presidência da República, as atividades de planejamento, programação e acompanhamento das ações do Governo relativas as pessoas portadoras de deficiência.

Através do Decreto lei nº 93.481 em 29 de outubro de 1986. foi instituída a criação da Cordenadoria Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). pelo governo Sarney.

Este Decreto Lei procurou.

*Art 1º. A Administração Federal, os órgãos e entes que a compõem, deverão conferir, no âmbito das respectivas competência e finalidade, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos as pessoas portadoras de deficiências, visando assegurar a estas o pleno exercício de seus direitos básicos e a integração social.*

*Art.3º. incumbirá ao ministério de Estado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República a Coordenação superior. na Administração Federal dos assuntos, atividades e medidas que se refiram as pessoas portadoras de deficiências.*

*§ único. No exercício dessa cordenação, caber-lhe à, especialmente:*

*I - dar cumprimento as instruções emanadas do Presidente da República, para isso buscando a cooperação dos demais Ministérios de Estado:*

*II- apresentar ao Presidente da República os planos e programas de que trata o artigo anterior.*

*Art.4º. É instituída, no Gabinete Civil da Presidência da República, a Cordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - (CORDE).*

*§ único. A Corde Subordinar-se-á ao Ministério de Estado do Gabinete Civil e atuará sob sua direta e imediata supervisão.*

*Art. 5º. A CORDE competirá :*

*I- elaborar os planos e programas objetivo do artigo 2º:*

*II- propor medidas necessárias à completa implantação e ao adequado desenvolvimento desses planos e programas, inclusive as pertinentes recursos e as de caráter legislativo.”*

*III- acompanha e orientar a execução, pela Administração Federal. dos planos, programas e medidas a que alude este artigo.*

*IV- manter com os Estados, Distrito Federal. Territórios e Municípios, estreito relacionamento. objetivando a soma de esforços e recursos para a integração social das pessoas portadoras de deficiências.*

*V- sugerir a efetivação de acordos, contratos e convênios entre a União, ou entre a ela vinculado, e outras pessoas jurídicas, de direito publico ou privado.*

*VI- opinar sobre os demais acordos, contratos e convênios a serem firmados, pela União ou entidade a ela vinculada.*

**Art. 6º.** *A CORDE será dirigida por um coordenador, nomeado em comissão, pelo ministério de Estado do Gabinete Civil da Presidência da República.*

*1º. o titular da CORDE será escolhido dentre especialistas de notória competência e experiência no trato dos assuntos relativos as pessoas portadoras de deficiências.*

*2º. O coordenador será auxiliado por servidores postos a disposição do Gabinete Civil da Presidência da República.*

**Art. 7º.** *Inclui-se na tabela permanente do Gabinete Civil da Presidência da República a função de confiança de coordenador da CORDE Código LT. DAS. 101.4.*

**Art. 8º.** *Na elaboração dos planos e programas a seu cargo a CORDE: deverá:*

*I- recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidade interessadas:*

*II- considerar a necessidade de ser oferecido efetivo apoio as entidades particulares voltadas a integração social das pessoas portadoras de deficiências.*

**§ único.** *sempre que considerar necessário, o coordenador poderá solicitar a assistência dos integrantes do comitê, referidos no artigo 2º do decreto nº 91.872. de 4 de novembro de 1985.*

**Art. 10.** *No prazo de três meses, contando de sua instalação, a CORDE apresenta ao Ministério de Estado a que está subordinada os primeiros plano e programas a seu cargo.*

A CORDE no momento de sua criação fica vinculada ao Gabinete Civil da Presidência da República e define suas linhas de ações. Num primeiro momento estabelece como objetivo a incumbência de elaborar um plano de ação conjunta com os demais órgãos governamentais, no sentido de articular uma linha única de atuação, procurando assim direcionar melhor os recursos e minimizar os esforços.

Esta Cordenadoria após a sua criação e definição de suas linhas de ações, entrou em um processo de mudanças entre ministérios.

A primeira mudança ocorreu em 11 de Junho de 1987. A CORDE é transferida através do decreto nº 94.431 para a Secretaria de Planejamento e coordenação da Presidência da República/ SEPLAN, baseando-se na necessidade de revisão do decreto nº 91 872, de 4 de novembro de 1985, que institui o Comitê para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integração na sociedade as pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotadas. Em 31 de agosto de 1987 através do decreto 94.806, é criado o Conselho Consultivo da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o qual foi constituído pelo Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, na condição de Presidente. O Coordenador da Corde/ Seplan/PR, ficou como Secretário Executivo e substituto do Presidente do Conselho, em seus impedimentos;

O Conselho Consultivo teria em sua constituição os seguintes membros: um representante do MEC, quatro representantes do MPAS; sendo um da LBA, um da FUNABEM, um INAMPS e um do INPS; um representante do Ministério do Trabalho, um do Ministério da Saúde, seis das instituições interessadas, a saber: o presidente da federação de entidades de cegos, o presidente da federação brasileira das instituições de excepcionais, o presidente da federação nacional das associações de pais e amigos dos excepcionais, o presidente da federação nacional das sociedades Pestalozzi, o presidente da federação nacional de educação e integração dos surdos , e o presidente da organização nacional das entidades de deficientes físicos.

Além da constituição do Comitê Consultivo, neste mesmo documento são definidas as suas atribuições : Art. 3º. Ao conselho Consultivo compete:

inciso I- Opinar sobre o desenvolvimento da política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência;

inciso II. Apresentar sugestões para o encaminhamento desta política.

inciso III. Responder a consultas formuladas pelo Coordenadoria.

Em 10 de março de 1988 através do Decreto nº95.816, a CORDE é transferida da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, para o Gabinete da Secretaria de Administração Pública da Presidência de República- SEDAP/PR. com a mesma constituição e atribuições.

Em 02 de Setembro de 1988, o decreto nº 96.634 transfere a CORDE para o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social/MBES juntamente com outras secretarias a saber:

Secretaria de Ação Comunitária- SEAC, Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA, Fundação Nacional do Bem Estar do Menor FUNABEM.

As transferências da SEAC, e da CORDE , deram -se de forma global.

Em 16 de março de 1989, através da Lei nº 7.739 ocorre a transferência da CORDE do Ministério da Habitação e do Bem Estar Social, para o Ministério do Interior- MINTER. Esta transferência se deu através de lei pois tratava de extinção do Ministério do Bem Estar Social a qual a CORDE estava vincula-se. Essa Lei veio para permitir uma reformulação ministerial na época e teve por objetivo a extinção de vários Ministérios.

Em seu Art. 4 º. da Lei 7.739 são mantidas as competência atuais dos Órgãos da República e dos Ministérios, com as seguintes alterações:

inciso V- Para o Ministério do Interior são Transferidas as matérias atribuídas ao Ministério da Habitação e do Bem Estar Social pela legislação anterior, observando o dispositivo no inciso II.

O inciso II - dispõe sobre as atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação , o qual passa para o Ministério da Fazenda . que tinha pôr objetivos estratégicos configurar as linhas de forças de uma política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, baseado na necessidade de uma diretriz politicamente firme e socialmente transformadora, que desse unidade e integrasse num só esforço, governo e sociedade.

A coordenação das ações de governo se propunha a garantir a estruturalidade desta política e integração da administração federal, estadual, municipal e organizações da sociedade civil em um trabalho comum, fator essencial para sua execução.

Embora o Desporto Adaptado não apareça neste contexto, vale a pena ressaltar que a CORDE respondeu por inúmeros acontecimento ligados a pessoa portadora de deficiência e ao desporto. A participação da equipe Brasileira nas Paraolímpidas de Seul em 1988, foi de inteira responsabilidade da Corde, que mantinha o desporto dentro de sua proposta original como fator relevante de integração da pessoa portadora de deficiência. No entanto a Corde apoiou vários projetos da área.

Atualmente a Corde encontra-se dentro da Secretaria dos Direitos da Cidadania- SDC, do Ministério da Justiça, e mantém suas ações na direção das questões relativas a integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

## II. 5. O PLANO PLURIANUAL 1991-1995

Através da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo decreto nº99244, de 10 de maio de 1990, foi criada a Secretaria dos Desportos, dentro da estrutura organizacional da Presidência da República, tendo este ato o objetivo de estabelecer relevância ao desporto brasileiro, que seria atribuída durante o Governo Fernando Collor de Mello, como direito de todos os cidadãos e instrumento essencial à melhoria da qualidade de vida da população.

A implantação de um órgão central, responsável pela coordenação da Política Nacional dos Desportos, é decorrência do diagnóstico setorial onde são ressaltadas as atividades elitistas, concentradas em benefícios, não favorecendo a faixa de população mais carente. Esperava-se, a partir de então, inflexionar-se a tendência histórica de desenvolvimento da área no curto e médio prazo, mediante programas e projetos de cunho social e através da promoção e adequação das estruturas desportivas existentes.

As ações políticas daquele Governo, visavam a incorporação das atividades esportivas por toda a população. Os princípios norteadores do programa e do projeto desta Secretaria a serem respeitados e a estarem sempre presente são:

- Igualdade de todos no acesso às atividades desportivas e liberdade de prática individual, sem qualquer tipo de discriminação;
- proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
- co- responsabilidade do Estado no fomento diferenciado das práticas formais e não formais;
- apoio irrestrito e prioritário a área educacional;
- respeito e incentivo a atuação das entidades particulares em todos os segmentos e manifestações setoriais;
- prioridade para a prática desportiva de massa e para aqueles empreendimentos que disseminem os benefícios nas camadas mais pobres da população;

- fomento e promoção do desporto das pessoas portadoras de deficiência.

Sendo estes princípios norteadores do projeto daquele governo e baseando-se no diagnóstico da realidade em que se encontrava o desporto brasileiro, no momento de elaboração do plano, vários problemas relacionados ao insucesso de política anteriores foram destacados. As causas deste atraso foram relacionadas aos seguintes fatos:

1. permanente e constante falta de recursos financeiros e, dentro desta situação de escassez, a inexistência de critérios científicos de decisão que definissem benefícios, custos e prioridades;
2. insuficiência de recursos humanos especializados e as conseqüência negativas dela decorrentes;
3. vigência de uma legislação ultrapassada que, com o tempo, descompassou-se das aspirações e necessidades da sociedade Brasileira;
4. a indefinição institucional na área, onde sobressaiam duplicidade de funções e superposição de ações;
5. o trabalho isolado e autônomo dispensado aos desportos, sem a efetivação de política integrada com os outros setores, desprezando conseqüentemente suas interdependências sistêmicas no processo de desenvolvimento social;
6. a interpretação tendenciosa que historicamente considerou o desporto de alto rendimento e o futebol profissional como os mais prioritários, conduzindo a uma visão hipotrofiada e uma perspectiva elitista da área;
7. agem ainda, como restrições ao desenvolvimento integral dos desportos no país, as seguintes causas ancilares:
  - a inexistência de grandes questões desportivas permanentes, substituídas no debate da comunidade pelos inúmeros problemas e óbices existentes, que embora relevantes, são de nível fenomenológico e de relativa significação contextual;
  - o referencial positivista, presente em todas as manifestações desportivas, privilegiando somente as elites e excluindo os carentes, os de terceira idade, os portadores de deficiência e outros hiposuficientes;

- a existência de poucos estudos sobre os desportos e, em geral, preocupados com resultados e níveis, sem os aprofundamentos e os detalhamentos necessários para apoiarem trabalhos técnico-científicos mais evoluídos;
- a aspectos de caráter macroeconômico que, fora da área de decisão específica, merecem citação, pelo importância e vulto que tomam no processo inibidor do crescimento setorial;
- a situação de carência vivida pela maioria da população brasileira em cujas prioridades cotidianas surgem, a alimentação, habitação e outras necessidades básicas, antecedendo qualquer idéia de esporte ou lazer;
- o tratamento dos efeitos econômicos dos desportos dentro de outros setores já consolidados tradicionalmente, não existindo preocupações de considerá-lo como um segmento diferenciado, para efeito das políticas industrial e tecnológica, como acontece nos países mais desenvolvidos.

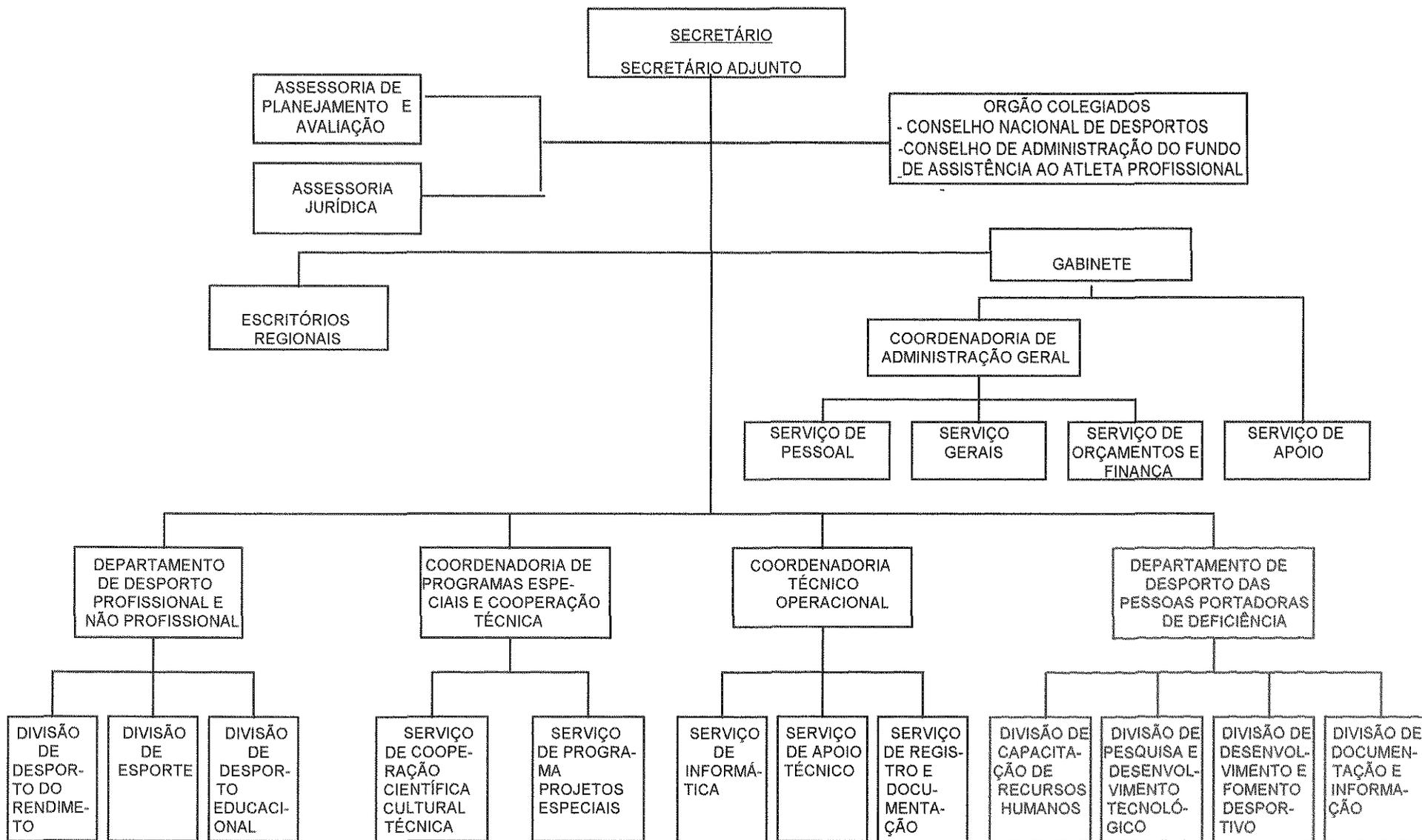
Diante destes fatos tornava-se evidente a necessidade de uma proposta contida de ações efetivas do Governo, que assegurassem mudanças estruturais profundas na organização governamental, como também a importância da participação dos diferentes domínios e estratos da pirâmide social.

Com a criação da Secretaria dos Desporto da Presidência da República, a Pessoa Portadora de Deficiência é contemplada com um Departamento, em sua estrutura organizacional. Este era constituído de quatro divisões voltadas para as áreas de: capacitação de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento e fomento desportivos, e documentação e informação como demonstra abaixo o organograma geral da secretaria.

ORGANOGRAMA DA SECRETÁRIA DE DESPORTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NOME DO ARQUIVO - OFGA01 ORGANOGRAMA FORMAL

SECRETARIA DOS DESPORTOS DATA - 28/06/90



CRIADA PELA LEI 8028-12.04.90

REGULAMENTO PELO DECRETO N° 9924 - 10.05.90

Estavam previstas metas a serem desenvolvidas durante os cinco anos de governo, nas quatro divisões do Departamento de Desporto das Pessoas Portadoras de Deficiência. Estas metas foram previstas para as regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, e Centro Oeste.

O plano estabelecia também os produtos ou serviços a serem prestados nos diferentes extratos da comunidade, através dos outros programas do Plano Plurianual do Governo; Programa Desporto e Sociedade, e Programas Especiais.

Também estabelecia meios para estar prestando contas a sociedade, através de divulgação dos resultados do Programa durante o seu Governo, como:

- Oferecer um conjunto de informações sistematizadas do desporto nacional para os segmentos interessados inclusive universidades, pesquisadores, executivos, empresas privadas e órgãos de divulgação;
- Emissão anual, para distribuição aos interessados, de um catálogo dos dados disponíveis;
- Assistir a todos que desejam conhecer a realidade setorial, atendendo às necessidades e oferecendo as informações solicitadas.

Este mesmo plano elabora o programa de desportos das pessoas portadoras de deficiência, para o quinquênio do governo, o qual era constituído de subprogramas dentro das quatro divisões;

I- Subprogramas de capacitação de recursos humanos, com os seguintes projetos:

I.1. Capacitação de docentes das instituições de Ensino Superior;

I.2. Capacitação de Recursos Humanos em nível de pós-graduação, aperfeiçoamento e atualização;

- A divisão de capacitação de recursos humanos previa também 30 cursos por ano, totalizando 150 cursos durante os cinco anos, (para capacitação de professores em desporto para portador de deficiência).

II. Subprogramas de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico incluindo:

II.1. Pesquisa em Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência;

II.2. Desenvolvimento tecnológico na área de Desporto;

- A divisão de pesquisa e desenvolvimento tecnológico previa 23 pesquisas por ano, totalizando 115 pesquisas no final dos 5 anos,

### III. Subprogramas de Desenvolvimento e fomento Desportivo, englobando:

#### III.1. Apoio ao calendário Desportivo Nacional;

#### III.2. Fomento ao desporto;

- A divisão de desenvolvimento e fomento desportivo, previa apoio a 40 eventos por ano direcionados a Pessoa Portadora de Deficiência, totalizando 200 eventos no país, no final de 5 anos.

### IV. Subprograma de Documentação e Informação.

- A divisão de documentação e informação, previa 20 publicações por ano na área, totalizando 100 novas publicações no final dos cinco anos.

Estas foram as metas previstas, que deveriam ser cumpridas durante os cinco anos de governo. Todos os Subprogramas estabeleciam o atendimento a nível nacional, visando suprir as necessidades por eles detectados.

O subprograma de Capacitação de Recursos Humanos estava voltado para o atendimento ao novo currículo do curso de Educação Física, implantado a partir de 1990, por força da Resolução nº03/87 do Conselho Federal de Educação- C.F.E., assim como sensibilizar as instituições de ensino superior em criarem disciplinas voltadas para o desporto, visando proporcionar aos futuros profissionais condições de atendimento as diversas áreas de deficiência. Visavam também a Capacitação de Recursos Humanos em pós graduação , aperfeiçoamento e atualização.

O Subprograma de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico tinha por Objetivos: incentivar a geração e produção do conhecimento científico na área através de financiamento de pesquisas que pudessem facilitar a prática do desporto pelas pessoas portadoras de deficiências; avaliar os efeitos e resultados obtidos na área físico-social; estimular a evolução e o aperfeiçoamento tecnológico dos materiais empregados na construção de equipamentos utilizados para a prática desportiva; incentivar a investigação que viesse a contribuir para a renovação dos métodos e instrumentos utilizados.

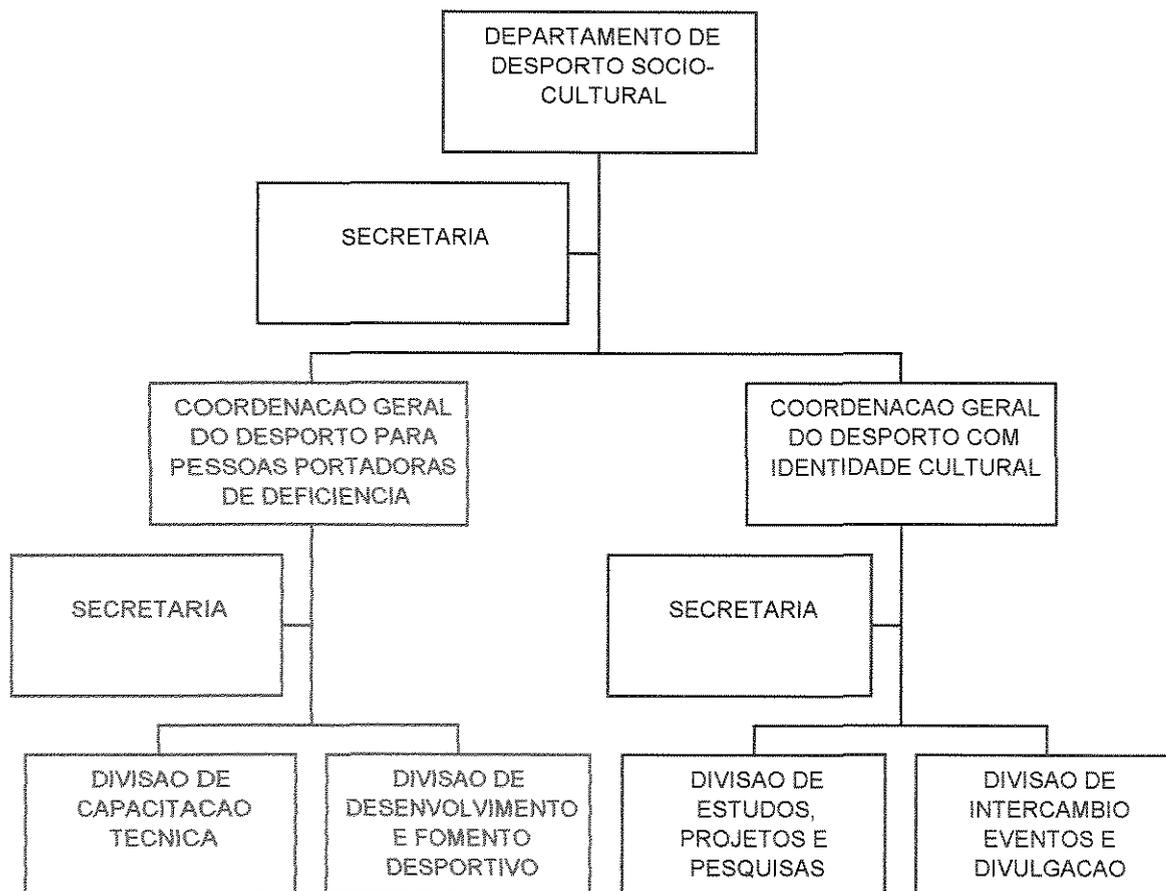
O Subprograma de Desenvolvimento e Fomento Desportivo foi criado para apoiar técnica e financeiramente os eventos das entidades reconhecidas e integrantes do sistema desportivo nacional, abrangendo todo território brasileiro. O subprograma visava o atendimento às pessoas portadoras de deficiência o que seria viabilizado com a colaboração dos seguintes organismo atuantes no sistema: Coordenadoria para integração das pessoas portadoras de deficiências- CORDE, Secretarias Estaduais e Municipais de esporte; Cursos de Educação Física, Associação Brasileira de Desporto para Cegos, Associação Nacional de Desporto para Excepcionais, Confederação Brasileira de Desporto para Surdos, Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, Federação Nacional das Sociedade Pestalozzi, Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais e outros.

E o Subprograma de Documentação e Informação prontificava-se a coletar e analisar materiais científicos e documentações, com objetivo de organizar o acervo da área.

Com a saída do presidente Collor, e o início do governo Itamar Franco, a Secretaria de Esporte da Presidência da Republica, e transformada em um Departamento do Ministério de Educação e Cultura e o Departamento de Esporte para as Pessoas Portadoras de deficiência em coordenação, como mostra o organograma seguintes.

**A COORDENADORIA DE DESPORTO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA  
AINDA EM FASE DE ANALISE**

**05.07.93 SEDES DEPED.PR 55613128573**



Esta Coordenação contava com duas divisões, uma de Capacitação Técnica e outra de Desenvolvimento e Fomento Desportivo. A Divisão de Capacitação Técnica, estabeleceu como prioridade neste campo a formação de recursos humanos a nível de pós graduação, diferente da proposta anterior que era a de formação de pessoal na área técnica e a Divisão de Desenvolvimento e Fomento Desportivo, mantinha a proposta de incentivar a realização de eventos na área.

## **II.6. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS NA DÉCADA**

A necessidade de avaliar as ações implementadas pelo governo, no campo do desporto para pessoas portadoras de deficiências, em uma década, vem após o “impeachment” do Governo Collor, autor do Plano Plurianual, que estabeleceu a criação de uma Secretaria de Desporto, que contemplava as Pessoas Deficientes com um Departamento, foi adotada uma nova estrutura deste organismo. Esta apresentou-se mais tímida, embora tentasse assegurar a mesma filosofia implantada anteriormente.

O primeiro passo foi dado no sentido de elaborar uma avaliação das ações até então implementadas nesta área.

Através de convites da SEED/MEC, e sob a coordenação do Departamento de Desporto Sócio-Cultural, a Coordenadoria de Desporto das Pessoas Portadoras de Deficiência, reuniram-se em Campinas/SP no período de 15 a 18 de Agosto de 1993, para o “*ENCONTRO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DESPORTIVA DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NA DÉCADA 83/92*”, Havia 39 representantes das diversas instituições e associações ligadas a questões do Desporto Adaptado, da Educação Física Especial, e de profissionais de instituições de Ensino Superior, o encontro teve como objetivo elaborar um documento que retratasse o perfil das ações desportivas dirigidas às pessoas portadoras de deficiência, em âmbito nacional na década 1983/1992.

Esse encontro, promovido pelas autoridades governamentais para a avaliação das ações implementadas na direção do desporto para a pessoa portadora de deficiência, é um ponto que marca o desenvolvimento do Desporto Adaptado Nacional.

Entendendo que este período caracteriza o surgimento de várias ações no sentido de institucionalização do Desporto Adaptado no Brasil, este Encontro possibilitou a reunião da massa crítica de maior expressão Nacional, para uma análise dos resultados das ações do governo e da sociedade, na área.

A dinâmica dos trabalhos caminharam no sentido de resgatar os resultados positivos e negativos, das várias ações implementadas no período, na tentativa de estabelecer novas recomendações para o crescimento da área, nos dois próximos anos.

Em um primeiro momento cada participante elaborou um documento correspondente à análise do programa Mundial de ação relativa a pessoa portadora de Deficiência, no que tange a equiparação de oportunidades na área de desporto e recreação, que foram apresentados em forma de “papers” por alguns membros do encontro. Os “papers” apresentados foram:

- Desporto x integração x socialização.
- Desporto e Integração social das Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Discriminação Social e esportiva.
- Formação de Massa Crítica para o desenvolvimento do Desporto.
- Análise do programa mundial de ação relativo a Pessoa Deficiente.
- Principais dificuldades enfrentadas pelos portadores de Deficiências voltados a participação do esporte.
- A Deficiência dos meios na Década dos Deficientes para Reflexão.
- A Importância da informação.
- Apropriação de Tecnologia para Equipamentos utilizados por Portadores de Deficiência.
- Desporto Escolar- trabalho de base.
- O Esporte e o Deficiente mental - Olimpíadas Especiais Brasil.

Após as várias exposições foram formados três grupos de trabalhos com o objetivo de avaliar os seguintes pontos:

1. *Formação de recursos humanos: formação de professores e técnicos especializados.*
2. *Pesquisas e Desenvolvimento tecnológico.*
3. *Desenvolvimento do Desporto.*
4. *Política do Desporto das pessoas portadoras de Deficiências na década de 83/92.*
5. *Perspectivas de ações para os próximos dois anos.*

Os três grupos avaliariam os cinco pontos concomitantemente.

Reconheceram que houve avanços na formação de recursos humanos em suas análises; destacaram os cursos de especializações, e a valiosa contribuição em termos de sensibilização que os cursos de curta duração trouxeram para a disseminação das informações sobre a área em todo o país; o aumento significativo de oferecimento de disciplinas de Educação Física Adaptada a nível de graduação; enfatizaram a necessidade de estabelecer intercâmbios entre as Universidades, Instituições responsáveis pelo desporto adaptado e instituições Internacionais.

No que diz respeito a pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área, até o momento desta avaliação estas ações não foram consolidadas.

A Geração Tecnológica nesta área não conseguiu acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial. Os poucos projetos existente na área foram frutos de iniciativas privadas.

O último item analisado pelos grupos foi sobre o Desenvolvimento do Desporto e Políticas Públicas e foram destacados os esforços por parte do Governo em algumas conquistas, como:

- a) A regulamentação junto ao CND das disposições gerais para a organização das entidades dirigentes e das atividades esportivas para portadores de deficiência.
- b) Apoio financeiro aos eventos esportivos.
- c) Apoio de outros órgãos do governo, para outros projetos desportivos.
- d) A criação da Secretaria de Desporto da Presidência da República em 1990 e a criação do Departamento de Desportos das Pessoas Portadoras de Deficiência.

Após a avaliação dos pontos estabelecidos pela coordenação do Encontro, os grupos sugeriram algumas diretrizes no sentido de contribuir com o desenvolvimento do Desporto Adaptado Brasileiro;

- a) A necessidade de se manter o setor de Editoração da SEED/MEC.
- b) Divulgação dos relatórios dos profissionais que participaram de eventos internacionais em forma de vídeo ou publicações, como forma de ampliação do conhecimento adquirido.
- c) Intercâmbio mais efetivo entre SEDES/UNIVERSIDADES/ENTIDADES.
- d) Implementação de ações em todos os níveis políticos visando sensibilizar classe para os problemas relacionados a P.P.D.
- e) Garantir o desporto de alto nível para a P.P.D.
- f) Articulação para criação do Comitê Paraolímpico, visando a organização do desporto adaptado, a divulgação do mesmo, possibilitando a normatização das avaliações dos técnicos e atletas que participarem de eventos internacionais promovido pelo IPC (International Paralympic Committee), e realização de seminário como forma de atualização e desenvolvimento do esporte adaptado brasileiro.
- g) Apontam a necessidade para a formação de outros profissionais ligados ao desporto, como dirigentes desportivos para atuação junto as associações e entidades representativas.

## CAPÍTULO III

### ATUALIDADE E PERSPECTIVAS DO DESPORTO ADAPTADO

#### III. 1. ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE DESPORTO ADAPTADO.

Trataremos neste capítulo das questões relacionadas às estruturas<sup>1</sup> das Associações, e Confederações Nacionais que dirigem o Desporto Adaptado existente no Brasil. Para que tenhamos um entendimento de suas organizações, e amplitude de suas ações, faremos uma descrição, dentro de uma ordem cronológica de seus surgimentos.

Adotaremos a forma descritiva numa tentativa de explicitar os dados relacionados aos objetivos de cada uma dessas associações, principalmente as suas propostas direcionadas ao Desporto Adaptado.

Não mencionaremos as associações, entidades e outros órgãos, governamental e não, que contribuíram ou contribuem de forma secundária para com o Desporto Adaptado Brasileiro. Recorremos às instituições que tiveram ou tem entre seus objetivos o desenvolvimento do Desporto Adaptado como proposta principal, embora não seja o objetivo principal das APAES, incluímos esta em nosso trabalho pelo fato desta sempre presente nas comissões e encontros que o tema central era a discussão da política do desporto para o portador de deficiência em nosso País.

Selecionamos para nosso estudo as associações que respondem a nível Nacional pelo Desporto Adaptado a saber:

- FENAPAES, Federação Nacional das APAES ( Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).
- ANDE, Associação Nacional de Desporto para Deficientes.

---

<sup>1</sup> Ferreira,(1975) 1ª edição, 15ª impressão, define o termo estrutura como sendo, disposição e ordem das partes de um todo, ou um todo considerando a forma por que se dispõem as partes que o constituem. Em nosso trabalho, entendemos por estrutura sendo. o conjunto de informações, a respeito de um determinado assunto, somados ao poder de articulação, bens materiais, autonomia política, Conhecimento Científico na Área, que são necessárias a administração de alguma instituição.

- ABDC, Associação Brasileira de Desporto para Cegos.
- ABRADECAR, Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas.
- CBDS, Confederação Brasileira de Desporto para Surdos.
- ABDA, Associação Brasileira de Desporto para Amputado.
- ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAIS- BRASIL, ( Special Olympics).
- ABDEM, Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais.
- CPB, COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO.

Faremos uma compilação de seus estatutos visando destacar suas intenções enquanto instituições nacionais e suas propostas específicas direcionadas ao Desporto para o Portador de deficiência.

**FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, E ESCOLAS ESPECIALIZADAS****-FENAPAES-**

A Federação Nacional das APAES, congrega as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de todo território Nacional, e escolas especializadas a que ela se filiam. Foi fundada em assembléia realizada em 10 de novembro de 1962 na cidade de São Paulo. Ressaltamos que esta data corresponde a data de fundação da Federação, já que a primeira APAE foi fundada no dia 11 de dezembro de 1954 na Guanabara, atual APAE do Rio de Janeiro. Esta data corresponde também o dia do movimento APAEANO no Brasil.

A Federação Nacional das Apaes tem por finalidade segundo seus estatutos:

Art.3º.

- a) promover medidas de âmbito nacional que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais;*
- b) servir de órgão de coordenação direta ou indireta das entidades filiadas e quando possível, de outras entidades que defendam a causa do excepcional em qualquer de seus aspectos;*
- c) encarregar-se no âmbito nacional, da reunião e divulgação de informações sobre assuntos referentes ao excepcional, cabendo-lhe, especialmente, o planejamento de programas, da publicação de trabalhos e de obras especializadas;*
- d) encarregar-se da documentação e da divulgação das normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas ao excepcional, procurando provocar a ação dos órgãos competentes no sentido do aperfeiçoamento da legislação;*
- e) promover ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas referentes à causa do excepcional, propiciando o avanço científico e a formação de pessoal técnico especializado;*
- f) promover ou estimular a realização de programas de prevenção das formas de deficiência;*

*g) estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente das entidades filiadas, exigindo-lhes a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência;*

As questões relacionadas ao Desporto aparecem no estatuto da Federação Nacional das APAES, na SEÇÃO VI, Das Atribuições da Diretoria Executiva.

Art. 22- Compete à Diretoria Executiva:

*p) Promover a realização bienal do Congresso Nacional das APAES, das Olimpíadas Desportivas para Excepcionais, e do Festival Nossa Arte; como também na Seção VII, Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva.*

*Art. 8- Coordenadoria de Educação Física, Desportos e Lazer, competindo-lhe coordenar, em âmbito nacional, os assuntos na sua área, promovendo o desenvolvimento das atividades de educação física, desportivas e de lazer das filiadas.*

Tem como filiadas a nível nacional as Associações Regionais de desporto para Deficientes Mentais -ARDEMs-.

Esta organização vem promovendo o desporto para a pessoa portadora de deficiência mental, entre as atividades que são desenvolvidas enquanto instituição de ensino especial.

**A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTOS PARA DEFICIENTES****-ANDE-**

A ANDE foi a primeira associação de dirigentes do desporto para pessoas portadoras de deficiência a se organizar a nível nacional, Fundada em 18.08.1975, com a proposta de responder pelo Desporto Adaptado brasileiro conforme seu estatuto.

art. 3º- A ANDE tem pôr fim:

- a) difundir e propagar o ideal olímpico no território nacional empenhando-se na difusão da prática de esportes nas áreas de Les Autres , paralisados cerebrais e multideficientes utilizando o esporte como instrumento de integração social, a fim de completar a sua reabilitação, possibilitando-o apresentar-se como elemento útil a si mesmo a família, a sociedade e a pátria;*
- b) pugnar através do desporto para o estreitamento dos vínculos de entendimento, compreensão e união entre os povos;*
- c) colaborar com as entidades nacionais dirigentes , filiadas as Organizações Esportiva Internacionais , na defesa e respeito aos princípios do amadorismo;*
- d) cumprir e fazer cumprir, no território brasileiro estatuto, regulamentos e decisões das Entidades Internacionais a que esteja vinculada;*
- e) organizar e dirigir, com a colaboração das entidades dirigentes nacionais, a participação do Brasil nos jogos Paraolímpicos; quaisquer competições e eventos internacionais, além de torneios nacionais e outros de igual natureza, e realizá-los, caso o Brasil seja escolhido para a sede dos mesmos;*
- f) a ANDE terá a responsabilidade de realizar anualmente, os jogos Nacionais;*

*g) promover e organizar junto com as entidades nacionais dirigentes, todas as manifestações capazes de orientar e aperfeiçoar a prática dos esportes pelos deficientes, procurando difundir e fiscalizar a aplicação das regras internacionais;*

*h) representar os ideais da reabilitação pelo esporte junto aos poderes públicos;*

*i) manter um órgão de informações e divulgação de suas atividades;*

*j) realizar, anualmente, os jogos das luminárias, reunindo todas as áreas de deficiências, objetivando a premiação dos destaques.*

*l) criar um conselho consultivo, escolhido pelo presidente e seis diretores, constituído de pessoas idôneas e com experiências no mundo do esporte, com a finalidade de apreciar assuntos relevantes, encaminhados pela diretoria, aconselho-a através de parecer escrito, desde que convocado pela presidente, este conselho terá no máximo 30 (trinta) representantes e será coordenado pelo conselho mais idoso, em suas reuniões. o mandato do conselho é igual ao da diretoria.*

A ANDE tem como filiadas as instituições que desenvolvem o desporto para pessoas portadoras de paralisia cerebral e Les Autres a nível nacional.

Mantém-se filiada ao Comitê Paraolimpico Brasileiro -CPB-

A nível Internacional e filiada a Cerebral Palsy- International Sports and Recreation Association (CP-ISRA), órgão máximo de direção do desporto para Paralisados Cerebrais e Les Autres ( outras deficiências físicas).

Ate o surgimento das demais Associações ela respondia pela organização do Desporto Adaptado de uma forma em geral.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS****- ABDC -**

A Associação Brasileira de Desporto para Cegos - ABDC-, foi fundada em 19 de janeiro de 1984 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, de acordo com a Art. 186, do Decreto 80.228 de 25 de agosto de 1977 e das resoluções 14/83 e 01/84, do Conselho Nacional de Desporto - CND -. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituindo-se em uma Entidade de Administração Esportiva de âmbito nacional, com personalidade jurídica e patrimônio próprio.

De acordo com seu estatutos, a ABDC enquanto Entidade Nacional de Administração Esportiva de cegos, tem os seguintes objetivos e finalidades:

*1ª- cumprir e fazer cumprir a legislação superior vigente, as normas, deliberações e resoluções do órgão máximo dirigente do desporto do Brasil, bem como, das entidades superiores nacionais e internacionais que superintendem o Desporto de Cegos.*

*2ª- dirigir o desporto de cegos:*

- a) coordenando as ações de suas afiliadas;*
- b) organizando o calendário de competições regionais e nacionais, considerando sempre o calendário de competições internacionais;*
- c) executar o calendário oficial, através da organização dos eventos, em articulação com suas afiliadas;*
- d) representar o Desporto de Cegos do Brasil nas suas competições internacionais, formando suas delegações, escolhendo dirigentes e comissão técnica;*
- e) definindo as delegações para participar em Assembléia de eleições do Comitê Paraolímpico Brasileiro.*

*3ª- Difundir o Desporto de Cegos e o Ensino da Prática Esportiva:*

- a) divulgando dentro da comunidade Brasileira de cegos por meio de veículos informativos já existente e que atinjam esse segmento;*
- b) informando e concretizando a sociedade em geral por meio de palestras e da mídia;*
- c) informando e conscientizando os Órgãos Estaduais e Municipais Dirigentes do Desporto, as Universidades Brasileiras, as Escolas Superiores de Educação Física, as Agências formadoras de Recursos Técnicos e Humanos; as Confederações e Federações do Desporto Convencional, clubes e Associações Esportivas e serviços nacionais de apoio social;*
- d) divulgando o desporto de cegos por meio de informativo que deverá ser criado e destinado para este fim.*

A ABDC, tem como afiliadas as Associações que desenvolvem o desporto para pessoa portadoras de deficiência visuais a nível Nacional.

E filiada ao Comitê Paraolímpico Brasileiro- CPB-

A nível Internacional mantém-se filiada a ( International Blind Sports Association) - IBSA- órgão máximo de direção do Desporto para Cegos.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS EM CADEIRA DE RODAS**  
**-ABRADECAR-**

A Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas foi Fundada em 09 de dezembro de 1984, mas só foi reconhecida como entidade nacional de dirigente do desporto após a criação de três regionais, o que ocorreu em 30 de setembro de 1987. De acordo com seus estatutos as regionais fundadoras da ABRADECAR foram Regiões Nordeste, Leste e Centro-Oeste. SILVA(no prelo), aponta também a Regional Sul entre as fundadoras.

De acordo com o art. 4º de seu estatuto, são finalidades da ABRADECAR:

- a) ser a única representante dirigente do desporto em cadeira de rodas no Brasil; filiando-se, obrigatoriamente, as entidades dirigentes internacionais e continentais;*
- b) difundir o desporto em cadeira de rodas no Brasil e trabalhar para o conagraçamento de todos atletas e dirigentes, promovendo o espírito desportivo em cadeira de rodas;*
- c) coordenar as atividades de suas filiadas;*
- d) promover e dirigir competições e campeonatos nacionais;*
- e) representar o desporto em cadeiras de rodas do Brasil, em competições nacionais;*
- f) facilitar, dentro de suas possibilidades, o progresso material e técnico de suas filiadas, promovendo as medidas adequadas.*

A ABRADECAR tem como afiliadas as associações que desenvolvem o desporto para pessoas portadoras de deficiência físicas em cadeira de rodas, a nível nacional.

Mantém-se filiada ao Comitê Paraolimpico Brasileiro-CPB-

A nível Internacional mantém-se filiada a International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation (ISMWSF), órgão máximo de direção do Desporto para Deficiente Físico.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTES DE SURDOS****-CBDS-**

A Confederação Brasileira de Desportos de Surdos foi Fundada em 17 de novembro de 1987, na cidade do Rio de Janeiro. É uma entidade federal de administração do desporto, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.672 de 06.07.1993, ( Lei Zico). Esta entidade já adequou o seu estatuto a Lei que institui Normas Gerais sobre Desporto.

De acordo com o Capítulo I Artigo 2º. de seu estatuto: tem pôr objetivo o desenvolvimento desportivo amadorismo e semi- profissional, educacional e afins, em todos os níveis, regido pelo presente estatuto e pela legislação em vigor, dos deficientes auditivos, cabendo- lhe assim:

- I. o desenvolvimento das atividades desportivas amadoras e semi-profissionais, que serão praticadas sem auferir e ou visar lucros, porem serão exercidas com incentivos materiais;*
- II. promover, organizar e realizar torneios desportivos dentro do país e fora dele, com a participação de suas filiadas.*
- III. zelar pela organização e pela disciplina das práticas desportivas nas federações, associações, clubes, congregações e qualquer outro órgão que a ela estiver filiada, direta ou indiretamente.*
- IV. cumprir e fazer cumprir todos os atos legais originários de entidades superiores que esteja filiada e ou subordinada, quer nacional ou estrangeira.*
- V. expedir autorização as suas filiadas, direta ou indiretamente, para que promovam ou participem de torneios e ou campeonatos, dentro e ou fora do território nacional, com obediência aos dispositivos legais concernentes.*
- VI. expedir as filiadas, com caráter de aceitação obrigatória, qualquer ato necessário a organização funcionamento e disciplina das atividades desportivas, financeiras e outras pertinentes.*

*VII. regulamentar todas as disposições sobre inscrições, transferências, remoções, cessões temporárias e definitivas, e demais atos relativos a pessoa do atleta, em qualquer nível.*

*VIII. aplicar penalidades, dentro de suas atribuições, aos responsáveis pela inobservância das normas estatutárias e qualquer outra disposição legal.*

*IX. interceder junto aos poderes públicos, quando for o caso, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas, sujeitas a sua jurisdição.*

*X. aplicar sanções a qualquer de seus membros que infringam ou tolerem que seus filiados infringam os presentes estatutos e demais normas vigentes, assim como ao filiado, no que couber.*

*XI. celebrar convênios e acordos, para as atividades desportivas de caráter internacionais, orientando, coordenando e fiscalizando as atividades de todas as suas filiadas nesse mister.*

*XII. praticar, no exercício da direção nacional das atividades desportivas, todos os atos necessários para que se de a realização das mesmas de acordo com seus fins.*

A CBDS, tem como afiliadas as instituições que desenvolvem o Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência Auditiva a nível nacional.

E filiada ao Comitê Paraolímpico Brasileiro- CPB-

Internacionalmente mantém-se filiada ao Comitê International Des Sports Del Surds ( CISS- For Athletes With Hearing Disabilities), órgão máximo de direção do desporto para surdos.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO PARA AMPUTADO****- ABDA -**

A Associação Brasileira de Desporto para Amputado, foi fundada em 24 de Agosto de 1990 na cidade de Niterói no Estado do Rio de Janeiro. Foi reconhecida como associação dirigente do desporto em 06. 06. 1991, pelo extinto Conselho Nacional de Desporto -CND-.

De acordo com o Art. 4º- de seu estatuto, são finalidades da ABDA:

- a) dirigir o desporto para amputados no país, promovendo sua difusão através da realização de competições nacionais proporcionando o conagraçamento de atletas e dirigentes o espirito desportivo;*
- b) promover e dirigir competições e campeonatos nacionais;*
- c) representar internacionalmente o desporto para amputados em competições e eventos de caráter desportivo;*
- d) facilitar, dentro de suas possibilidades, o progresso material e técnico de suas filiadas.*

A ABDA reconhece como modalidade de desporto a serem praticado por suas filiadas o arco e flecha, o atletismo, o halterofilismo, a natação, o tiro, o voleibol, o futebol de campo e de salão e o ciclismo, podendo futuramente vir a reconhecer outras modalidades se forem aprovadas pela Assembléia Geral e regulamentadas pelas entidades internacionais.

A ABDA tem como afiliadas as associações que desenvolvem o Desporto para Pessoas Amputadas, a nível Nacional.

E filiada ao Comitê Paraolímpico Brasileiro-CPB-

Internacionalmente mantém-se filiada a International Sports Organization Disabled (ISOD), órgão máximo de direção do Desporto para Pessoas Amputadas.

## ASSOCIAÇÃO OLIMPIADAS ESPECIAIS - BRASIL

A Associação Olimpíadas Especiais-Brasil fundada em 08 de Dezembro de 1990, em Brasília-DF e atualmente com sede e fórum na cidade de VALINHOS-SP, tendo como finalidade principal oferecer treinamentos e competições esportivas às Pessoas Portadoras de Deficiência Mental de acordo com as regras oficiais e a filosofia do programa OLIMPIADAS ESPECIAIS, dirigido pela SPECIAL OLYMPICS INTERNATIONAL.

Como credenciada está autorizada a aplicar suas regras usar sua logomarca registrada e desenvolver todas as atividades previstas no regulamento geral do programa internacional.

parágrafo único- para atingir seus objetivos a Associação promoverá:

- a) treinamento, torneios e jogos de Olimpíadas Especiais visando difundir o desporto para Deficientes Mentais no Brasil;*
- b) cursos, Debates, Congressos, Seminários, Pesquisas, etc., visando o aprimoramento dos atletas, associados, profissionais e demais interessados no desporto para deficientes mentais;*
- c) intercâmbio entre as instituições congêneres a nível nacional e internacional, visando a troca de experiência e a cooperação técnica;*
- d) o desenvolvimento de técnicas e práticas desportivas através de convênios com órgãos públicos, privados e instituições congêneres;*
- e) a organização de cadastro de instituições nacionais e internacionais das diversas modalidades do programa;*
- f) a organização de cadastro de atletas especiais praticantes das diversas modalidades do programa;*
- g) a elaboração de boletim informativo sobre os trabalhos realizados;*
- h) a expansão do programa incentivando a criação de associações a nível estadual e municipal.*

Movimento Special Olympics teve a sua origem em 1968 nos Estados Unidos da América, sendo hoje, a maior organização desportiva para deficientes intelectuais em todo o mundo, abrangendo cerca de 100 países dos cinco continentes.

Tem como filiações as associações e grupo que desenvolvem o programa das Olimpíadas especiais a nível nacional.

Internacionalmente mantém-se filiada a Special Olympics International, USA.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO DE DEFICIENTES MENTAIS**  
**-ABDEM-**

A Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais, de acordo com seu estatuto tem como data de fundação 17/ 05/1989, mas o seu reconhecimento como órgão representativo só foi possível após a criação de seu estatuto próprio, com autonomia e independência das Apaes, o que ocorreu em agosto de 1995. Até então a Abdem era um órgão da Federação Nacional das Apaes responsável pelo desporto da pessoa portadora de deficiência mental.

*Art. 1º- A Associação Brasileira de Desporto de Deficiência Mental, denominada em seu estatuto de ABDEM, é constituída pelas entidades que praticam o desporto para pessoas portadoras de deficiência mental, em todo território nacional, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e de caráter esportivo.*

*Art. 2º- A ABDEM é a entidade responsável pela coordenação do desporto para pessoas portadoras de deficiência mental em todo o território nacional, cabendo-lhe a representação no país, inclusive junto ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, e no exterior em especial para o intercâmbio com as entidades internacionais.*

Tem por finalidade planejar, promover, coordenar, difundir, realizar competições regionais e nacionais para pessoas portadoras de deficiência mental no Brasil e no exterior. Promover também o conagraçamento dos atletas.

A ABDEM como dirigente desportiva em âmbito nacional, terá como filiada as Associações Regionais de Desporto de Deficientes Mentais- ARDEMs entidades estas de direção desportiva das unidades da federação. que congregam as Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais, (APAES) e instituições correlatas.

Mantém-se filiada ao Comitê Paraolímpico Brasileiro-CPB-

Internacionalmente mantém -se filiada a International Association Federations Mental Handicapped- INAS-FMH-, órgão máximo de direção do Esporte para Deficientes Mentais.

**COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO****- CPB-**

O Comitê Paraolímpico Brasileiro foi fundado em 30 de agosto de 1994, na cidade do Rio de Janeiro. Este órgão de administração do Esporte Adaptado vem para atender as solicitações do Comitê Paraolímpico Internacional, e a partir de então é o elo de ligação entre associações, Governos, iniciativa privadas que se dispõem a incentivar este Esporte e as organizações Internacionais.

De acordo com o seu estatuto.

*Art. 2º- o CPB se constitui numa entidade nacional de administração do desporto para as pessoas portadoras de deficiência, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com duração e tempo indeterminado.*

*Art.3º- O CPB tem como objetivo maior a representação do Brasil na área dos desportos dos portadores de deficiência, junto ao IPC- International Paralympic Committee e deverá:*

- a) manter a filiação junto ao IPC;*
- b) organizar as equipes Brasileiras para a participação em eventos promovidos pelo IPC;*
- c) formar delegações, indicando representantes para participação em Assembléias, Congressos e Reuniões promovidas pelo IPC;*
- d) manter as entidades nacionais, sempre atualizadas em relação aos assuntos do IPC, com a tradução e o repasse de correspondências, normas, regulamentos e outros.*
- e) viabilizar meios para sua própria subsistência e para cumprir seus objetivos.*

O Comitê Paraolímpico Brasileiro tem como afiliadas as Associações e Confederações dirigentes do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiências a nível Nacional.

Internacionalmente mantém-se filiada ao International Paralympic Committee -IPC-, órgão máximo de direção do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiências em geral.

### **III. 2. PROPOSTA DO ATUAL GOVERNO PARA O DESPORTO ADAPTADO. INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO- INDESP**

Atualmente a proposta de governo para o Desporto Adaptado a nível nacional se encaixa dentro de uma proposta do esporte em geral, porém com algumas restrições no que diz respeito as questões das diferenças .

O atual governo deu uma nova estrutura administrativa a diferentes órgãos, decretando a extinção de alguns, criando e reestruturando outros. Foram extintos pela reforma administrativa, a Secretaria de Esportes (SEDES), o Conselho Superior do Desporto (CSD) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (FUNDESP).

A coordenação geral do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiências que se encontrava no Departamento de Desporto Sócio- Cultural do MEC acompanha esta mudança em 1º de janeiro de 1995, quando é publicado no diário oficial da União a Medida Provisória nº 813, que dispõe sobre a criação do cargo de Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes que tem as seguintes atribuições:

- I. supervisionar o desenvolvimento do esporte no país.*
- II. manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros:*
- III. articular com os demais segmentos da administração pública, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos esporte.*

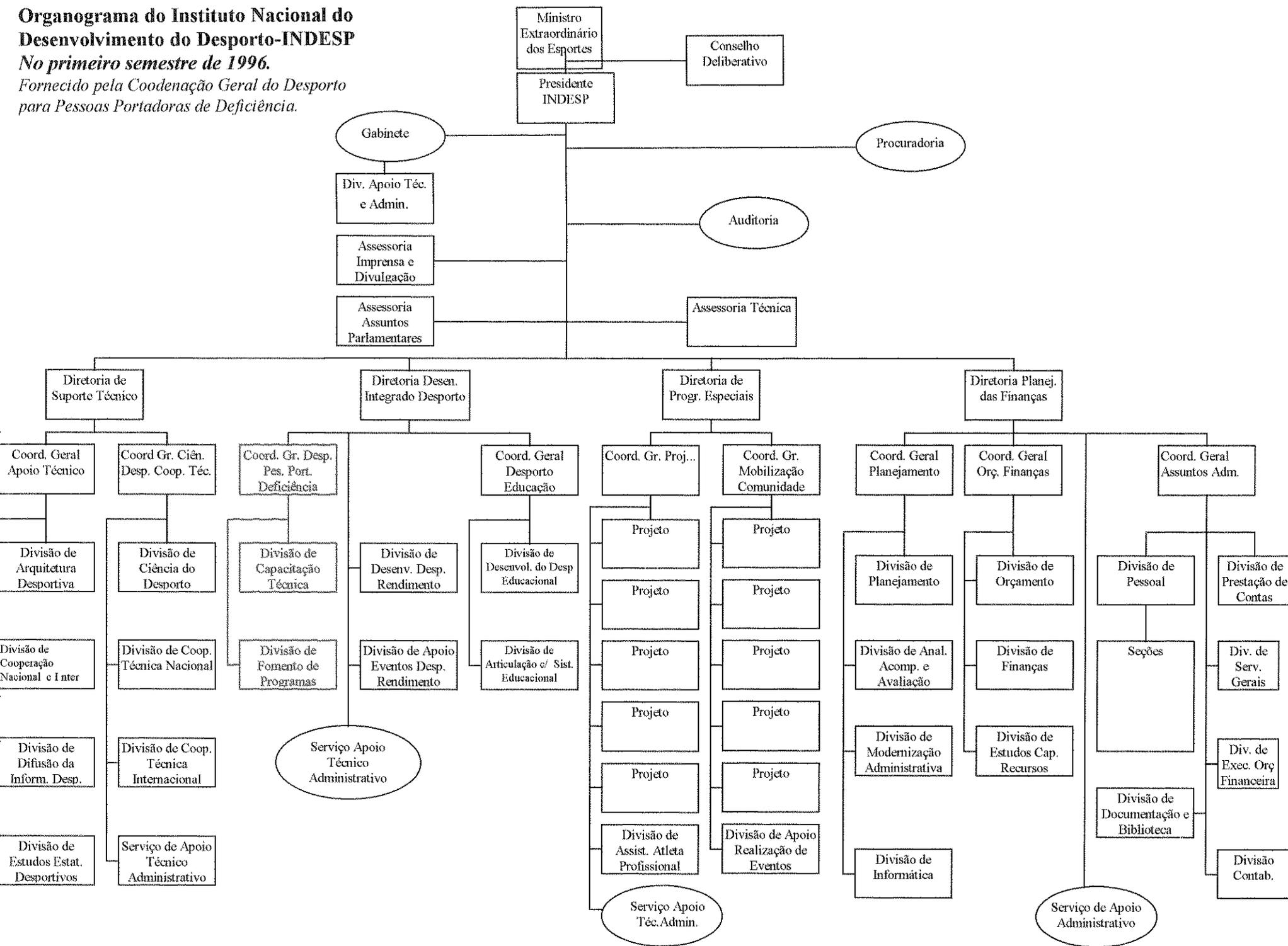
Parágrafo único. A Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto se vinculará tecnicamente ao Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes e prestará o apoio administrativo necessário ao seu desempenho.

O decreto Lei de nº 1.437 de 4 de abril de 1995, aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto- INDESP, tornando a sim uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, que tem o seguinte organograma funcional:

# Organograma do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto-INDESP

No primeiro semestre de 1996.

Fornecido pela Coodenação Geral do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência.



O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), de acordo as DIRETRIZES E PROGRAMAS (1996), e dentro desta organização tem como principal objetivo:

*“O esporte como instrumento de políticas públicas voltadas para a educação, a saúde, a alimentação e a cidadania dos segmentos definidos como prioritários: as crianças e adolescentes de baixa renda”.*

Os objetivos desejados pelo INDESP para o período de 1996- 1999 são os seguintes:

- levar a todas as camadas da população a prática de atividades esportivas;
- incrementar as ações desportivas mais eficazes para a promoção e integração social da criança, do adolescente e da pessoa portadora de deficiência;
- incrementar o associativismo desportivo e a parceria com a comunidade;
- viabilizar novas fontes internas e externas de financiamento do desporto;
- desenvolver e incentivar programas de capacitação dos recursos humanos atuantes no meio esportivo; e
- implantar uma política de aporte que privilegie o desporto como meio de educação, na escola ou fora dela.

O INDESP busca seus objetivos através da implantação de cinco Programas de Trabalho. São eles:

1. Mobilização da Sociedade pela Ação Desportiva Comunitária;
2. Desenvolvimento e Difusão Científica e Tecnológica do Desporto;
3. Promoção do Desporto de Rendimento;
4. Assistência ao Atleta Profissional e ao em Formação;
5. Fomento ao Desporto dos Estados e do Distrito Federal.

A Pessoa Portadora de Deficiência através da prática esportiva pode ser beneficiada pelos Programas existentes, exceto o de número quatro. Portanto, não há um programa específico direcionado e esta população, e sim uma filosofia que inclui a mesma em uma política de esporte em geral.

Os princípios norteadores desta política, implantada por este Governo estão centrados na Constituição Federal, e principalmente na Lei nº8.672/93 que institui normas gerais sobre os desportos e dá outras providências, que foi regulamentada pelo decreto nº 981/93.

Para a realização de seus projetos, programas e atividades, o INDESP conta com seus próprios recursos financeiros, oriundos de 4.5% das receitas das loterias, somados a recursos de terceiros, provenientes de clubes, entidades e empresas. Portanto o Desporto Adaptado atualmente encontra-se respaldado dentro desta política.

O organograma do INDESP apresenta a Coordenação Geral de Desporto das Pessoas Portadoras de Deficiências, com duas divisões, a Divisão de Capacitação Técnica e a Divisão de Fomento de Programas, com a mesma configuração encontrada durante o Governo Itamar Franco.

### **III. 3. Síntese das entrevistas**

Neste parte do trabalho, tentaremos explicitar, embora de forma resumida, o pensamento dos diferentes segmentos pesquisados ao longo de nosso trabalho. A síntese aqui mencionada pretende retratar fielmente o pensamento dos segmentos envolvidos com o tema tratado.

Recorremos a técnica de entrevistas como recurso para resgatar o movimento através das falas de pessoas envolvidas nos três segmentos por nos selecionados: o segmento de Governo, que correspondente as pessoas que estão ou estiveram ligadas aos órgãos que atendem estas reivindicações; o segmento das Associações Nacionais de Desporto Adaptado, que fazem a interface de governo e sociedade, e o segmento dos praticantes aqui representados pelos clubes de esportes para o portadores de deficiência física do Estado de São Paulo.

Faremos três cisões inicialmente para demonstrar o idealizado, o oferecido e a realidade desta prática.

Por se tratar de entrevistas muito longas, e que em muitos momentos apontam dados que não serão utilizados em nosso trabalho, faremos uma compilação no sentido de extrair os

pontos relevantes e anexaremos, a parte, as 8 entrevistas em suas íntegras como forma de demonstrar a riqueza de investigações a serem exploradas pela área.

Entrevista nº 1. realizada com o Prof. Vanilton Senatore. Coordenou as ações do governo relacionadas ao desporto para o portador de deficiência, durante o governo Sarney e Collor.

Entrevista nº 2. realizada com o Prof. Persio Cândido Matias Silva. Foi o coordenador do Projeto Integrado. 84/85.

Entrevista nº 3. realizada com Sra. Teresa Costa D'Amaral. Integrou o comitê de ação conjunta para a integração da pessoa deficientes e foi a coordenadora da CORDE, no Governo Sarney.

Entrevista nº 4A e 4B. realizadas com o Prof. Renausto Alves Amanajás. Responsável pela Coordenadoria do esporte para o portador de deficiência do INDESP.

Essas pessoas entrevistadas compõem o 1º segmento, o segmento dos órgãos Governamentais que respondem ou responderam por ações direcionadas ao desporto adaptado Nacional.

Entrevista nº 5. realizada com Sr. João Batista Carvalho Silva. Presidente do C.P.B.

Entrevista nº 6. realizada com o Sr. Aldo Mícollis. Presidente da ANDE.

Entrevista nº 7. realizada com o Sr. Luís Cláudio Alves Pereira. Presidente da ABRADECAR.

Entrevista nº 8. realizada com o Sr. José Alaor Borquete. Presidente da ABDA.

Compõem este 2º segmento, os dirigentes do Desporto Adaptado Nacional.

E as entrevistas compiladas nos quadros de 1 a 5, foram respondidas pelos responsáveis dos clubes Paulistas, que compõem o 3º segmento do universo pesquisado.

## Síntese das entrevistas do 1º segmento, correspondentes aos representantes dos órgãos governamentais.

### Entrevista nº 1

Solicitamos ao entrevistado de nº 1 que resgatasse o movimento do desporto adaptado dentro dos órgãos de governos.

*“Voltando um pouco no tempo, por volta de 1980 e buscar algumas coisas da antiga SEED-MEC, Secretaria de Educação Física do MEC. Como você sabe, a extinta SEED/MEC começou como DEF - Departamento de Educação Física, a seguir foi transformada em DED- Departamento de Educação e Desporto (até 1980) e, durante o Governo Figueiredo (79185), de acordo com reestruturação sofrida pelo MEC, passou a ter a designação de SEED - Secretaria de Educação Física e Desportos. Durante esse período ela esteve sempre vinculada ao Ministério da Educação e mantinha em seu organograma institucional o CND (Conselho Nacional dos Desportos). O Secretário da SEED era membro nato do CND. Essa situação perdurou até o final do Governo Sarney (1990). Com o início do Governo Collor, (15/03190) foi criada a Secretaria dos Desportos, diretamente vinculada à Presidência da República. Foi a primeira vez, desde o Estado Novo, que o esporte deixou de ser responsabilidade do Ministério da Educação”.*

As primeiras publicações na área da educação física adaptada.

*“Em 1981 a SEED-MEC, publicou, acredito, o primeiro livro sobre Educação Física Especial. Era a tradução de um livro publicado na Alemanha. Em 1982 foi publicado o livro do Professor Vilson Bagatini, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e que, talvez, tenha sido o primeiro trabalho na área, escrito por um professor brasileiro e publicado oficialmente pelo Ministério da Educação. EM, 1982 ainda, além dessa publicação, começaram a surgir outros trabalhos. sem dúvida alguma, influenciados pela expectativa criada com o "Ano Internacional". O apoio da SEED, para todos os segmentos da Educação Física e dos Desportos”.*

Antes da institucionalização o apoio governamental a este segmento.

*“O apoio dado se restringia, na maioria dos casos, ao financiamento de eventos esportivos, em sua maioria internacionais e naturalmente, realizados fora do Brasil. Essa forma de apoio gerou uma pequena casta de privilegiados que, em alguns casos, ainda dominam as ações na área e não abrem espaço para outras pessoas. Se for feito um estudo detalhado sobre os eventos esportivos apoiados desde a época da SEED/MEC (à partir de 1979) você verá que os atletas, técnicos e, principalmente um pequeno grupo de dirigentes, são basicamente os mesmos. Eles formam um grupo que tem tido as melhores chances de viajarem para eventos fora do Brasil. Alguns já saíram do país com equipes brasileiras mais de uma dezena de vezes”.*

O início das primeiras ações em algumas áreas, no sentido de repensar o tratamento dado a esta população.

*“Uma das primeiras ações da Dra. Lizair foi propor ao Ministro da Educação a criação de um Comitê Nacional formado por especialistas e representantes das entidades de atendimento das pessoas portadoras de deficiências para avaliar e reestruturar educação especial no Brasil, em razão do trabalho desenvolvido pelo projeto integrado SEED-CENESP”.*

*“A idéia era definir uma linha de ação onde a prioridade era propor alternativas para modificar a forma como vinha sendo tratada a questão das pessoas portadoras de deficiência na formação dos Professores de Educação Física. Até então, a forma mais comum de tratamento dispensada pelos Professores de Educação Física aos estudantes portadores de deficiência era a DISPENSA PURA E SIMPLES das aulas de Educação Física.*

*Na época, me lembro bem, nós tínhamos no Brasil 96 escolas de Educação Física em atividade, (1985) e só 8, menos de dez por cento, incluíam na sua grade curricular alguma referência a questão de educação física adaptada ou especial. Interessante que dessas oito, duas eram militares: a Escola de Educação Física da PM de São Paulo e o CEFAN, da Marinha, no*

*Rio de Janeiro. Ambas tinham como prioridade a formação de pessoal para a própria tropa. A maioria das escolas, cerca de 90% que formavam professores em sua maioria para atuarem na rede de ensino público e privado, não davam aos futuros profissionais de educação física, basicamente, nenhuma informação sobre os portadores de deficiência”.*

As ações da CORDE direcionadas ao desporto para o portador de deficiência

*“Através da CORDE nós pudemos apoiar a diversos eventos esportivos promovidos pela ABRADACAR, ANDE e ABDC”.*

*“Além de poder viabilizar economicamente a participação do Brasil nas Paraolimpíadas, o trabalho da Comissão em 1988 foi importante por que centralizou as informações que recebidas e expedidas para o IPC (International Paralympic Committee). O IPC”.*

*“Todas as questões técnicas ficaram exclusivamente sob a responsabilidade das entidades dirigentes do desporto. A CORDE e a SEED/MEC, como órgãos governamentais, se responsabilizaram pelas questões administrativas. Assim a seleção dos atletas, e todas as questões daí derivadas, ficaram sempre sob responsabilidade das entidades dirigentes do desporto. A nós, enquanto órgão público, coube a articulação e busca de apoio financeiro, tanto na área governamental como na área privada, e todo o apoio de infra-estrutura administrativa”.*

*“Foi essa a primeira contribuição que a CORDE deu para o Desporto Adaptado no Brasil. Essa experiência de trabalho conjunto dos dirigentes contribuiu para que em 1989, durante a campanha eleitoral para Presidente da República, aproveitando que os candidatos começaram a fazer seus programas de governo, houvesse uma aproximação maior entre os dirigentes, aí incluídos os dirigentes dos esportes formais. Uma das pessoas mais importantes nesse processo, foi o Presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, Coaraci Nunes, que encampou a idéia do pessoal e liderou uma campanha no Rio de Janeiro para fazer*

*um debate sobre a visão do desporto, com todos os candidatos. Uma das pessoas com quem o Coaraci contou para organizar esses debates e assim incluir questões sobre o desporto para portadores de deficiência, foi o José Gomes Blanco, então Presidente da ABRADDECAR”.*

*“Os debates aconteceram na sede do Fluminense Futebol Clube, no Rio de Janeiro, entre julho e agosto de 89 e todos os principais candidatos participaram: Collor, Lula, Ulisses Guimarães, Mário Covas, Brizola, ou seja, aqueles que realmente tinham alguma chance de passar para o segundo turno das eleições. Nos debates, além da questão do esporte como um todo, sempre houve espaço para que os portadores de deficiências também questionassem com os candidatos sobre a posição deles em relação ao esporte para o segmento específico dos portadores de deficiências”.*

A proposta de ter uma atenção específica com o desporto e o portador de deficiência inserido neste contexto.

*“O Collor entendia que o Ministério da Educação além da educação que é sua função básica, não deveria se envolver em questões das Confederações Esportivas, Clubes, etc. Com a eleição do Presidente Collor, tivemos então a concretização dessa promessa de campanha, com a criação da Secretaria dos Desportos, diretamente vinculada à Presidência da República e o que foi melhor ainda, com um Departamento específico para cuidar do desporto das pessoas portadoras de deficiências”.*

Antes deste tratamento específico o desporto para o portador de deficiência estava vinculado a quem.

*“Estava vinculado ao MEC, através da SEED e do CND. O problema era a falta de uma política específica para o desporto como um todo e na área do desporto especial a questão era ainda mais grave. Algumas entidades como a ABRADDECAR, mais pelo relacionamento de seu presidente José Gomes Blanco, conseguia algum patrocínio de empresas e, às vezes, algum apoio governamental. A grande questão era a falta de uma sistematização que garantisse uma condição mínima de apoio. E não se podia dizer que não havia recursos, pois nessa época além*

*do recursos que o MEC recebia da Loteria Esportiva, ainda estava em vigor a Lei Mendes Thame que permitia que as empresas obtivessem vantagem fiscal através do patrocínio esportivo. O que faltava realmente era a sistematização, o estabelecimento de uma política que estabelecesse as formas de apoio a médio e longo prazo.*

*A norma até então, era apoiar eventos sem preocupação com uma vinculação, com uma política que buscasse assegurar a continuidade dos trabalhos. As coisas aconteciam de forma esporádica e normalmente a curto prazo”.*

Os motivos que levaram a criação da Secretaria de Desporto da Presidência da República em 1990 pelo governo Collor e nela o Departamento de Esporte da Pessoa Portadora de Deficiência.

*“Foi a tentativa de buscar uma nova postura onde os recursos deveriam estar vinculados a programas com maior durabilidade e de maior alcance”.*

*“eu diria que, por mais que algumas pessoas insistam em não aceitar, o período Collor permitiu ao segmento do esporte especial um avanço que dificilmente poderá ser revertido. A institucionalização do atendimento ao esporte especial é hoje fato concreto, irreversível. As experiências na preparação das equipes Paraolímpicas Brasileiras para os Jogos de Seul de 1988, aperfeiçoadas em 92 se repetiram agora em 96 de forma mais grandiosa, o que comprova a impossibilidade da reversão desse apoio”.*

## **Entrevista nº 2**

O envolvimento com a discussão do Projeto Integrado.

*“A nossa atividade junto ao organismo público federal, de definição de políticas públicas, começa exatamente neste instante, no apoio de Educação Física de Desporto do Ministério de Educação”,*

*“A necessidades de vinculação do Projeto Integrado, que trataria das questões pertinentes a Educação Física com o Centro Nacional de Educação.*

*Nós tínhamos a clareza da necessidade de articulação com o sistema e educação especial. Seria inconcebível que essa questão de desporto da educação física caminhasse a reboque ou distanciado mesmo do Centro Nacional de Educação Especial. E, por incrível que pareça, nós acabamos tendo como sede física do projeto aqui no Instituto Benjamim Constant, numa sala cedida, que é o Centro Nacional de Educação Especial”.*

O Projeto Integrado procurou articular-se no sentido de buscar uma abrangência significativa.

*“Nós tínhamos três grandes ações definidas no projeto: ação articuladora, ação técnico-científica e ação política. Cada uma dessas ações definia objetivos claros e metas quantificadas e o projeto foi em cima disso, fundamentalmente, o projeto integrado”.*

O início da discussão por parte do governo, das questões relacionadas a educação física e desporto direcionado a população portadora de deficiência.

*“Pela primeira vez foi apresentado um documento ao governo público federal, tanto no que tange o poder executivo quanto ao poder legislativo. Nós conseguimos encaminhar propostas concretas, organizadas sobre políticas públicas nessa área, que eu tenha conhecimento, esse é um fato inusitado”.*

O significado deste projeto a pós a sua execução.

*“Eu tenho a impressão que esse projeto, ele inaugurou antes de tudo um espaço no Brasil em que a questão da educação especial é uma questão efetivamente pública, não é uma questão só do governo, é uma questão pública em primeiro lugar, é uma questão de estado. Eu acho errado a existência da Secretaria da Educação Especial, infelizmente, trocou-se um CENESP por uma Secretaria de Educação Especial”.*

### Entrevista nº 3.

O movimento que levou a criação da CORDE teve seu início motivado pela a reformulação que o Ministério de Educação e Cultura promoveu no sistema de ensino de um forma geral.

*“Isso no início do governo, 1985, fim de 85, foi a época em que o Ministro da Educação, Marco Maciel fez grandes reformas na área da educação, novo programa para universidade, educação para todos, uma série de programas novos e a nossa tentativa foi de que na área de educação especial também houvesse um movimento para o novo e esse movimento para o novo seria no sentido de fazer esse comitê. Só que esse comitê, nós desejávamos muito esse comitê, nós não queríamos que ficasse apenas na área da educação, nós queríamos que ele discutisse toda questão da integração do deficiente, de uma política global para o deficiente”.*

A CORDE buscava a articulação dos órgãos de governos para implementação de sua ações, enquanto articulador do movimento de integração da pessoa portadora de deficiência.

*“Essas ações, foram listadas cerca de 100 ações estariam sob responsabilidade de diversas áreas. Então, nós tínhamos a área de educação, todas as ações deveriam ser implementadas na educação, área de saúde, área de profissionalização, área de comunicação social.*

*Na área de educação, você vai ver no documento, já se fala da questão do esporte para a pessoa portadora de deficiência, como sendo importante. Ouvir as reivindicações da área, dar espaço para as reivindicações da área e começar a apoiar o desenvolvimento de ações na área de esporte”.*

A necessidade de buscar um espaço para reivindicar os direitos da p.p.d. que levaram a criação de uma Coordenação.

*“Então, nós criamos a comissão para discutir e eu fiz parte dessa comissão e ajudei a criar tudo isso, mas quando levei o resultado dessa comissão para consultoria geral da república, eles disseram, olha Teresa com todo respeito, isso não é possível, o que vocês querem não se faz através de decreto, o que vocês querem se faz através de lei, só a legislação complementar, só uma legislação federal pode dar conta disso tudo. E, unindo a idéia do que o comitê pediu, nós então chegamos realmente a conclusão de que o que nós tínhamos que fazer era lutar pela criação da Coordenadoria e que essa Coordenadoria então teria um espaço para fazer uma legislação adequada”.*

A relação da CORDE com a área da educação física.

*“nós sempre percebemos que a área de educação física era uma área muito mais aberta para o diálogo do que qualquer outra área, é uma avaliação que estou fazendo agora com você”.*

*“Mas, por exemplo, você ter um diálogo com um médico é muito difícil porque o médico sabe da verdade, e a verdade dele não inclui deficiente, ou você conversa com um educador porque ele está preocupado com a universidade que não tem recursos ou com a educação básica que não tem professor, e você dizer a ele que tem que abrir espaço para o deficiente, é muito difícil. Em certas áreas sempre foi mais fácil o diálogo, eu acho que na área de esporte foi um diálogo muito mais fácil”.*

A necessidades da CORDE para intermediar a P.P.D. e a sociedade.

*“me impressiona muito que as empresas não tenham a menor sensibilidade para isso, me impressiona que a sociedade e a imprensa também não tenham. Eu acho que falta, aí a gente vai chegar num pedaço da sua colocação, eu acho que falta a CORDE nesses movimentos porque esse é o papel de uma Coordenadoria como deveria ser a CORDE”.*

*“o papel da CORDE, nesse processo, eu acho que o esporte prá gente tinha importância de ser um demonstrativo da capacidade do deficiente. Ia ser uma possibilidade de*

*reabilitação, um caminho. Não vou dizer fácil, mas um caminho mais suave para reabilitação, já que o sistema de reabilitação no Brasil é totalmente falido”.*

*“Infelizmente, eu dediquei cinco anos da minha vida a ele, morando no Rio, trabalhando em Brasília, mas, talvez, eu hoje te diga pela primeira vez isso, desenvolvendo esse raciocínio com você aqui, mas talvez fosse melhor que ele não existisse, sabe por que?”*

*Muitas vezes o fato de haver um órgão, ele consola consciências de que a questão já está encaminhada, de que existe um órgão responsável pelos deficientes no país, e que então nada mais é preciso fazer porque tudo que não for feito é por incompetência desse órgão, quando não é nada disso. É quando se coloca um órgão de coordenação e planejamento interministerial no quarto escalão do Ministério da Justiça ninguém está falando sério, eles estão brincando conosco, que somos cidadãos e que temos interesse pela questão, só que nós ainda não temos a possibilidade de exercer a cidadania para sermos ouvidos nessa questão”.*

#### **Entrevista nº 4a**

A mudança da Secretaria de Desporto do gabinete da Presidência da República para um departamento junto ao MEC na transição do governo Collor para o de Itamar.

*“Na transição do governo Collor para o governo Itamar não perdeu-se o teor da importância do trabalho sobre deficiência, perdeu-se sim a nível administrativo, de um departamento, passou a ser uma coordenação. Mas o plano de trabalho continuou o mesmo, só uma questão de fundo administrativo”.*

*“Essa mudança na nomenclatura de Departamento para coordenação a princípio soou um negócio assim, principalmente junto a organização que trabalha com o desporto para pessoa portadora de deficiência, soou como a diminuição da importância do trabalho desenvolvido. Até então, para nós tanto faz estar numa divisão de Departamento, ou coordenação, basta que aqueles que estejam a frente dêem a real importância. Não adianta*

*estar no Departamento e não ter recurso, e não seja dada a devida importância pelos dirigentes”.*

Durante os dois anos de existência da Secretaria o que foi planejado foi implementado.

*“Muitos esforços foram feitos nesse sentido. A sistematização dos cursos de especialização da Universidade Federal de Uberlândia que passou a receber ajuda substancial do governo, e é o único curso de especialização no Brasil que se mantém regularmente, como também a firmação de um convênio com o SESI/SEED/MEC, que possibilitou a realização de cursos de atualização por todo Brasil, o qual está finalizando agora, no governo Fernando Henrique. Esses cursos possibilitaram, não só o treinamento dos professores do SESI, como também, os da região e a nível municipal e estadual. Houve também cursos de especialização em outros estados e cursos desenvolvidos por associações de pessoas portadoras de deficiência e instituições particulares, portanto o número de cursos realizados ficou próximo do previsto”.*

*“Estabeleceu-se uma linha para incentivar o surgimento de projetos voltados para esse campo”.*

Na área de desenvolvimento tecnológico.

*“Essa meta não foi cumprida, não pela falta de recursos e sim pela falta de demanda, e de parâmetro para avaliar que tipo de pesquisa seria importante e qual o impacto que a mesma causaria a área, e que tipo de pesquisa deveria ser financiada por essa divisão. Embora contamos com os assessores “ad hoc” de diferentes áreas para a avaliação dos projetos encaminhados em busca de financiamento. As ações implementadas nesta área não atingiram 10%.*

*Incentivamos alguns projetos na área, principalmente a construção de equipamentos para a prática do desporto do deficiente visual, como também as pesquisas voltadas ao lesado medular, desenvolvidas pela Escola Paulista de Medicina, as quais estão*

*indexadas em várias revistas, em diferentes países, e financiamentos de laboratórios de pesquisa”.*

Na área de fomento a eventos desportivos.

*“Isso pode ter certeza que foi muito mais que o estabelecido”.*

Na área de documentação e informação.

*“Não chegamos a 100, também por falta de demanda, se fossemos contar com certeza chegaríamos aos 20 publicações”.*

*Fizemos não só a publicação como também vídeos em convênio com a Universidade da Flórida. Depois fizemos a distribuição para todas as escolas de Educação Física e universidades. Estamos finalizando esta semana 20 fitas de vídeo que trabalham com deficientes, para todas as escolas de Educação Física especializadas, municípios que vão receber esses vídeos, totalizando 16 mil fitas. As primeiras versões que fizemos da literatura foi no sentido de incentivar a publicação de teses de mestrados, doutorados, revistas, acho que isso foi atingido sim”.*

Os motivos que levaram a Secretaria de Esporte incentivar estas publicações.

*“Porque conversando com alguns professores que reúnem-se sistematicamente, eles disseram para nós que não era muito fácil colocar qualquer indivíduo no mercado, que fosse nessa área de deficiência, porque eles acham que não tinha mercado naquela época. Era muito difícil o momento de crise que o país passava, achar alguém que bancava isso, e não havia valor comercial. Então era função do governo fazer disseminação deste conhecimento”.*

## Entrevista n<sup>o</sup> 4b

A divulgação em busca de recursos.

*“Existem empresários procurando saber que existe Paraolimpíadas, que existe esporte para deficientes mas ainda não há um incentivo desejado”.*

*“Nós temos divulgado isto em todos os Estados porque as pessoas desconhecem. Os recursos orçamentários do INDESP são através das loterias, que destina 4,5% para ser usado no esporte em geral. Então 1,5% fica nos Estados, o que não quer dizer que estes 1,5% sejam aplicados no esporte para pessoa portadora de deficiência, é para o esporte como um todo. O INDESP, com esses 3% é que financia todas as realizações”.*

*“Estamos procurando a parceria para o esporte em todos os níveis, inclusive para o esporte adaptado. Não há diferenciação”.*

A evolução desta prática.

*“A partir de 1990 tem crescido esta prática, hoje consideravelmente 90% das escolas de educação física no Brasil, possuem disciplina de educação física adaptada ou especial voltada para a P.P.D. no currículo, no núcleo comum”,*

O papel do governo e as novas estratégias.

*“O governo tem que se preocupar com as pessoas que não tem acesso, que não podem, que não tem um local ou espaço qualquer para praticar o esporte. Isso tem, quem tem melhor nível econômico, acesso a colégios, clubes, tem a prática através de associações, escolinhas”.*

*“O que é esporte solidário? Esporte solidário objetiva dar acesso a criança na faixa de 7 a 14 anos”.*

*“A clientela preferencial são as crianças, os adolescentes, e as pessoas portadoras de deficiência porque nesse espaço, o grande problema que há na sociedade, é que, às vezes,*

*“você não inclui portadores de deficiência, mas o mais importante é que você não exclui. Então, estamos apostando tudo no esporte solidário”*,

*“Quando você cria o esporte solidário, você também abre uma possibilidade de estar a P.P.D. Ela não está excluída, ela está incluída, é assim também no esporte educacional”*.

*“É um programa de integração, porque é um programa direcionado, porque é um programa que a sociedade precisa, precisa ser assegurado suas afirmativas, precisamos ter essa população protegida ainda, ela precisa estar diferenciada um pouco. Pode ser que mude em curto, médio ou longo prazo, até que a sociedade perceba que precisa acabar com essa coordenação, porque ela deixou de ser importante. A sociedade já interiorizou a questão da P.P.D. Eu gostaria muito que não tivesse mais a minha coordenação, que não tivesse a CORDE, que a sociedade quando elaborasse um programa pensasse que existem pessoas diferenciadas”*.

O relacionamento do governo com as associações nacionais dirigentes do Desporto Adaptado.

*“Nosso relacionamento tem sido bom com todas as associações, nas áreas de diferentes deficiência tem recebido ajuda nossa para a realização de campeonatos, não muito grandes, porque os recursos são poucos e não permitem financiar jogos no Brasil inteiro. São 27 Estados, se todos os Estados recebessem ajuda, mesmo que fosse pouca, seria muito pouco que não daria para nada. Nós então objetivamos financiar jogos nacionais, dessas associações. Então, nós ajudamos os campeonatos nacionais e cada Estado recebe recurso do governo federal dando para o esporte do deficiente. O Estado, e o Município também devem destinar porque é direito dele quanto cidadão”*.

As propostas do governo para a área do desporto para a pessoa portadora de deficiência e as perspectivas.

*“A nossa proposta foi uma ousadia do Ministro Pelé, a de se fazer uma olimpíada para a P.P.D., traduzida nos Iº Jogos Brasileiros Paradesportivos feito em Goiânia em 1995, reuniu 750 atletas deficientes, repetimos em 1996.*

*Pela primeira vez no Brasil foi transmitido uma abertura dos jogos para deficientes na TV educativa, e a TV comercial deu cobertura. Pela primeira vez vai ser transmitida para o Brasil uma Paraolimpíada. É a visibilidade que a gente queria mostrar. Acho que a partir daí, nós vamos ter um outro quadro no Brasil, de sensibilização”.*

*“Vamos fortalecer, criamos o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Até então, o governo, era o representante a nível internacional dessas entidades porque elas não conseguiam se organizar para conseguir ter uma representação única, que falasse por elas a nível internacional. Quando ele se estruturar, ele pegue a mesma função que o COB o Estado possa se retirar, estamos buscando este fortalecimento, para capacitar, deixar os dirigentes aptos assumir essa função, até então desconhecido por eles”.*

## **2º Segmento . Correspondentes ao segmento das Associações dos dirigentes do Desporto Adaptado no Brasil.**

### **Entrevista nº 5**

A organização do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

*“O Comitê Paraolímpico Brasileiro-CPB, existe oficialmente desde de janeiro de 1995, quando foi realizada uma assembléia no Instituto Benjamin Constant no Rio de Janeiro, onde elegeram a sua diretoria e a minha indicação a presidente. Antes da existência do Comitê, nós tínhamos a cada ano de Paraolimpíada ou dos jogos mundiais, a formação de uma comissão paraolímpica brasileira. Existe um organismo internacional que começou a funcionar a partir da Paraolimpíada de Barcelona, que é o International Paralympic Committee. I.P.C.*

*Por conta que esse organismo internacional, o I.P.C. ele tem que se relacionar com um único organismo em cada país, em função dessa exigência criou-se o Comitê Paraolímpico Brasileiro”.*

São filiados ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

*“O CPB tem 6 entidades filiadas: é a ABRADecAR, a ABDA, a ANDE, a ABDEM, a ABDC, e a CBDS. Nós estamos inclusive para definir sobre a CBDS no Comitê Paraolímpico Brasileiro, por conta de que a nível internacional a Organização Internacional de Surdos, hoje não faz mais parte do I.P.C. Eles se afastaram do I.P.C., e nós damos a mesma formatação aqui, nós precisamos tratar desta questão a nível interno. A nível internacional, o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), é filiado somente a uma organização, que é o International Paralympic Committee (IPC)”.*

*“A nível nacional nós não nos relacionamos com a Federação Nacional das APAES. Não tem relação com as mesmas organizações Internacionais que as nossas, e sim com outras organizações. Por exemplo, as Olimpíadas Especiais só trabalham com o deficiente mentais”.*

As metas do Comitê Paraolímpico Brasileiro no sentido de buscar a auto gestão.

*“Nós estamos buscando o caminho da profissionalização, pelo menos a mentalidade é esta. Acabou aquela fase do voluntarismo. Cada dia que passa a perspectiva é de ir profissionalizando. Depois eu acho que a mídia é fundamental e tem um papel preponderante neste processo”.*

*“Fizemos os Jogos Paraesportivos de nível internacional, 750 atletas, trouxemos dirigentes internacionais para ver a competição. Fizemos uma mega festa de abertura, deu espaço na imprensa no país inteiro, TV, jornais, e eu acho que é isso aí. O caminho da gente aponta para isso aí. Prá cada dia mais poder responder positivamente à sociedade, que as Pessoas Portadoras de Deficiência são mesmo capazes”.*

## Entrevista nº6

O Sr. Aldo Mícollis, resgata o surgimento da primeira associação nacional de dirigentes do desporto para deficientes ANDE.

*“Isto tudo ocorreu no México em 1975, nós fomos participar do V Jogos Pan-americanos na cidade do México.*

*Antes de fundar a ANDE já tínhamos o costume de participar de outras competições, fomos em 69 para Buenos Aires. Em 71 fomos para III Jogos Pan-americanos que foram realizados na cidade de Kingstown na Jamaica, depois nós fomos participar em 73 no Peru onde foram realizados o IV Jogos Pan-americanos, em cadeiras de rodas.*

*Em 75 nós fomos para o México, na cidade do México. Ocorre que, se apresentaram lá duas delegações: uma organizada pelo Rio de Janeiro, pelo Clube do Otimismo, cujo Presidente era o Robson Sampaio e outra por São Paulo, por Clube de Paraplégicos de São Paulo que era dirigida e organizada pelo Sérgio Serafim Del Grande.*

*E quando a delegação desembarcou na cidade do México, nós fomos comunicados que o Brasil já estava lá, e realmente estava, a bandeira do Brasil já havia sido hasteada e quem é que estava lá, era a delegação de São Paulo, após discussão e negociação chegamos a um acordo”.*

*“Com tantos problemas ninguém mais estava querendo receber esta delegações para o próximo evento, então o Robson Sampaio ofereceu o Brasil para sediar os VI jogos Panamericanos no Rio de Janeiro, porém, a Federação Pan-americana de Cadeira de Roda fez uma exigência, todo aquele simbolismo, todos aqueles compromissos dependiam de se formar uma associação nacional, pois dali para frente eles só queriam lidar com uma associação nacional, mas não com entidades espalhadas”.*

*“E nós conseguimos fundar a ANDE e passamos então para reconhecimento do governo para organizarmos o IV Jogos Pan-americano. Formalizamos a ANDE, os estatutos, levamos para o Conselho Nacional de Desporto(CND) que o reconheceu,*

O desmembramento e o início das outras associações dirigentes do desporto para P.P.D. no Brasil.

*“Eles vieram e pediram para fazer, então, na última eleição da ANDE, essa de 83/84, eu ganhei por diferença de dois votos, de vinte e um estados ou grupos, onze a nove, os nove eram os que queriam a separação de esporte em cadeira de rodas”,*

As realizações e sua contribuição para com as afiliadas.

*“eu só cito os Jogos da Luminária, como grande evento que a gente faz, como no xadrez, e principalmente como a modalidade da boccia. Isso é o maior acontecimento, a boccia para paralisia cerebral, então a ANDE se voltou para o paráltico cerebral e para o Les Autres. Então foi o que ficou, os que estão mais discriminados, os que ninguém querem trabalhar, o que exige mais esforço, ninguém quer”.*

*“Vamos sediar o campeonato mundial em 98 no Rio de Janeiro, escolhido pela Federação Internacional porque eles acharam nosso progresso muito interessante”,*

A relação com as afiliadas.

*“Hoje podemos oferecer a nossas afiliadas a participação em campeonatos sem despesas, de acordo com nossas disponibilidades orçamentarias através de nossos patrocínios. Já oferecemos instalações melhores, alimentação mais adequada, nenhum filiado não paga coisa alguma, não contribui com nada”,*

*“Nos temos o projeto sem barreiras, que sempre que pode a gente está entrando nas rádios, a ANDE tem há 15 anos um jornal de esportes “o jornal desafio de hoje”, que atualmente sai cinquenta mil exemplares em maiores capitais do Brasil, então ali nós divulgamos as atividades da ANDE”.*

Avaliando o movimento do desporto para o portador de deficiência no Brasil após 38 anos

*“do ponto de vista do desporto dentro da área competitiva seletiva nós estamos num nível muito bom, exceto em algumas poucas modalidades. Não vamos bem, com relação as corridas de pista em cadeira de rodas, realmente, não temos ido bem. O basquete em cadeira de rodas que era nossa sala de visitas, o carro chefe, nós não temos tido êxito porque eu acho que nossos atletas são baixos, não é questão de equipamento, as cadeiras de rodas estão bem, o problema é de altura. Nós temos que trabalhar em cima da altura, que trouxe o progresso ao nosso basquetebol dito normal e ao voleibol”.*

*“Agora vai indo muito bem o judo de cego, está provado aí, não estou falando por causa da medalha que nós ganhamos lá fora não, mas estou falando porque a gente vê na prática. No atletismo já temos, os cegos estão bem no judô, no atletismo, no futebol. Está sendo regulamentado aí para eles disputarem, está aparecendo o remo para o cego, Agora os amputados é que precisam mais de atenção porque o problema das próteses é muito caro, ou a gente parte para uma tecnologia nacional”.*

*“Então, eu acho que o esporte vai muito bem, os resultados estão à mostra, o número de participantes é muito pequeno ainda. Há muita discriminação ainda entre nós mesmos, não é só a sociedade para os deficientes não. O deficiente para o deficiente. Nós precisamos parar com isso urgentemente, para gente não ter um retrocesso. nós temos que fazer justiça ao Governo Collor porque ele criou a Secretaria e o Zico como secretário”.*

### **Entrevista nº 7**

O Movimento do desporto para o portador de Deficiência.

*“Nós ganhamos peso mesmo a partir de 1982/83. Eu acho que praticamente desde 1981 porque foi o ano internacional da pessoa portadora de deficiência e que nós sentimos a necessidade então de garantir uma organização do próprio portador de deficiência”.*

*“Era alguma coisa assim de concreto. A gente não só reivindicava, mas a gente não demonstrava e aí nós passamos a usar o esporte como também um instrumento de luta do movimento organizado e aí começamos a fazer esporte e quando começamos a fazer esporte e ganhar medalhas, nós começamos a exigir. Olhe tá aqui a medalha, então provou que o deficiente é capaz, então a gente agora quer os nossos direitos, como transporte, adaptações, trabalho, saúde, educação, então como era um atleta inclusive laureado, eu chegava lá e dizia, eu ganhei medalha lá, mas eu quero isso aqui. Então o esporte agiu como esse elemento, em que a gente pudesse ganhar um título para nossos discursos, chegar com muito mais facilidade”.*

As realizações de eventos em conjunto com as demais organizações.

*“resolvemos fazer o campeonato, respeitamos as individualidades das associações nacionais e resolvemos fazer os nossos campeonatos juntos. Foi quando saiu a idéia de se fazer um paradesportivo, que foi primeiro feito em 1995 na cidade de Goiânia, que era um campeonato onde nós juntávamos todas as deficiências e todas as modalidades, até porque nós conhecíamos muito pouco dos nossos valores. Os atletas da nataçãõ não conheciam os recordistas do basquete, do atletismo e assim sucessivamente. E aí não dá para gente querer que a sociedade nos respeite, e que conheça o nosso esporte, se nós mesmos não conhecíamos os nossos esportes”.*

*“E outra realização foi nós termos trazido profissionais como médicos, fisioterapeutas, para podermos fazer classificações, professores de educação física. Fazer palestras em universidades, para justamente garantir o agente multiplicador porque nós tínhamos muito poucas pessoas atuando na área. Então, realmente a gente não tem material didático, as coisas são aprendidas na prática, se a gente perde esse profissional, ele leva todas as informações porque são anotações dele, e a gente gostaria que essa coisa ficasse. Então, ampliamos e resolvemos todos os jogos fazer curso de formação de profissionais para trabalhar com o corpo lesado”.*

As contribuições desta associação com o movimento.

*“E a gente aí espera que tenha contribuído para que essas informações pudessem ser para todos. Também dividimos o Brasil por regiões para tentar ver se a gente consegue apresentar nas competições poucas distorções. Cada região faz a sua competição de acordo com a sua realidade, depois se seleciona alguns atletas e traz para um campeonato brasileiro, que aí realmente ele já vem dotado de performance. Até porque ninguém investe num atleta que está começando, como por exemplo, vir de Natal para o Rio de Janeiro, gastar setecentos reais de passagem de avião, para chegar aqui e ele nem se classificar”.*

*“E também nós estamos ampliando as modalidades esportivas, Já tinha na ABRADECAR cinco modalidades, estamos introduzindo agora o tiro e estamos introduzindo também o kart. O kart é interessante porque não tem limite de idade, mesmo jovens que para algumas modalidades já estão ultrapassados. E o tiro, nós temos aqui nas polícias muitos profissionais que sofreram acidentes trabalhando com a arma de fogo. Policiais correndo atrás de bandidos e que são os atletas em potenciais, que conhecem o tiro e que estão parados aí. Só aqui numa instituição que nós vimos tinha quase quatrocentos, imagina isso no Brasil todo. E a gente está introduzindo o tiro mais especificamente nas áreas onde já tinham essas pessoas que já utilizavam no seu dia-a-dia instrumento de arma de fogo, como é a polícia militar, polícia civil e até corpo de bombeiro, o exército, marinha e aeronáutica. Tem pessoas que sofreram acidente. Então, eu acho que isso aí foi grande realização nossa”.*

*“temos tentado estimular uma aproximação, embora no Brasil seja muito difícil porque é muito longe. O pessoal região de Rondônia, Amapá, Acre, é muito difícil essa integração. A gente procura através de correspondência, através de revista, através de fitas, dar informação para eles. Tem uma revista mensal que é a revista Toque a Toque onde a gente convida a todos mandar matérias de suas regiões para que todo mundo fique sabendo o que está acontecendo, além dos cursos que se dá nas competições. É uma relação que a gente espera não seja uma relação superficial. A gente espera que seja uma relação de formação mesmo de lideranças políticas do movimento porque não dá para se perder que o esporte é um instrumento do movimento de luta, movimento de conquista”.*

*“Então o que a gente tem feito é isso, tentar estimular, tentar manter acesa essa chama e tentar buscar a mídia que é importantíssimo buscar a opinião pública em relação ao trabalho que nós estamos fazendo”.*

Recursos utilizados para ampliação desta prática.

*“Existe as fitas que eu falei para você, são justamente fitas que a gente informa as pessoas, ensina como fazer o desporto adaptado. Os cursos de formação também é para formar não só os profissionais propriamente, formar o atleta até pela classificação como é que se dá uma classificação no corpo lesado, além de todos os clubes que estão pedindo filiação. A gente faz uma série de exigências quando ele se torna filiado. Aí a gente informa para ele todo esse histórico e por isso que eu acho interessante a gente ter esses materiais didáticos porque então a gente poderia distribuir para todos”.*

Avaliando o movimento do desporto para o portador de deficiência no Brasil.

*“Eu acho o esporte adaptado está numa fase de crescimento. Acho um desporto que vai realmente acontecer, ainda não aconteceu como a gente gostaria, foi só um ensaio, apesar de em 1950 já estava sendo praticado esporte. Agora o grande momento nosso a nível de Brasil foi em 1995 e 96 e nós temos é só buscar agora garantia financeira para que sejam mantidas, como conscientizar iniciativa privada, para a gente poder desenvolver o nosso trabalho”.*

### **Entrevista nº 8**

A necessidades de uma nova associação de dirigentes de desporto para o portador de deficiência.

*“No momento em que a ABDA foi fundada, a ANDE era responsável ainda pelos amputados, pelos paralisados cerebrais e pelos Les Autres. Nós amputados, nos sentíamos um*

*pouco, não digo desprezados porque desenvolver desporto em nosso país é uma coisa muito difícil para a pessoa portadora de deficiência, mas na realidade não se tinha um trabalho específico para o amputado. Então nós tínhamos poucos amputados praticando o esporte, na sua grande maioria já não estavam nem praticando através da ANDE que não se tinha competições específicas para amputados,*

*“Fomos participar de uma competição na ANDE e se viu que era possível ter uma equipe de futebol somente de amputados. Eles praticariam o futebol de uma forma competitiva e a partir daí esses amputados e outros que surgiram, que não gostavam de fazer ou tinham preferência por futebol, e até tinham por outras modalidades, também tinham com quem competir em igualdade de condições. Então, por não existir um trabalho realizado em relação aos amputados é que os amputados sentiram a necessidade de criar uma entidade nacional dirigente do desporto para o amputado. Foi essa a razão que levou os amputados se organizarem e incentivarem as entidades de desporto a nível de base do país; a criar uma entidade nacional de desporto de amputados. Inclusive, uma curiosidade, antes de se ter a ABDA dificilmente um amputado participava de uma competição internacional no Brasil”.*

As estratégias e realizações no campo do desporto.

*A ABDA é uma das entidades mais novas. Na área de deficiência física é a mais nova, então, a primeira coisa que a gente teve para fazer foi divulgar ao máximo, tentar implementar ao máximo o desporto. O máximo conforme as possibilidades também, então nós tínhamos na época três equipes de futebol de amputados, que é o carro chefe a nível de esporte da ABDA. Hoje nós temos nove equipes, então nós procuramos difundir, o futebol especificamente está crescendo bastante, que é um atrativo por ser um esporte coletivo no Brasil que é muito praticado e muito difundido.*

*“nós fazemos o campeonato em conjunto com as entidades nacionais, em função da dificuldade para obtenção de recursos, em função da facilidade dos clubes de participarem. Então vai para o campeonato de atletismo, vai a equipe toda de atletismo, vão os amputados, vão os de cadeira de rodas, vai o basquete, apesar de que a classificação e a competição acaba sendo como fosse três em um. Desde o deslocamento em solo, alojamento, então facilita*

*financeiramente, então a gente procurou fazer com que tivéssemos essa integração apesar das associações serem diferentes. Isso a gente conseguiu neste ano que passou e neste atual. Nós fizemos a maioria das competições em conjunto, nós realizamos inclusive o campeonato brasileiro no ano passado e desse ano em conjunto com as atividades. No ano passado não teve a participação do Comitê Paraolímpico. Nesse ano já foi organizado pelo Comitê Paraolímpico e as entidades em função das Paraolimpíadas e já foi um avanço que nós tivemos”.*

As ações no sentido de estimular esta prática e o relacionamento com suas afiliadas.

*“Os clubes tem dificuldades financeiras principalmente, tem dificuldades técnicas que não se tem profissionais formados para trabalharem na questão do desporto para pessoa portadora de deficiência. A entidade nacional dirigente do desporto, no caso da ABDA por exemplo, o objetivo é difundir e julgar o máximo, atingir o máximo de quantidade de atletas e público assistindo as competições destinada ao amputado”.*

*“Então, o que está se fazendo, nós queremos que o desporto cresça sem causar mais dificuldades para os clubes onde eles vão praticar, onde se incentiva mal, maior quantidade de filiações dos clubes. Não se tem taxa de anuidade, ao mesmo tempo é difícil se buscar uma forma de sustentação para que se desenvolva um trabalho a nível de desporto nacional. Então a ABDA hoje não tem recurso nenhum. Todas as competições que são realizadas a nível regional ou nacional tem sido feita em nosso país através do recurso do INDESP, que são recursos específicos para competição”.*

*“Pela participação dos eventos, quem organiza os eventos. É a entidade nacional quem faz o contato a nível de exterior e da participação do país que é uma entidade nacional do qual tem filiação com entidades internacionais. Então é por ai, procurando dar subsídios técnicos em formações para que a entidade desenvolva o desporto.*

*“O que a gente faz o tempo todo na realidade é procurar abrir espaços na mídia, na imprensa escrita, na imprensa falada para que a gente possa estar o máximo divulgando as*

*questões relativas ao desporto da pessoa portadora de deficiência, e em especial no nosso caso do amputado”.*

*“A ABDA como entidade nova, cada vez mais difunde o desporto a nível nacional, trazer mais entidades que não tem desporto para amputado. A prática do desporto para amputado, você vai fortalecer e difundir o desporto para amputado no país e procurar dar subsídios, na realidade é uma coisa muito mais teórica do que prática, em que se o amputado necessita de uma prótese de qualidade para se tornar um grande corredor ou um grande saltador e você não tem condições de dar a prótese e nem tem como apresentar alguém para fazer um trabalho para que alguém pudesse dar essa prótese. Na realidade fica a questão da divulgação, do incentivo mesmo para dar”.*

As necessidades do movimento.

*“Em primeiro lugar precisa se ter uma política nacional voltada ao desporto. Em principio voltada para pessoa portadora de deficiência, acho que o desporto não pode ficar dependendo de alguns órgãos governamentais. Hoje a situação atual do desporto, em qualquer entidade para pessoa portadora de deficiência, não realiza competição quase que nenhuma sem o auxílio do governo federal, isso a gente tem que passar a ter uma política de participação privada, de empresas. Para isso a gente tem que fazer, com que as empresas vejam que o desporto das pessoas portadoras de deficiência traz retorno para quem patrocina.*

*“Ideal seria que nós tivéssemos condições de ter empresas que patrocinassem os núcleos de base, empresas que patrocinassem os atletas de base, empresas acreditassem que o esforço da pessoa portadora de deficiência também traz retorno de marketing e traz retorno pessoal e o retorno financeiro, que na realidade quem patrocina busca o retorno financeiro através da própria linha. Então, a partir do momento que nós conciliarmos obter mais parceiros e parceiros da iniciativa privada e o leque maior de pessoas atuando de entidades atuando, nós ficamos atrelados a apresentar projetos e os ideais por ter liberado a quantidade de recursos que a empresa pode destinar. Aí se limita o evento ou a atividade àquela quantidade de recursos”.*

Diante da visão do movimento por parte das pessoas envolvidas, e de acordo com o campo de conhecimento e atuação e o poder de ingerência no processo, podemos destacar alguns fatos relevantes para a compreensão do todo. Para tanto faremos citações nos depoimentos dos três segmentos investigados.

O movimento na visão dos administradores que estão ou estiveram ligados a órgãos governamentais responsáveis por ações neste campo:

Entrevista nº 1. Aponta que este movimento vem desde os tempos da SEED/MEC, e que em 1979 já existia atendimento esporádico por parte daquela Secretaria, a este movimento. Mas as preocupações se evidenciam a partir do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, 1981, que coincide com o início das produções científicas nesta área.

O resultado dos levantamentos feitos no Projeto Integrado, vêm confirmar a ausência de ações do governo neste campo. Estas as razões que levaram à sugestão de alterar os Currículos de Educação Física, no sentido de contemplar a pessoa portadora de deficiência.

O início do atendimento por parte do governo federal, das questões do Desporto Adaptado realizou-se através da CORDE, passa a estimular a politização das instituições responsáveis pelo desporto, através de discussão das propostas políticas na área do desporto adaptado, durante a campanha dos candidatos à Presidência da República, em 1989.

O reconhecimento da ausência de uma política permanente destinada ao Desporto Adaptado leva à mobilização do governo, que cria a Secretaria de Desporto da Presidência da República em 1990.

Entrevista nº 2. Mostra a articulação do primeiro movimento de governo no sentido de verificar o tratamento destinado a pessoa portadora de deficiência, no tocante a educação física e esporte. Desencadeia-se, então, uma série de movimentos na direção da institucionalização do desporto para o portador de deficiência.

Entrevista nº 3. Apoiado nos dados do Projeto Integrado, participa do Comitê de ação conjunta para integração do portador de deficiência, da Educação Especial Nacional, assim como da criação de um órgão específico para tratar das questões de integração da pessoa portadora de deficiência durante o governo Sarney.

Entrevista nº 4A e 4B. Participa de três políticas distintas direcionadas a esta população, que podem ser consideradas ações pós institucionalização do desporto. Contando com

verba específica para a promoção de ações nesta área, vem decidindo as prioridades, sem conhecimento específico das necessidades da mesma.

O que dizem as instituições nacionais de dirigentes do desporto adaptado, através de seus dirigentes:

Entrevista nº6. Mostra historicamente a sua participação neste processo, desde o início desta prática no Brasil, porém representa pouca relevância em termos de contribuição para o desenvolvimento deste movimento, já que esteve sempre à frente do mesmo.

Entrevista nº 7. Um portador de deficiência e ex-atleta, busca a administração deste desporto com o intuito de realizar eventos, visto ser a conquista de resultados em competições esportivas é um dos meios que possibilitam as reivindicações e conquistas de outros direitos do portador de deficiência em geral.

Entrevista nº 8. Ex-atleta contribui para a criação de uma associação específica para atender um tipo de deficiência, por se sentir diminuído, tendo que competir junto com os que adquiriram a deficiência por outros meios.

Entrevista nº 5. Dirigente que funda uma associação e busca a articulação de todas as associações em um único órgão gerenciador e mediador entre elas e o governo. Suas intermediações neste campo privilegiam a realização de eventos, estabelecem o governo como financiador de suas realizações e apontam para a necessidade da profissionalização deste desporto. Esta configuração corresponde à existente a nível mundial.

### **3º. Segmento. Correspondentes a realidades dos clubes de esporte adaptado no Estado de São Paulo.**

Com o objetivo de estabelecer uma coerência na busca de um entendimento dos fatos supostamente estabelecido no início deste trabalho, procuramos ouvir Pessoas Portadoras de Deficiência envolvidas neste movimento, como forma de verificar o processo em toda sua plenitude.

Para tanto elaboramos uma entrevista com o objetivo de conhecer a realidade em que se dá esta prática esportiva no Estado de São Paulo.

A delimitação deste universo se deu por razão do Estado de São Paulo possuir o maior número de Clubes de Esportes para Deficientes do país, em um total de 12 , que desenvolvem o desporto nas concepções estabelecidas Internacionalmente.

Para tanto aproveitamos a oportunidade da realização dos V e VI Campeonatos Paulista de Basquete Sobre Rodas, realizados na cidade de Campinas SP no período de 15 à 18 de junho de 1995 e em São José do Rio Preto. SP, no período de 24 à 27 de outubro de 1996, para levantamento dos dados entre seus participantes, num total de 11 equipes.

Embora com autorização de todos os entrevistados para divulgar seus relatos, sem nenhuma objeção, por razões éticas não faremos menções aos nomes dos clubes, aqui representados por números de 1 a 11, correspondentes nos cinco quadros subsequentes.

Elaboramos cinco perguntas com a finalidade de obter informações sobre:

- Como se organizam os clubes de esporte para deficientes no Estado de São Paulo.
- A condição em que está sendo desenvolvido o esporte através dos clubes.
- As dificuldades apontadas e possíveis saídas.
- Com quem os clubes esportivos se relacionam a nível Governamental.
- A relação dos clubes com as Associações Brasileiras dirigentes do desporto para deficientes físicos, ANDE, ABRADCAR, ABDA.

Estes dados foram transcritos em forma resumida, dentro de um mesmo quadro, para que tenhamos uma visão das respostas no conjunto, como mostram os quadros:

## QUADRO I

Como se organizam os clubes de esporte para pessoas portadoras de deficiência no

Estado de São Paulo.

1	Este clube iniciou após a experiência de uma pessoa que adquiriu uma deficiência física em decorrência de um traumatismo raquimedular e teve o contato com esporte durante o processo de reabilitação o qual foi submetido.
2	Um grupo de pessoas deficientes se organizaram com objetivo de defender os direitos das pessoas portadoras de deficiências, e com a ajuda da prefeitura de nossa cidade, adotamos o esporte como uma forma de unir as pessoas portadora de deficiência.
3	Este grupo começou a praticar esporte a muitos anos, e seu inicio deu-se através dos portadores de deficiência que já tinham praticado esporte e fundaram o seu próprio.
4	Nos precisávamos reunir as pessoas portadoras de deficiência para discutir: os direitos e deveres enquanto cidadãos, mas tínhamos dificuldades de manter esta prática, pois o deficiente acha trabalhoso. Então surgiu a idéia de formar um grupo de esportista def., o que foi articulado rapidamente e a partir desse grupo passamos a discutir toda a problemática nossa.
5	Este grupo de esporte nasceu dentro de uma proposta de reabilitação, durante este processo as pessoas ficam muito deprimidas. Elas tem que se organizar para levar uma nova vida, e o esporte ajuda, por que passa a ser uma nova conquista para elas.
6	Este grupo iniciou-se através de algumas pessoas deficientes que reuniam para discutir os problemas relacionados ao seu dia a dia. Então surgiu a idéia de montar uma equipe de basquete.
7	Esta equipe iniciou-se através de um grupo de deficiente que contou com ajuda, de uma instituição especializada em atender o portador de deficiência, que nos apoiaram nesta iniciativa viabilizando o contato c/ a prefeitura
8	Este grupo se organizou a partir de um projeto da universidade de nossa cidade, que abriu um espaço para que a pessoa portadora de deficiência pudesse praticar atividade física e esporte com o apoio de seus professores. Nós fomos nos organizando e buscando a constituição de um clube de esporte.
9	Por iniciativa de um profissional de educação física lotado na Secretaria de Ação Social que enviou um projeto ao departamento de esporte da prefeitura que foi aceita e passou a oferecer condições para que a pessoa portadora de deficiência pudesse praticar várias atividades.
10	Este clube iniciou após eu ter assistido umas aulas de um curso de especialização ministrada para os prof. de educação física de nossa cidade, no qual eu tive contato com esta possibilidade. A partir deste momento nós procuramos nos organizar, e hoje temos um clube com toda infra-estrutura necessária para esta pratica.
11	Como Fisioterapeuta venho atendendo esta população a algum tempo. Durante este período pude fazer algumas observações em relação ao que se passava com estas pessoas após a aquisição de uma deficiência, como a inatividade, falta de uma opção de lazer. Então surgiu a idéia de buscar no esporte a motivação para estas pessoas estarem mais ativas.

## QUADRO II

*Quais e a condição em que está sendo desenvolvido o esporte através dos clubes.*

1	Todo o trabalho desenvolvido dentro de nosso clube é através de voluntários e só existe graças a determinação e envolvimento de algumas pessoas. O trabalho é desenvolvido em locais cedidos por Universidade e clubes.
2	Atualmente estamos passando por dificuldades pois a prefeitura tirou os incentivos, e estamos com um número reduzido de pessoas. A maioria do grupo foi para outras equipes. Hoje sobrevivemos do recursos pessoais dos jogadores, o pessoal técnico é voluntário.
3	A nossa equipe está sendo reformulada. Os mais antigos do grupo saíram para arrumar empregos ou mudaram de cidade, então estamos consolidando uma equipe nova e estamos passando por tudo novamente, buscando recursos para adquirir novos materiais como: cadeiras de rodas e ajustá-las aos novos atletas. A técnica de nossa equipe uma pessoa voluntária.
4	A maior dificuldade de nossa equipe está em manter um grupo regularmente em treinamento. A pessoa chega e começa a treinar e a primeira dificuldade que aparece ele abre mão do esporte, ate por que é uma questão de sobrevivência. Nos não contamos com receita para ajudar os atletas. Até o técnico não recebe.
5	Hoje podemos dizer que estamos em uma situação privilegiada, pois contamos com apoio de uma multi-nacional, que nos dá condições de desenvolver este trabalho, mas não podemos dizer que é suficiente. Estes recursos nos limita, por não dar condições de ampliar o grupo. Quando você trabalha buscando o alto rendimento você tem que ter condições de trabalhar com o máximo de pessoas possível.
6	A nossa equipe está muito modesta, ela já esteve muito melhor. Hoje as nossas condições em termos gerais estão reduzida. Muitos atletas deixaram de treinar e foram a luta em busca da sobrevivência. Nossas cadeiras talvez sejam as mais velhas de todas as equipe, até mesmo o técnico que nos acompanhava nos deixou. A pessoa que aqui esta como técnica é nova neste trabalho, mas é o que a prefeitura pode nos arrumar.
7	Eu sou o Presidente do clube, sou também o técnico e jogador. Por aí você pode perceber as nossas condições. Estamos com muitas dificuldades. Antes tínhamos uma técnica que a prefeitura nos cedia, estamos praticando o esporte por conta própria.
8	O nosso trabalho mantém-se dentro de uma regularidade por estar dentro de um projeto de uma Universidade. Tudo vem dela: cadeiras, materiais esportivos, técnicos e locais para treinar, mas há uma dificuldade de avançar por não ter envolvimento de outro segmento da sociedade.
9	Estamos trabalhando com bastante limitações, embora estamos dentro de um projeto de uma prefeitura. Temos que trabalhar com o que tem, tanto em termos de recursos humanos como técnicos e materiais em geral. Estamos sempre buscando pessoas de outro setores para nos auxiliar voluntariamente.
10	Nunca estivemos tão bem organizado como agora. Contamos com um grupo bastante ampliado e de boa condição. Contamos também com material e recursos humanos satisfatórios até mesmo com um local próprio para treinar, o que facilita tudo.
11	Embora estamos fundidos em duas cidades, o grupo ainda passa por grandes dificuldades. Não contamos ainda com recursos de materiais suficientes e de boa qualidade, assim como recursos humanos. Todo este trabalho ainda é voluntário.

### QUADRO III

*As dificuldades apontadas e possíveis saídas.*

1	A maior dificuldade para desenvolver o esporte para deficiente no Brasil são as pessoas envolvidas. Elas colocam o lado emocional na frente do racional, e isso dificulta tudo. Precisamos de um planejamento para desenvolvermos.
2	A falta uma política clara e permanente para este esporte e que seja cumprida por todos os Governos. A saída seria estabelecer meios para que as iniciativas privadas pudessem investir neste esporte.
3	A maior dificuldade esta em estabelecer meios para angariar fundos para a sustentação desta prática. A saída seria estabelecer uma política em qualquer governo, que facilitasse esta prática.
4	As nossas dificuldades são mais ou menos as mesmas, estamos sempre esperando ajuda de alguém. Isso por que falta uma política clara.
5	A nossa dificuldade deixa de ser básica e passa a ser outra; como a de manter esta equipe em atividade para aprimoramento. A saída seria estabelecer condições para que estas equipes pratiquem esporte o ano todo e não 4 dias por ano.
6	A nossa dificuldade está em encontrar meios para que este grupo volte a crescer
7	Hoje a nossa maior dificuldade esta em encontrar pessoas que queiram continuar este trabalho iniciado pelo grupo.
8	A nossa dificuldade é de efetivar uma parceria, com órgãos ou empresas como forma de desenvolver este desporto. A saída seria estabelecer uma política que facilitasse estas parcerias.
9	A nossa dificuldade esta em achar e manter pessoal qualificado para atuar neste campo e apoio por parte da iniciativa privada ou que facilitaria muito. A saída seria estabelecer um convênio com alguma empresa, para melhorar e ampliar este projeto.
10	A nossa dificuldade esta em manter esta equipe motivada. Estamos um pouco distante das demais e isso dificulta. A saída e promover um campeonato corrido a ano todo, mas isso ainda e impossível.
11	As nossas dificuldades estão em ter orientações técnicas, pessoal para treinar, equipamentos em geral. A saída seria a ajuda de algum órgão.

## QUADRO IV

Com quem os clubes esportivos se relacionam a nível governamental.

1	Atualmente não temos ligação com nenhuma instituição Governamental, estamos buscando apoio na iniciativa privada.
2	No passado já tivemos ligações com a prefeitura, mas hoje não contamos com nenhum tipo de ajuda das três esferas Governamentais.
3	O nosso trabalho sempre foi independente, não por que queremos, mas pela dificuldade que temos para estabelecer uma parceria com os Governos municipal estadual e federal. A saída seria buscar a auto suficiência.
4	Temos procurado sempre o governo municipal para apoiar este grupo. Em muitas reivindicações somos atendidos, já com os demais governos não temos contato. A saída é estabelecer uma associação forte e independente.
5	Nós não temos contato com Governo. A nossa instituição busca apoio na iniciativa privada, que é hoje responsável por toda estrutura existente.
6	O relacionamento com o Governo Municipal é estabelecida de acordo com a vontade do prefeito. Já tivemos grandes ajudas no passado, mas hoje temos ajuda somente de local para treinamento.
7	A prefeitura de nossa cidade tem ajudado somente com a isenção da tarifa no transporte coletivo no perímetro urbano para deficiente em geral, e também cedendo local para treinamento.
8	O nosso relacionamento com o governo municipal ainda está muito longe de ser considerado satisfatório, ele se posiciona defensivamente diante deste trabalho. Já nos atendeu em duas oportunidade em forma de apoio momentâneo.
9	Este grupo passou a existir, a partir de um proposta de nosso Governo Municipal, portanto a nossa relação é apenas neste nível.
10	Nós buscamos estabelecer um vínculo com o Governo Municipal logo de início. Conseguimos até mesmo a aprovação de uma Lei municipal que permite a isenção de impostos às empresas que apoiarem este esporte.
11	Este Grupo é constituído por pessoas de duas cidades, em uma temos o apoio do governo municipal e em outra não.

## QUADRO V

*Qual a relação dos clubes com a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR).*

1	A relação que existe entre nós é a nossa participação nos eventos promovidos por ela. Fora isso não existe mais nada. Já solicitamos material relacionados ao desporto que pudesse facilitar o nosso trabalho e nunca fomos atendidos. Acho que ela passa pelas mesmas dificuldades nossas.
2	Somos filiados e temos participados dos eventos, não mantemos outros contato.
3	Somos filiados a ABRADECAR e temos participados de eventos promovidos por ela, mas somente isso. Não temos conhecimento do que ela faz fora a realização de alguns eventos.
4	Já faz algum tempo que não participamos de eventos promovido por esta entidade, e o nosso relacionamento se dava através destas participações.
5	Participamos dos eventos promovidos pela ABRADECAR sempre que somos convidados. O relacionamento com esta associação se limita a isso. Ela poderia fazer muito pelo desporto em cadeira de rodas como: promover eventos para que os técnicos pudessem adquirir novas informações; trazer equipes de outros países para excursionar pelo nosso; informações sobre avanços tecnológicos e técnicas, mas não há este interesse.
6	Não somos filiado a nenhuma associação nacional de dirigente de desporto para deficientes.
7	Já participamos de um evento desta instituição, por que são poucos eventos que ela promove que somos convidado para participar. Ela promoveu neste dois últimos anos dois Paradesportivos, os quais participaram atletas pré selecionados pelas regionais, o que não é o nosso caso.
8	Somos afiliados a ABRADECAR há pouco mais de um ano, e não conseguimos participar de nenhum evento promovido por ela. Já houve convites para participar de eventos em Porto Alegre e Niterói, isso é quase impossível devido a distância. Não temos condições de deslocar 20 def. em distância como esta. No Estado de São Paulo ela não promove eventos. Fora estes convites não recebemos outras informações dela.
9	Não somos filiado a nenhuma associação nacional dirigente de desporto para deficientes.
10	Somos filiados a ABRADECAR, é já participamos de um eventos no Rio promovido por ela. As nossa relação se restringe a isso, não sei se é pela distância, mas não temos contato com ela. Nunca recebemos nada a respeito de novidades.
11	Não somos filiados a nenhuma associação nacional de dirigente de desporto para deficientes.

## CAPÍTULO IV

### DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.

#### IV. 1. DISCUSSÃO

O Desporto Adaptado começou a ser praticado no Brasil há 38 anos e isto aconteceu por iniciativa das próprias pessoas portadoras de deficiências e dentro dos princípios que o consagraram: influência do trabalho de reabilitação e organizações das pessoas portadoras de deficiências.

Somente nos últimos dez anos o Governo Federal passou a se preocupar com este segmento. Neste período, ocorreu uma série de ações, através de decretos, portarias e realizações voltadas para o Desporto Adaptado, que o tornou causa de Governo. Este período é compreendido por nós como processo de Institucionalização do Desporto Adaptado Brasileiro.

Para assim concluir investigamos os acontecimentos deste período, sempre com o intuito de verificar como se deu este processo e se as propostas governamentais atenderam e atendem as necessidades da população portadora de deficiência, bem como de que forma isso está sendo viabilizado.

Adotamos para esta discussão os acontecimentos que apontam para este fato. Utilizamos como recursos os materiais coletados através de revisões bibliográficas, análise documental, depoimentos das Pessoas Portadoras de Deficiências praticantes deste desporto e dos dirigentes do Desporto Adaptado a nível Nacional. Esses elementos serviram como referencial deste estudo.

O capítulo I traz um referencial de sustentação do nosso trabalho. Casualmente poderemos recorrer aos dados deste capítulo como forma de ilustração ou para amparar elementos da discussão.

O tema oferece muitos pontos a serem tomados e discutidos dentro da estruturação do Desporto Adaptado no Brasil. Para que possamos estabelecer uma linha de raciocínio, devemos primeiramente estabelecer o desporto a ser discutido, visto que há uma

variedade de prática desportiva e, subjetivamente, a expressão Desporto Adaptado dá a entender que significa qualquer desporto praticado pelas pessoas portadoras de deficiência em nosso país.

Em nosso entendimento há o desporto adaptado como conteúdo na escola, o qual está relacionado ao sistema de educação especial, e tem por objetivo semelhante ao da educação física dentro deste processo, limitando-se a um determinado tempo na vida destas pessoas. Geralmente corresponde ao período em que a pessoa portadora de deficiência está no sistema de ensino e não há prosseguimento sistemático desta prática. Esse desporto muitas vezes possibilita a estas pessoas uma prática posterior junto à comunidade local, uma prática recreativa, mas não uma prática competitiva que extrapole os limites do sistema.

Vale ressaltar que este sistema de ensino começou a se organizar em nosso país no século passado, por volta de 1854, por iniciativa do Dom Pedro, que determinou a construção do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e em 1887 a criação do Instituto dos surdos- mudos, ambos na cidade do Rio de Janeiro, hoje denominados Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), respectivamente. A ampliação deste sistema ocorreu através das Organizações Não Governamentais (ONGs) a partir de 1934, com a fundação da Sociedade Pestalozzi e, em 1954 com a fundação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais( APAEs); estas instituições, de iniciativa das ONGs, como sabemos, propagaram-se por todo o território Nacional.

Os acontecimentos relativos à assistência a pessoa portadora de deficiência no tocante à educação, foram fluindo no sentido destes atendimentos, mas sabemos que as questões relacionadas às classes mais sofridas caminharam e caminham pelas periferias da igualdade. CASTELLANI (1993), cita a legislação deste período para mostrar o tratamento a esta população, no tocante à (corporeidade) educação e à educação física:

*Em 1938, o Decreto nº 21.241 ( antigo 27, letra b) e a Portaria nº 13 de 16 de fevereiro (item 10), proibiam a matrícula, nos estabelecimento de ensino secundário “ de alunos cujo estado patológico os impeçam permanentemente da freqüência às aulas de Educação Física”. Anos depois, o médico e professor da escola Nacional de educação da Universidade do Brasil, criada em 1939 através do decreto Lei nº 1212, Doutor*

*Waldemar Areno- mais tarde Presidente da Federação Brasileira de Medicina Esportiva- recomendava, em artigo publicado na Revista “ Educação Física”, a necessidade de serem tomadas medidas eugênicas que impedissem o “ desenvolvimento de uma prole nefasta e inútil”, sugerindo, então a esterilização- tanto masculina quanto feminina- das pessoas portadoras de deficiências, a qual lhes preservaria a continuidade das práticas sexuais e interromperia a disseminação do mal, ou seja, a geração de “ seres inúteis á sociedade”*

A participação das ONGS em torno da educação dos diferentes vem para atender a lógica capitalista que lhes negava este direito, já assegurado dentro da constituição de 1934, de que todos cidadãos são iguais perante a lei. De antemão sabemos que existem cidadãos de várias categorias e o portador de deficiência não foge à regra estabelecida pela sociedade, encaixando-se nesta ou naquela categoria, de acordo com as oportunidades que lhes são dadas. A partir do momento em que se estabelece um sistema de ensino paralelo, que foge aos padrões estabelecidos, cria-se um muro que separa cada vez mais as oportunidades dos alunos deste sistema de ensino.

O sistema de ensino especial, destinado às pessoas portadoras de deficiências, no Brasil, cresceu até o ponto de despertar interesse na criação de uma Federação Nacional das APAEs e escolas especializadas, em 1962. Isso estabelece um mecanismo de lobby político em torno da educação especial existente até hoje.

O Governo Federal, em 1972, elege a educação especial como prioritária, conforme cita o I Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/1974. Em decorrência disso é fundado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, com o objetivo de centralizar o planejamento, orientação e promover o desenvolvimento deste ensino através de um único órgão. Em seu Primeiro Anuário Estatístico lançado em 1974, o CENESP aponta a existência de 2424 estabelecimentos de ensino especial no Brasil, e nestes locais, 2218 espaços reservados para a recreação e ginástica.

Podemos observar, portanto, que a atividade corporal, assim como o desporto para as pessoas portadoras de deficiências institucionalizadas, ou inseridas na educação especial, caminhou juntamente com a estruturação do ensino especial ou pelo menos foi

prevista em suas propostas. Isso nos mostra uma organização que antecede as ações das Associações que respondem pelo desporto adaptado a nível nacional existente hoje.

O Desporto Adaptado a que nos referimos em nosso trabalho está relacionado ao desporto de competição, praticado pelas pessoas portadoras de deficiências. Este desporto tem buscado uma estrutura que o leve a um reconhecimento de igualdade com o desporto de alto rendimento das pessoas não deficientes.

O Desporto Adaptado está estruturado em clubes de esportes, que têm buscado uma organização através das associações nacionais; que têm procurado apoio institucional, de origem governamental ou privada; têm, também, recorrido ao respaldo da legislação como forma de estabelecer esta prática como um direito seu e dever do Estado. São dirigidos em sua maioria pelos próprios deficientes e estão desvinculados de um outro sistema. Esse Desporto visa o alto rendimento. E o desporto como fim, que busca um padrão único estabelecido internacionalmente e que o tornou uma linguagem universal.

O Desporto pode ser visto de uma maneira muito mais abrangente por seu praticante, ou seja, como o caminho para o auto conhecimento, superação, integração, sociabilização, valorização através do esporte, melhora orgânica e a oportunidade de se posicionar diante das dificuldades estabelecidas pelo mesmo.

É, para alguns, o momento único de estar em: oposição, resistência, cooperação, derrota, vitória e superação dos obstáculos que a deficientização causa em decorrência de um tratamento subestimado que uma sociedade segregadora impõe e o momento em que mesmo ele sendo deficiente precisa provar sua eficiência, mesmo que seja para se satisfazer, para firmar sua auto-estima.

O Desporto Adaptado, dentro desta concepção, como citado anteriormente, tem sua origem na Inglaterra, na reabilitação de soldados acometidos por traumas raquimedulares decorrentes da última Grande Guerra, e na organização dos veteranos de guerra dos Estados Unidos da América neste mesmo período; portanto, estes dois pontos são de grande relevância para estabelecer este início de discussão. O Desporto Adaptado Brasileiro nasceu dentro deste contexto e foi influenciado pelo modelo norte-americano durante sua estruturação, através da constituição dos clubes classistas e da organização das Associações a nível Nacional. Notamos que a iniciativa por parte das pessoas portadoras de

deficiências, no que diz respeito à prática do desporto, antecede às preocupações dos governos.

Uma política voltada para o atendimento desta população em diferentes setores como: educação, saúde, trabalho, profissionalização, oportunidades de acesso, assistência social, ou seja de Participação Plena, enfim tudo que pudesse melhorar as condições de vida destas pessoas, foi cobrada indiretamente pela ONU através da proclamação da resolução nº 31/ 123 de 1976, que institui o ano de 1981 como Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências. A partir deste momento o Governo Federal sente-se na obrigação de promover ações, no sentido de melhorar sua imagem social perante a ONU. Uma das primeiras providências foi procurar conhecer este universo, no sentido de planejar ações nesta direção.

Em toda a nossa investigação pudemos perceber que o ano de 1981, Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, foi decisivo para estabelecer o ponto de partida de todo o movimento a nível nacional, voltado para as questões do Desporto. Isso constatamos na fala de todas as pessoas entrevistadas. Podemos assegurar que este foi um momento que estimulou esta população a se conscientizar sobre seu deveres e direitos de cidadãos e sobre os problemas que os afligem.

Embora neste período, vivêssemos sob o regime Militar, onde as ações de Governo estavam mais voltadas para questões que pudessem fortalecer e dar sustentação e legitimidade ao regime, do que para as questões sociais, este assunto começou a ser tratado, de maneira tímida, mas o suficiente para estabelecer o início das discussões, como aponta SILVA (1986),

*“Em 16 de junho de 1980 o Presidente da República assinava decreto criando a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, vinculando-a ao Ministério da Educação e Cultura. Seus Membros foram nomeados por Portarias do Senhor Ministro da Educação em 28 de agosto e 17 de setembro de 1980.*

Podemos entender que este ato representou uma iniciativa, por parte do governo, em estabelecer um mecanismo voltado para a problemática das pessoas portadoras de deficiências de uma forma generalizada.

O Desporto como um todo, no início dos anos 80, estava a cargo da Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério de Educação e Cultura - SEED/MEC, e mantinha em seu organograma o Conselho Nacional de Desporto CND, que era responsável pela aprovação dos assuntos referentes à prática de desporto a nível nacional: estatuto dos clubes desportivos, de confederações, entre outros. No que diz respeito à prática desportiva pelas pessoas portadoras de deficiências, referente a este período, só tínhamos uma Associação com estatuto aprovado pelo CND, a Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE). O CND não via esta prática como sendo um desporto com a mesma conotação do desporto para as pessoas não deficientes e sim um desporto de menor relevância, não reconhecendo, portanto, esta organização, como representativa de uma associação desportiva.

Neste período temos registros de alguns acontecimentos, que vão se sobrepondo na discussão da problemática que envolvia as pessoas deficientes em nosso país e que apontam para o reconhecimento de suas verdadeiras capacidades, convergindo com a ausência de uma política, com a falta de oportunidades oferecidas pela sociedade, com a inexistência de ações por parte das autoridades competentes. Estes acontecimentos começam a ser sedimentados a partir de algumas provocações. Os primeiros sinais de prática desportiva sistematizada, por esta população, desvinculada de algum sistema institucional, por iniciativa dos deficientes físicos, foi em 1958, registrada através de organizações de clubes desportivos, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua popularização no entanto, aconteceu dentro ou paralelamente ao movimento de Esporte para Todos (EPT), que provocou uma abertura para o início destas discussões por parte dos órgãos federais.

O movimento do EPT, foi introduzido no Brasil no início da década de 70, e tinha como proposta, possibilitar a prática desportiva ou recreativa em locais públicos, ao ar livre, para a população em geral. Seus princípios estavam voltados para: Lazer, Saúde, Desenvolvimento Comunitário, Integração Social, Civismo, Humanização das Cidades,

Valorização da Natureza, Adesão à Prática Esportiva, Adesão ao Esporte Organizado e Valorização do Serviço à Comunidade, entre outros. Implicitamente subtende que o portador de deficiência estaria contemplado dentro desta proposta, já que o próprio nome explicita “PARA TODOS”, embora suas justificativas não incluíam de forma explícita, nem excluía, esta população. Aqui existem duas lógicas a serem questionadas para a compreensão do ser atendido dentro deste movimento. A primeira, com a qual gostaríamos de comungar, seria o atendimento sem uma rotulação, ou seja, o trabalho com esta população deve ser desenvolvido dentro da naturalidade, sem fazer saber. A segunda, que provavelmente levou à não menção desta população, seria o receio de diminuir o impacto buscado através deste movimento, uma vez que este se propunha a orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria, criar oportunidades, estimular a motivação, buscar a congregação através de grandes eventos. Ao anunciar que esta população estaria também sendo alvo, desse programa, poderia ocorrer um desestímulo da participação maciça da população em geral.

Vale ressaltar que, este movimento possibilitou aos profissionais de educação física desenvolverem e exporem seus trabalhos realizados com a pessoa portadora de deficiência nos Congressos. Isto despertou no Governo a preocupação por este assunto, que até 1984, era assunto só das Associações e clubes de esporte de deficientes. Portanto, o esporte para o portador de deficiência, dentro do movimento do EPT, também antecede as ações governamentais neste campo.

O movimento do EPT no Brasil alcançou tamanha significância que acabou tendo uma sub secretaria dentro da Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério de Educação e Cultura, conhecida pela sigla SUEPT, criada para gerenciar suas ações.

Sobrepondo-se a este movimento, encontramos o Projeto Integrado, que, a nosso ver, representa a aparição do governo no movimento do esporte para deficientes no Brasil. Isso ocorreu após a realização do II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos, realizado na cidade de Belo Horizonte- MG em julho de 1984. Inicia-se aí uma discussão desencadeada pelas autoridades da SEED/MEC que estiveram presentes neste Congresso, em torno das questões da educação física e esporte para o portador de deficiência, o que levou à criação de uma comissão para investigar a ausência de uma política nacional de

Educação Física, Desporto e Esporte para todos, ajustados às necessidades desta prática com excepcionais. Esta medida só é justificada pela ausência de informações estatísticas a respeito das condições em que vive a população brasileira em geral. Neste caso específico, havia a ausência de informações a respeito das condições em que se dava o tratamento, por parte do governo, a esta população, no tocante à educação como um todo. O universo em que se deu esta investigação restringiu-se ao campo de atendimento da educação especial, instituições acadêmicas e órgãos governamentais. No entanto, a comissão não poderia desencadear nenhuma ação que pudesse reverter a situação desta população, com referência à política de desporto a nível nacional e confirmar o já sabido, como forma de justificar a ingerência do governo nas falhas apontadas pela sociedade.

Já na Nova República, estes dados levantados pelo Projeto Integrado, que vieram explicitar o descaso do Governo com esta população, estimulou a criação do Comitê Nacional de Ação Conjunta, que teve como objetivo definir caminhos que contribuíssem para a efetiva integração social das pessoas portadoras de deficiências, com problemas de conduta e superdotadas. Após um ano de reuniões, levantamentos, discussões em torno dos problemas desta população, chegou-se a uma proposta.

Após a constatação da ineficiência administrativa do Governo em administrar as ações da política da educação especial, a comissão sugere a transformação do Centro Nacional de Educação Especial-CENESP, em Secretaria de Educação Especial-SESPE, junto ao Ministério de Educação Esporte e Cultura-MEC. Isto acontece através do decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, que trata especificamente da educação especial. Este movimento foi muito marcante pela disputa que acirrou pela direção deste órgão, durante o desenvolvimento do Projeto Integrado. Foi criada também a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE, para estabelecer mecanismo de interação entre todos os órgãos governamentais, visando conduzir as ações na direção da integração desta população.

A CORDE foi criada através do Decreto Lei nº 93. 481, de 29 de outubro de 1986, e recebeu tratamento e atribuições de Ministério. Juntamente com o decreto de sua criação, foram publicadas todas as atribuições do Ministério do Gabinete Civil da Presidência da República, como também as prioridades e competência de ambas as partes,

deveres de elaboração e acompanhamento de planos e metas a serem seguidos durante a permanência do governo, implementações de ações com os demais órgãos de governos e com a iniciativa privada, e a implantação de uma nova filosofia junto aos governos Estaduais, Municipais e sociedade, relacionado à Pessoa Portadora de Deficiência, na tentativa de sua integração.

A CORDE vem a ser o primeiro órgão governamental que trata do desporto para o portador de deficiência entre suas propostas: o desporto como agente de integração da pessoa portadora de deficiência.

Inicia-se aqui a constituição de um órgão governamental paralelo, para estabelecer mecanismos de atendimento ao portador de deficiência, o que contradiz com a idéia de integração. Medida como esta não podemos chamar de integrativa. Estabelecer meios diferentes para atender o deficiente fora do mecanismo existente, não deixa de ser uma forma camuflada de segregação.

A CORDE procura buscar meios para interceder nestas questões. O desporto neste contexto passou a ser fomentado através de realizações de eventos esportivos e encontros científicos, para discutir as questões a ele pertinentes. Neste período surge por parte dos profissionais de educação física, já envolvidos no trabalho com esta população, a indicação para a inclusão de disciplinas que abordassem as especificidades dessa população nos cursos de educação física. Surgem também cursos de especialização em educação física neste campo.

A política de Governo deste período tenta estabelecer uma linha voltada para a integração em todos os sentidos, o que na realidade acaba não acontecendo. Isso fica claro até mesmo pela dificuldade de efetivação da importância que foi destinada a este órgão no momento de sua criação; até mesmo a sua alocação definitiva em um Ministério ou secretaria não foi possível. A CORDE, durante o período deste governo, ficou em constantes mudanças, o que dificultou a efetivação de qualquer ação que pudesse reverter o quadro geral detectado pelo Comitê Nacional de Ação Conjunta, em 1986.

No campo do Desporto Adaptado, devemos reconhecer que foram dados alguns passos no sentido de incentivar-se a prática desportiva por deficientes. Esta Coordenadoria, pela primeira vez, procurou estabelecer uma relação com as Associações Nacionais de

Dirigentes do Desporto para Deficientes, na tentativa de fixar uma política de atendimento. Isso foi marcante, devido a articulação de algumas metas a serem cumpridas neste campo, no Governo Sarney. Entre estas podemos destacar a organização de uma comissão que trataria de apoiar a preparação da Seleção Brasileira que participaria das Paraolimpíadas de Seul, em 1988.

Sem sombra de dúvida, podemos afirmar que o ponto de institucionalização do desporto para a pessoa portadora de deficiência em nosso País deu-se através de uma iniciativa do Governo Fernando Collor de Mello, no início de 1990, com a lançamento do Plano Plurianual 1990/1995.( Plano de Governo). Este plano previa a criação da Secretaria de Desporto da Presidência da República, órgão instituído e ligado diretamente ao gabinete da Presidência, como forma de garantir o êxito esperado neste campo.

Criado pelo decreto nº 8028 de 12 de março de 1990 e regulamentado pelo decreto Lei nº 9924 de 10 de abril de 1990, esta Secretaria estabeleceu em seu organograma um Departamento de Desporto das Pessoas Portadoras de Deficiência. Este Departamento foi criado para atender as reivindicações desta população que vinham se avolumando através das organizações não Governamentais (ONGs). Ao tornar institucional o desporto para as pessoas portadoras de deficiência, o Governo assume o papel de gerenciador de um movimento que procurava esta articulação há mais de 30 anos, e que naturalmente carregava consigo os problemas e anseios de uma classe que praticava o desporto sem nenhum apoio.

Este Departamento estabeleceu quatro áreas como metas de atuação: capacitação de recursos humanos, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento e fomento desportivo, e documentação e informação na área.

Antes de mais nada vale lembrar que a formação de recursos humanos para suprir a necessidade de uma área se faz junto ao MEC. Como neste caso foi detectada a necessidade de formação de profissionais em educação física para atuar nesta área, não caberia àquele Departamento viabilizar tal ação, uma vez que ele não teria competência para isso. Neste caso, caberia ao MEC a função de gerir junto às Instituições de Ensino Superior a formação destes profissionais. Já havia naquela ocasião a sugestão para a inclusão de disciplinas, nos Cursos de Educação Física, que abordassem questões relativas

às pessoas portadoras de deficiências. O que aquele Departamento promoveu foram palestras e alguns cursos de curta duração, caracterizados como de reciclagem ou atualização profissional.

A respeito do desenvolvimento tecnológico, outra meta prevista pelo Departamento, as gestões junto ao Ministério da Ciências e Tecnologia, para a implementação das ações propostas, não foram feitas. Em decorrência disso, ainda hoje copiamos as inovações tecnológicas de equipamentos de outros países, na área do Desporto Adaptado, como sempre foi feito pelos profissionais envolvidos nesta área.

No que diz respeito ao desenvolvimento e fomento desportivo, foram realizados alguns eventos na área, mas desvinculados de uma proposta que pudesse contribuir para o aprimoramento dos atletas e profissionais. O que aconteceu nesta área foi a realização de eventos esportivos que terminariam juntamente com a última prova. Não houve aproveitamento do potencial destes eventos para a elaboração de uma proposta voltada a nossa realidade, por exemplo, área da ciência do Desporto Adaptado.

No campo da documentação e informação, foram publicadas algumas teses já defendidas e a duplicação de materiais didáticos importados. Isso facilita a circulação deste material, que na maioria das vezes este materiais importados estão distantes de nossa realidade, não contribuindo assim, para o desenvolvimento ou inovação dos trabalhos desenvolvidos aqui.

Este Departamento tem duração de dois anos, durante o tempo de permanência do Governo Collor. Com o “impeachment” deste Governo, as questões do desporto em geral tomam outra configuração. Voltando para o Ministério da Educação e Cultura MEC, a Secretaria de Desporto é transformada em Departamento e o Departamento de Esporte para as Pessoas Portadoras de Deficiências, em coordenação, dentro deste. Uma das primeiras medidas das autoridades neste campo foi estabelecer uma avaliação, destas ações, realizando o *”Encontro Técnico de Avaliação Desportiva das Pessoas Portadoras de Deficiência na Década 83/92”*, onde se reuniram os dirigentes das Associações Nacionais do Desporto Adaptado, representantes de algumas faculdades de educação física, entre outras, na cidade de Campinas SP, para avaliar e estabelecer metas para os dois anos seguintes.

Esta iniciativa dá margem a duplo entendimento: o primeiro seria a forma de avaliar e garantir o apoio da classe de dirigentes do desporto adaptado e acadêmicos da área; o segundo seria no sentido de propor inovações, diante da nova estrutura administrativa adotada. Esta nova estrutura estabeleceu como linha de atuação, apoio às realizações de eventos, como demonstra a divisão de desenvolvimento e fomento desportivo e capacitação técnica, explicitando, no projeto lançado em 1994, cujas prioridades seriam dadas aos programas que:

*“objetivassem a prática das atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer, bem como a adaptação, recuperação e ou ampliação de espaços esportivos para estas práticas.”*

E no campo de capacitação técnica que:

*“Visassem a qualificação dos recursos humanos, a disseminação do conhecimento e o estímulo ao desenvolvimento da atividade de pesquisa na área do desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência’.*

Como afirma o programa de desporto para pessoas portadoras de deficiência, as ações do governo Itamar Franco, neste campo, mantêm-se dentro da filosofia anterior até o término de seu mandato, ou seja, apoio a realizações de eventos e capacitação técnica. Isso, do nosso ponto de vista, não justifica a necessidade de um órgão a nível federal para responder por tão pouco, em um campo de muitas necessidades.

Comungamos com a primeira hipótese, que foi a busca de apoio dos dirigentes do desporto adaptado e acadêmicos da área, para continuar a mesma filosofia adotada, até o fim do mandato do governo Itamar.

Atualmente o Governo Federal criou o cargo de Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, que está tendo um tratamento de Ministério. Para dar dinamismo e independência administrativa a esse órgão, foi criado o Instituto Nacional de

Desenvolvimento do Desporto INDESP, que tem apoiado suas propostas na Constituição Federal, para justificar o Programa de Desporto Nacional. Tais propostas são:

*- “é dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais como direito de cada um, incentivando o lazer como forma de promoção social (Art. 217/C.F.)”,*

*-” O estado promoverá a criação de programas de prevenção e atendimento especializados para os portadores de deficiência física, sensoriais ou mental, bem como a integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilidade do acesso aos bens e serviços (Art.227/C.F.)”*

A proposta do Governo atual está centrada nas linhas filosóficas da Constituição Federal, para explicitar suas intenções diretas as pessoas portadoras de deficiência, como demonstra o documento que normatiza os projetos de implantação e implementação de Núcleos de atendimento desportivo às pessoas portadoras de deficiência (PINAD-PPD), expedido pelo INDESP, (1996):

*“ Toda pessoa tem direito ao lazer e à prática esportiva. Limitar o acesso da pessoa portadora de deficiência a essas atividades, quer por barreiras arquitetônicas, quer por falta de iniciativas na área, constitui um bloqueio ao direito individual e uma limitação das oportunidades de desenvolvimento geral, de integração social e do pleno exercício da cidadania”*

O INDESP lançou recentemente a proposta geral para o Desporto Nacional, para ser desenvolvidos entre os anos de 1996 a 1999, onde são definidas quatro áreas de atuação, visando mudar o quadro estabelecido até então. O atendimento ao portador de deficiência está incluído dentro deste programa.

No que diz respeito ao Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte Nacional. INDESP, pretendemos estabelecer duas análises distintas: uma volta-se para suas propostas e suas reais intenções; a outra volta-se para uma política de democratização do esporte e dentro desta visão, o desporto como direito de todos.

A primeira será feita apoiada na legislação e realizações na área, tendo como apoio o depoimento do Coordenador geral de desporto para as pessoas portadoras de deficiências, (Entrevista 4a e 4b). Anexo.

A necessidade de estabelecer uma estrutura que possibilite o atendimento desta população no segmento do desporto vem se organizando desde as iniciativas do Projeto Integrado, realizado em 1984/85, como já mencionado anteriormente. A atual proposta do governo vem solidificar as iniciativas de 84; a busca de autonomia se estende tanto no campo administrativo como no financeiro. Cabem aqui algumas observações a respeito do estado atual da situação.

A cada proposta lançada pelo governo na direção do atendimento ao portador de deficiência, referente ao acesso à prática desportiva, podemos observar o crescimento desta estrutura, o que não pode ser entendido como crescimento da população atendida e da qualidade dos serviços prestado nesta área. As propostas continuam as mesmas: capacitação técnica e fomento de programas, como demonstra o organograma do INDESP.

O que está claro é que a cada Competição Internacional de que o Brasil participa, desde 1988, momento este em que o governo através da CORDE destina recursos específicos para apoiar uma equipe a participar de uma Paraolimpíada, o Brasil se apresenta melhor. Os investimentos têm aumentado substancialmente e os maiores investidores tem sido os órgãos de governo ou estatais como Petrobrás, Caixa Econômica Federal e fundação do Banco do Brasil, entre outros.

Por outro lado, não notamos nenhuma realização do governo no sentido de possibilitar o aumento desta prática enquanto direito do portador de deficiência. Neste sentido alertamos para a necessidade da democratização do Desporto Adaptado, a desvinculação da sua prática de outros interesses, geralmente implícito, para manter a ordem do movimento e atingir o impacto planejado; este entendimento só justifica a ingerência por parte do governo a partir do momento em que os resultados apontarem para o acesso a esta prática e não pelos resultados obtidos em uma competição ou seja, com adoção de medidas que multipliquem o número de praticantes e não o discurso onde se relata o número de medalhas conquistadas, comparando o com os resultados anteriores.

Até este momento o governo conseguiu, através da legislação, a Institucionalização do desporto para o portador de deficiência em nosso país; ou seja, passou a ser uma questão institucional, uma questão de governo e através das implementações possibilitou a organização de uma equipe, á constituição de uma estrutura administrativa, que foi se consolidando nestes 10 anos e que possibilita a apresentação do Brasil nas competições Internacionais em iguais condições ás dos demais países. Diante dos olhares internacionais, o Brasil passa a imagem de eficiência na área. O que para muitos leigos pode ser traduzido em desenvolvimento da área, quando assistem um evento e para os políticos quando colocam estas realizações em seus discursos, para nós a realidade é outra. Neste sentido vale ressaltar os pontos levantados através da entrevista nº 1, anexo.

*“O apoio dado se restringe, na maioria dos casos, ao financiamento de eventos esportivos, em sua maioria internacionais, realizados fora do Brasil. Essa forma de apoio gerou uma pequena casta de privilegiados que, em alguns casos, ainda dominam as ações na área e não abrem espaços para outras pessoas. Se for feito um estudo detalhado sobre os eventos esportivos apoiados desde a época da SEED/MEC (à partir de 1979) você verá que os atletas, técnicos e, principalmente um pequeno grupo de dirigentes, são basicamente os mesmos. Eles formam um grupo que tem tido as melhores chances de viajarem para eventos fora do Brasil. Alguns já saíram do país com equipes Brasileiras mais de uma dezena de vezes”.*

Ao verificar o caminho percorrido para se chegar a esta institucionalização podemos perceber que as ações, até então, foram no sentido de buscar um mecanismo, por parte do governo, através das legislações e ações desencadeados pelo órgão competente. Estabeleceu-se um atendimento dentro de uma proposta secundária, ou seja, através do

desporto buscou-se outros fins, como a integração, a discussão de outras necessidades relacionadas à problemática do deficiente praticante de atividade esportiva mas não se buscava a competição esportiva.

Por outro lado, foi se estruturando toda uma organização paralela, abrangendo as instituições nacionais de dirigentes do Desporto Adaptado, que passaram a ser os articuladores deste movimento junto ao governo. Estes foram se organizando concomitante às ações governamentais e hoje buscam uma coalizão nos objetivos, o que até o momento não aconteceu.

Até a declaração do Ano Internacional da pessoa portadora de deficiência em 1981 pela ONU, só existia uma instituição a nível nacional que respondia por este setor. As instituições que se formaram posteriormente foram se organizando através das iniciativas das pessoas portadoras de deficiências, a partir do início dos anos 80, momento em que o governo reconheceu a legitimidade das instituições representativas do desporto para o portador de deficiência. Hoje contamos com seis associações nacionais, um Comitê Paraolímpico e um programa internacional de esporte para o deficiente mental, atuando a nível nacional. Destas organizações, quatro são anteriores à institucionalização ou à Lei 8.672 de 06/07/1993, conhecida por Lei Zico, que estabelece normas para a estruturação do desporto nacional. Estas associações passaram a se adequar às normas estabelecidas por esta Lei.

Verificando suas propostas através de análise de seus estatutos, podemos observar que, estas associações, dentro de uma forma genérica, são as únicas entidades a: difundir e propagar, promover organizar e dirigir, informar e conscientizar, colaborar, realizar, representar, facilitar, coordenar as ações de suas filiadas, executar o calendário esportivo, interceder junto ao poder público e celebrar convênio e acordos, no campo do desporto adaptado a nível nacional. Diante de toda esta muralha que cerca, protege e zela pelo desporto para o portador de deficiência no Brasil, fica impossível seu questionamento, se for analisado somente o que dizem seus estatutos. Faz-se necessário observar o resultado de todo este aparato, que oculta e consola as consciências dos interessados, traduzindo em discurso mas não cumprem os estatutos. O desporto adaptado

nacional vai muito bem obrigado, porque a questão do desenvolvimento e acessibilidade está garantida em suas propostas.

Confrontando as propostas contidas nos estatutos com o discurso de seus dirigentes, vamos percebendo a ambigüidade existente entre o real e a ficção, o proposto e o realizado, o ser de direito e estar ao alcance, o desejado e o realmente obtido. Isso se torna mais claro quando resgatamos a fala dos dirigentes a respeito das realizações,

O estabelecimento de uma estrutura administrativa para o desporto adaptado foi buscado para atender as exigências Internacionais e não as necessidades do movimento, enquanto desejo e conquista desta população. Isso vem acontecendo deste 1975, quando o Brasil se prontificou a sediar os Jogos Pan-americanos em cadeiras de rodas. A Federação Pan-americana de esporte em cadeiras de rodas fez a exigência da formação de uma associação nacional (ANDE), e o reconhecimento desta associação por parte do governo se dá para atender esta solicitação. A adequação das associações de dirigentes em torno da deficiência mantém esta lógica, até a criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro, conforme relata o seu presidente ( entrevista nº 5).

*Existe um organismo internacional que começou a funcionar a partir da Paraolimpíadas de Barcelona, que é o International Paralympic Committee. (I.P.C.), por conta que esse organismo internacional, tem que se relacionar com um único organismo em cada país, em função dessa exigência criou-se o Comitê Paraolímpico Brasileiro*

Internamente suas propostas são tímidas. Analisando as realizações das três associações nacionais, que respondem pelo desporto do portador de deficiência física a nível nacional, percebemos que, a nível de realizações, restringem-se ao campo de eventos esportivos como: Jogos das Luminárias, Xadrez, e Boccia, por parte da ANDE; campeonatos de futebol para amputados, pela ABDA e os campeonatos de basquete sobre rodas, natação e atletismo pela ABRADCAR, e jogos Paradesportivos, como os que aconteceram em 95/96, respectivamente em Goiânia e Rio de Janeiro, realizados

conjuntamente pelas associações nacionais. Estes eventos foram realizados visando a seleção dos atletas para as Paraolimpíadas de Atlanta.

As necessidades peculiares de cada deficiência não justificam a necessidade de três associações para dirigir o desporto para o deficiente físico. A ANDE desenvolve suas atividades voltadas para o portador de paralisia cerebral e os Les Autres, a ABDA para o amputado e a ABRADACAR para o deficiente físico que se utiliza da cadeira de rodas. As modalidades são específicas para cada deficiência e grau, e só nós resta um posicionamento no sentido de levantar o lado político que estas associações têm tido no momento de discussão de outros interesses. Podemos exemplificar o caso da eleição do presidente do Comitê Paraolímpico, onde cada associação tem direito a 50 representantes com direito a voto, neste caso as associações de dirigentes do desporto para o deficiente físico têm 150 votos entre os 250 possíveis.

Isso se torna mais claro ao observamos que ultimamente elas vem realizando eventos em conjunto. Se isso é possível, para que tantas Associações? Neste meio, esta ocorrendo os mesmos equívocos do desporto para o não portador de deficiência.

As ações implementadas por estas Associações não podem ser traduzidas e entendidas como forma de desenvolvimento e acessibilidades nesta área, nenhuma delas apresenta propostas que visem a melhoria ou construção de equipamentos, de inovações, de novas técnicas, de literatura, entre outras atividades que pudessem ser entendidas como contribuição para o desenvolvimento do Desporto Adaptado, pudemos constatar nas entrevistas realizadas com os presidentes destas associações.

Quanto mais nos distanciamos do discurso dos representantes dos órgão de governo responsáveis por ações neste campo, caminhando na direção dos discursos e realizações das Associações de Dirigentes do Desporto Adaptado e posteriormente na direção dos praticantes deste desporto, vamos percebendo que a falta de maior coerência está presente.

Para que possamos fechar este círculo que envolve o discurso e a realidade procuramos participar, ouvir, discutir e pesquisar os fatos que demonstram a relação dos praticantes deste desporto com as estruturas superiores.

No terceiro e último segmento pesquisado, onde ouvimos os praticante deste desporto, pudemos observar que as suas organizações aconteceram de forma independente das ações dos governos federais e estaduais, e das associações de dirigentes deste desporto. Estes não têm tido participação nas atividades deste grupo pesquisado e esta prática acontece por iniciativa própria, com ajuda do trabalho voluntário. Algumas equipes já contam com ajuda da iniciativa privada, o que tem melhorado suas condições. Constatamos também que o envolvimento do governo municipal ocorre de forma reduzida e temporária, o que causa instabilidade destas organizações quando dependentes daquele auxílio. As dificuldades estão relacionadas à obtenção de recursos para esta prática, e também ao conhecimento técnico. A falta de uma política clara e permanente que permita o desenvolvimento dessas organizações ainda é um desafio para todos os que estão envolvidos neste movimento. A relação existente de algumas equipes com as associações nacionais têm se restringidos às participações de em eventos promovidos por estas, o que são eventuais, tanto a participação como o oferecimento.

A linguagem usada pelo governo e pelas associações dirigentes do Desporto Adaptado Nacional ainda não foi traduzida em realizações, portanto, os responsáveis por este segmento devem ser mais comedidos em seus discursos, onde deixam transparecer realizações, atendimentos, desenvolvimentos, acessibilidades, igualdades, normalizações, o que não aconteceu.

#### **IV. 2. Considerações Finais.**

O movimento do desporto para pessoas portadoras de deficiências a nível nacional, vem procurando a sua institucionalização, desde a sua origem, através de várias iniciativas, sempre na busca dos benefícios que esta prática possibilita. Esta prática, porém requer um envolvimento dos segmentos do governo e da sociedade, e por ser inerente a uma população que representa o inverso do modelo estabelecido pela nossa sociedade. Não

há interesse por parte da iniciativa privada em investir neste esporte que, contrapondo-se à eficiência, tem possibilidades de retorno remotas.

Após o entendimento de toda esta problemática envolvendo a pessoa portadora de deficiência, como também os mecanismos implementados pelos órgãos de Governo e a mobilização da população em torno do Desporto Adaptado, podemos levantar algumas conclusões a respeito do objetivo deste movimento e a quem ele atendeu de fato, no período de estruturação e institucionalização. Estudamos especificamente as ações dos governos Sarney, Collor/Itamar e Fernando Henrique entre os anos de 1985 a 1996, período este de ingerência do governo neste campo.

Analisando as realizações das instituições responsáveis pelo Desporto Adaptado, que são o elo de ligação entre o governo e a população praticante deste desporto, podemos perceber que entre o discurso do governo, a fala dos dirigentes do desporto e das pessoas responsáveis pelos clubes de esporte apresentam uma visão diferente em relação a política adotada e a realidade presente.

O Desporto Adaptado segrega tanto quanto o desporto para o não deficiente. O desporto para o “não deficiente” justifica sua segregação e valorização dos melhores por interesses da mídia, que são estabelecidos através de retorno aos investidores. Já o desporto para deficiente não tem ainda esta fonte como recurso financeiro, sendo a maioria desse, vindo do próprio governo. O Desporto Adaptado acaba segregando pela distância existente entre as propostas e a realidade, que fica claro na fala de seus dirigentes, os quais apontam a dependência do governo para suas realizações.

Neste sentido, as propostas dos governos nesta direção têm-se mantido incoerentes com a realidade. Podemos observar, na proposta atual, que há toda uma atenção especial voltada para esta população, mas ao verificarmos o grupo estudado, percebemos que estes benefícios não tem atingido o seu verdadeiro destino. Isso fica claro no momento em que se faz uma análise das exigências contidas no Manual de Procedimentos de acesso ao sistema de financiamento do desporto. Podemos concluir que nenhum clube de esporte para portador de deficiência atende às solicitações do governo, ficando reservados ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (C.P.B.) estes recursos, cujo objetivo é o de representação do Brasil na área dos desporto dos portadores de deficiência, junto ao

Comitê Paraolímpico Internacional-IPC. Este objetivo não contempla o desenvolvimento, ampliação, acessibilidade, direitos dos praticantes não integrantes das seleções nacionais. Estes órgãos intermediários que são criados para atender uma especificidade de deficiência só servem para o direcionamento de interesses, por que eles não estão abertos a todos e criam normas para atender os interesses de um pequeno grupo, o que na realidade não representa grande conquista para aqueles que buscam esta prática.

Diante destas afirmações, podemos concluir que o governo cria meios para atender, mas impossibilita este atendimento diante das exigências impostas aos solicitantes, com exceção das organizações de dirigentes de desporto, que hoje contam com o Comitê Paraolímpico como mediador. O Desporto Adaptado foi institucionalizado mas esta institucionalização não está possibilitando o acesso dos que realmente desenvolvem sua prática, pelo menos no grupo pesquisado por nós. Foram 11 clubes paulistas que desenvolvem o desporto para o portador de deficiência e que não tem acesso a estes benefícios, por não atenderem as exigências necessárias.

Na fala dos dirigentes fica evidente o valor do desporto como fator de integração e como elemento de mobilização. No entanto eles têm contribuído para que isto não ocorra, o que fica evidente quando observamos a origem das instituições organizadas, resultado de facções de outras. Querem a integração; resta perguntar com quem e como é esta integração.

Os clubes paulistas, ao contrário, representam o grupo de praticantes que têm procurado o desenvolvimento do desporto sem a contribuição dos órgãos de governo e as ingerências das associações-nacionais, porém sentem que, se houvesse o apoio por parte destes órgãos, sua tarefa seria facilitada.

Os dirigentes dos clubes entrevistados por nós apontam para o crescimento de praticantes, e atribuem isso ao envolvimento dos próprios deficientes, que são o foco de toda a problemática e que nem sempre são atendidos de acordo com suas necessidades e aspirações.

A organização no Estado de São Paulo deu-se através da organizações das próprias p.p.d. e, em alguns casos, com a contribuição do governo municipal.

Todo este aparato anunciado pelo Governo Federal não tem beneficiado esta população. Não sabemos se isso ocorre pela dificuldade de acesso a estes recursos ou se pela distância existente entre as propostas e as necessidades.

Mediante todos estes levantamentos, podemos afirmar que o desporto para o portador de deficiência está estabelecido através da legislação e de propostas, como causa de governo, mas o acesso a esta prática ainda apresenta desafios a serem vencidos por todos os segmentos: governo, sociedade, associações nacionais de dirigente do desporto para o portador de deficiência, clubes de esportes, iniciativa privadas, e instituições de ensino.

#### • Reflexões.

O desporto para o “não deficiente” tem sua estrutura administrativa organizada partindo das modalidades esportivas. Essa organização está constituída por ligas, federações e confederações como órgãos máximos das modalidades. Caberia também a essa organização a responsabilidade das possíveis variações das modalidades, que contemplariam as diferentes populações, dentre elas os portadores de deficiências.

Antes de integrar as pessoas temos que integrar os meios que são possíveis desta integração. É mais fácil criar um atendimento dentro de uma estrutura existente, do que criar uma estrutura paralela para atender os diferentes. Este órgão teria a facilidade de promover esta prática, pois já conta com o controle de todo o mecanismo e estrutura a nível nacional, estadual e municipal, através das confederações, federações, ligas municipais e regionais, o que facilitaria o desenvolvimento da modalidade.

É preciso estabelecer meios que possibilitem o incentivo da iniciativa privada ao esporte, como um todo, bem como estabelecer, através da legislação, meios que facilitem a prática desta atividade pelas organizações já existentes por modalidades, a nível

competitivo. Para que a sua legitimidade não seja apenas de direito e se torne uma atividade natural a qualquer cidadão.

Democratização deste desporto através do incentivo a todos que queiram praticá-lo e não o incentivo a um grupo de seleccionáveis, este deve ser objetivo a se buscar através de uma política que permita a sua independência do governo. Esta dependência às vezes torna-se constrangedora pelo fato de se estar sempre à esperar de favores, mesmo em alguns casos onde atletas consagrados internacionalmente ficam a mercê da boa vontade de alguns dirigentes.

Não devemos entender como política, somente o conjunto de Leis e portarias que regulamentam o atendimento em um determinado campo, nem o que possa ser oferecido através das ações de um segmento de governo, respaldados nestas, e sim o impacto positivo causado na sociedade, resultantes das Leis.

*“Muitas vezes o fato de haver um órgão, ele consola consciências de que a questão está encaminhada, de que existe um órgão responsável pelos deficientes no país, e que então nada mais é preciso fazer porque tudo que não for feito é por incompetência desse órgão.*

D' Amaral, (1996). Entrevista nº 3.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, R. C. et al. Jogos e exercícios para o deficiente físico. São Paulo : Manole, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO PARA AMPUTADO. Estatuto. S.n.t. (xerox).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO EM CADEIRA DE RODAS. Estatuto. S.n.t. (xerox).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO PARA CEGOS. Estatuto. S.n.t. (xerox).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES. Estatuto. S.n.t. (xerox).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO DE DEFICIENTES MENTAIS. Estatuto. S.n.t. (xerox).

ASSOCIAÇÃO OLIMPÍADAS ESPECIAL BRASIL. Estatuto. S.n.t. (xerox).

BAGATINI, V. Educação Física para o excepcional. Brasília : SEED/MEC, 1982.

BARRETO, S. J. Metodologia da atividade física praxiterápica em psiquiatria. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 3, 1986, Campo Grande. Anais... Campo Grande: MEC/SEED, 1986. p. 50 - 51.

BECKER JÚNIOR, B. A reeducação do nível de ansiedade de doentes mentais através do futebol. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desportos. Teoria e prática do esporte para todos: 1982 - 1983. Brasília: MEC/SEED, 1983. p. 308.

BEDBROOK ,G. M. The development and care of spinal Cord Paralysis ( 1918-1986 ) Paraplegia, v. 25, n.3. 1987.

BRASIL. Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Documentos básico da CORDE. Brasília: CORDE,[1986?].

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 91.872, de 4 de novembro de 1985. Institui a criação do comitê para elaborar plano de ação conjunta. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 93.481, de 29 de outubro de 1986. Foi Instituído a criação da CORDE, pelo Presidente da República José A. Sarney. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1986.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, Dispõe sobre a transformação do CENESP em SESP, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1986.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 94.431, de 11 de junho de 1987. Dispõe sobre a transferência da CORDE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 94.806, de 31 de agosto de 1987. Cria o Conselho Consultivo da CORDE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 95.816, de 10 de março de 1988. Dispõe sobre a transferência da CORDE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 96.634, de 02 de setembro de 1988. Dispõe sobre a transferência de CORDE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 77.39 de 16 de março de 1989, institui a transferência da CORDE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1989.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. Ata da Reunião do grupo de trabalho SEED/CENESP com a direção do Centro Nacional de Educação Especial. S.n.t.(xerox)

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desporto. Teoria e prática do esporte para todos-1982-1983. Brasília : MEC/ SEED, 1983.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desporto. Centro Nacional de Educação Especial. Educação Física, Desporto e esporte para todos na educação especial: projeto de pesquisa. Brasília, 1984.

\_\_\_\_\_. Ministério Extraordinário dos Esportes. Instituto Nacional de Desenvolvimento dos Esporte. Diretrizes e programas- 1996. Brasília : MEC/ INDESP, 1996.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Plano nacional de ação conjunta para integração da pessoa deficiente-1985. Rio de Janeiro, 1986. (xerox)

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990 que institui a criação da Secretaria de Esporte da Presidência da República, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. Medida provisória nº 813 de 1 de janeiro de 1995, Art.26 Dispõe sobre a criação do cargo de Ministro de Estado Extraordinario dos Esporte, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 931 de 1º de março de 1995, Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministério. Diário Oficial da República Federativa do Brasil , Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 1.437 de 04 de abril de 1995, que Estrutura o Regimento do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria dos Desporto. Plano Plurianual 1991/1996. S.n.t. 1990.

BRAVO, P. C. O esporte para todos sobre rodas. In: Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação e Desporto. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 2, 1984, Belo Horizonte. Anais... Brasília: MEC/SEED/SUEPT, 1984. p. 98.

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO. Estatuto. S.n.t. (xerox)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTES DE SURDOS. Estatuto. S.n.t. (xerox).

CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 3, 1986, Campo Grande. Anais... Campo Grande ; MEC/SEED, 1986.

CARPENTER, P. Corridas de ruas em longa distância, Toque a Toque, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988.

CASTELLANI, L. F. Educação Física/ Ciências do Esporte no Brasil Hoje. “Pelos Meandros da Educação Física”, REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, v.14, n. 3. 1993, Maringá-PR

COSTA, L. P. e TAKAHASHI, G. M. Fundamentos do esporte para todos-1983. Brasília : SEED/MEC, 1983.

DEL GRANDE, S. S. Esporte em cadeiras de rodas. 1982. S.n.t. (xerox).

DUARTE, G. A. Consciência corporal em escola especial. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação e Cultura. Secretaria de Ed. Física e Desportos. Teoria e prática do esporte para todos- 1982-1983. Brasília: MEC/SEED, 1983. p. 311.

ENCONTRO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1986. Tramandaí. Relatório. Tramandaí, 1986. (xerox)

ENCONTRO NACIONAL A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E SUA PROBLEMÁTICA, 1985, Brasília. Documento final do Projeto integrado- 1984/1985. Brasília : MEC/SEED/CENESP, 1985.

ENCONTRO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DESPORTIVA DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NA DÉCADA DE-83/92. Campinas. Relatório. Campinas, 1993. (xerox).

FANALI, O. A. A. C. Terminologia da Educação Física e Desporto. Brasília : MEC, 1981

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. Estatuto. S.n.t.

FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de janeiro : Nova Fronteira, 1975.

FRANCAS, D. J. P. Estructuras Organizativas Internacionales del Deporte para Personas con Discapacidad: Encuentro “ Deporte y Discapacidad” Madrid 1994, I.B.S.A. y Fundación ONCE 1995.

GOMES, C. R. Esporte para todos em clínica psiquiátricas. In: Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação e desporto. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 2, 1984, Belo Horizonte. Anais... Brasília : MEC/SEED/ SUEPT, 1984. p. 53-54.

KIRK , S. A. , GALLAGHER, J. J. Educação da criança excepcional. São Paulo :  
Martins Fontes, 1987.

LINDSTROM, H. Paralympic Spirit. An unforgettable journey of struggle and triumph.  
CD -ROM, USA. 1996.

LINHARES, G. M. Um espaço aberto para a integração escola-pai-criança excepcional. In:  
BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação e Cultura. Secretaria de  
Ed. Física e Desportos. Teoria e prática do esporte para todos- 1982-1983. Brasília:  
MEC/SEED, 1983. p. 309-310.

---

\_\_\_\_\_ G. M. O casarão. In: Brasil. Ministro de Educação e Cultura. Secretaria de  
Educação Física e Desporto. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS,  
2, 1984, Belo Horizonte. Anais... Brasília: MEC/SEED/SUEPT, 1984. p. 65-66.

MACHADO, W. Deficiente : Integração pelo desporto. Revista Brasileira de Educação Física e  
Desportos, Brasília, v. 10, nº 47, 1981.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. São Paulo :  
Cortez, 1995.

PETSCHER, L. S. Contribuição da Educação Física para a estruturação do esquema corporal do  
deficiente mental. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação e  
Cultura. Secretaria de Ed. Física e Desportos. Teoria e prática do esporte para todos: 1982-  
1983. Brasília: MEC/SEED, 1983. p. 311-312.

PIARDI, C. H. Atividade sócio-esportiva na instituição psiquiátrica “Fundação Espírita Américo Bairral”. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 3, 1986, Campo Grande. Anais... Campo Grande : MEC/SEED, 1986. p. 64.

PINHEIRO, R. C. e ARGOLO, P. R. D. de T. e, Programa jogos sociais para cegos. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Física e Desporto. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 2, Belo Horizonte. Anais... Brasília : MEC/SEED/SUEPT, 1984. p. 99-100.

RABELO, D. A. O EPT e os excepcionais. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação e Cultura. Secretaria de Ed. Física e Desportos. Teoria e prática do esporte para todos: 1982-1983. Brasília: MEC/SEED, 1983. p. 307

\_\_\_\_\_ O excepcional e o E. P. T. na Bahia. In: BRASIL. Ministério da Educação. Teoria e prática do esporte para todos: 1982-1983. Brasília: MEC/SEED, 1983. p. 310.

\_\_\_\_\_ O excepcional e o esporte para todos já. In: Brasil. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 2, 1984, Brasília: MEC/SEED, 1984. p. 57.

RIBEIRO, D. M. et al. Uma experiência sobre educação física como: auxiliar da terapia ocupacional no Sanatório de Maringá. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 3, 1986, Campo Grande. Anais ...Campo Grande : MEC/SEED, 1986. p. 61 - 62.

RICOTE, F. J. N. ENCUENTRO “DEPORTE Y DISCAPACIDAD”, 1994. Madrid: I.B.S.A. Y Fundación ONCE, 1995.

RODRIGUES, A. H. de R. Educação Física para Deficientes. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 3, 1986, Campo Grande.

Anais ... Campo Grande : MEC/SEED, 1986. p. 64.

RODRIGUES, D. Documento. Departamento de Estudos da Atividades Física e Adaptação- FEF/UNICAMP. 1996. (mimeo).

SALES, F. J. G. Esporte não formal como fator de integração entre o deficiente auditivo e a sociedade. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 3, 1986, Campo Grande. Anais ... Campo Grande: MEC/SEED, 1986. p. 63.

SANTOS, L. C. R. Lesão traumática da medula espinhal: estudos retrospectivo. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)- Escola de Enfermagem, USP, 1989.

SANTOS, S. R. V. dos. O surdo no mundo da comunicação. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desporto. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 2, 1984. Brasília: MEC/SEED, 1984. p. 51-52.

SÃO PAULO (ESTADO). Constituição de República Federativa do Brasil : Promulgada em 5 de Outubro de 1988. São Paulo : IMESP, 1993.

SILVA, J. B. C. Um pouco da história do esporte para portadores de deficiência. (no prelo)

SILVA, L. A. F. Aplicação da atividade física praxiterápica aos estados psiquiátricos especiais e/ou deficientes. In: Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação e Cultura. Secretaria de Ed. Física e Desportos. Teoria e prática do esporte para todos-1982-1983. Brasília: MEC/SEED, 1983. p. 308-309.

- SILVA, O. M. A epopéia ignorada; a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.
- SILVA, P. C. M. (Org). Relatório de atividades: projeto integrado SEED/CENESP- Agosto/Setembro. 1984. Brasília: MEC/SEED/CENESP, 1984.
- SOBRINHO, J. O. B. et al. Esporte para todos no hospital psiquiátrico. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 3, 1986, Campo Grande. Anais ... Campo Grande : MEC/SEED, 1986. p. 62.
- STROHKENDL, H. The 50th anniversary of wheelchair basketball: a history. New York: Waxmann, 1996.
- SUPER AÇÃO: Esporte entre portadores de deficiência, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, mar. 1988.
- TESSER, I. M. et al. Atividades Físicas Aplicadas em Deficientes Visuais do C.S.U. de Maringá. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPORTE PARA TODOS, 3, 1986, Campo Grande. Anais ... Campo Grande : MEC/SEED, 1986. p. 63.
- TOLOCKA, R. E. Atividade Motora e a Reabilitação de Pessoas Acometidas por Traumatismo Medular. Universidade Estadual de Campinas. tese mestrado 1994.
- VANLANDEWIJCK, Y. DALY, D. NEERINCKX, E. SIMONS, J. Wehwijzer voor aangepast sporten in vlaanderem. Luvan Belgica. 1993.
- WINNICK, P. J. Adapted Physical Educacation and Sport. Champaign: Human Kinectics, 1990.